

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALÉXIA SILVA SARAIVA

**NÃO É POR AMOR: O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DE FEMINICÍDIOS NA
TRIBUNA DO PARANÁ**

CURITIBA

2017

ALÉXIA SILVA SARAIVA

**NÃO É POR AMOR: O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DE FEMINICÍDIOS NA
TRIBUNA DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Comunicação Social – Jornalismo, da
Universidade Federal do Paraná, como requisito à
obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Kelly Cristina de
Souza Prudencio.

CURITIBA

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL
DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

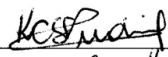
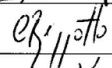
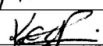
NOME DA ALUNA: ALÉXIA DA SILVA SARAIVA

TÍTULO: Não é por amor: o enquadramento noticioso de feminicídios na Tribuna do Paraná.

LOCAL E DATA DA APRESENTAÇÃO ORAL:

Sede do Departamento de Comunicação Social da UFPR,
realizada na sala 9, no dia 27/06/17, às 14h00.

BANCA EXAMINADORA	NOTA
KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO (orientadora)	10.0
CARLA CÂNDIDA RIZZOTTO	10.0
KARINA JANZ (convidada)	10.0
MÉDIA FINAL:	10.0

BANCA EXAMINADORA	ASSINATURA
KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO	
CARLA CÂNDIDA RIZZOTTO	
KARINA JANZ <i>p/ Skype</i>	

Curitiba, 27 de junho de 2017.

A todas as mulheres, que todos os dias sofrem pelo simples fato de serem mulheres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Prof. Kelly Prudencio, que apoiou esta pesquisa desde o início e sempre se mostrou disposta a me ajudar nas inúmeras dificuldades encontradas, sempre me lembrando que nunca devemos ficar caladas por termos muito pelo que lutar.

Aos meus pais, Darlete e Luciano, pela importância que me ensinaram a atribuir aos estudos, pela dedicação com que me educaram ao longo de toda a vida e pelo tanto que investiram na minha formação humana. Obrigada por me ajudarem a buscar os caminhos certos.

Às minhas amigas que sempre me lembram de lutar como uma garota: Caroline, Amanda, Isabelle, Marina e Karine.

À minha irmã, Jasmine, por estar ao meu lado em qualquer circunstância e por tornar reais os momentos felizes que compartilhamos.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a identificar os enquadramentos dominantes na cobertura de feminicídios realizada pelo jornal *Tribuna do Paraná* no período de 10 de março de 2014 a 9 de março de 2016. Esse período corresponde a um ano antes e um ano depois da sanção da Lei 13.104/2015, conhecida como Lei do Feminicídio, que torna o assassinato de mulheres em situação de violência doméstica ou discriminação pelo fato de ser mulher uma qualificadora para o crime de homicídio. A pesquisa faz o uso da análise de *News frames* proposta por Entman (1993) e busca verificar as constantes entre o tratamento deste crime pela imprensa sensacionalista. A análise verificou a predominância do enquadramento de crime passional naturalizado pela apresentação noticiosa, atrelado ao tratamento dos feminicídios como casos pontuais e descontextualizados da violência de gênero.

Palavras-chave: Feminicídio. Sensacionalismo. Enquadramento. Tribuna do Paraná.

ABSTRACT

This work intends to identify the main frames in the media coverage of femicides through the newspaper *Tribuna do Paraná* in the period of March 10, 2014 to March 9th 2016. This period corresponds to one year before and one year after the sanction of the Law 13.104/2015, known as Femicide Law, which makes the murder of women under the situation of domestic violence or discrimination for being woman a qualifier to the homicide crime. This research is done by the analysis of *News frames* proposed by Entman (1993) and aims to verify the common characteristics in the coverage of this crime by the yellow press. The analysis verified the main framing of crime of passion naturalized by the news presentation, attached to the treatment of femicides as specific cases rather than with their contexts of gender-based violence.

Keywords: Femicide. Yellow Press. News frames. Tribuna do Paraná.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. FEMINICÍDIO: CRIME DE ÓDIO E NÃO DE AMOR.....	14
2.1 OS CONCEITOS DE FEMICÍDIO E FEMINICÍDIO	14
2.1.1 A importância da visibilidade da violência contra a mulher	17
2.2 O FEMINICÍDIO NA AMÉRICA LATINA	20
2.3 O FEMINICÍDIO NO BRASIL	22
2.3.1 A Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio	25
3. O JORNALISMO POLICIAL	31
3.1 DEFINIÇÕES E HISTÓRICO	31
3.1.1 Jornalismo policial no Brasil.....	36
3.2 AS NOVAS TENDÊNCIAS NO JORNALISMO POLICIAL	39
3.3 FEMINICÍDIO: QUANDO A CULPA É DA VÍTIMA.....	41
3.4 A TRIBUNA DO PARANÁ	43
3.4.1 Linha editorial	44
4. A ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DA NOTÍCIA	46
4.1 O ENQUADRAMENTO NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO E OS ESTUDOS DE EFEITO DA MÍDIA NOS TEXTOS JORNALÍSTICOS	47
4.2 O ENQUADRAMENTO PRESENTE NO TEXTO JORNALÍSTICO.....	50
4.3 METODOLOGIA DA PESQUISA	54
5. FEMINICÍDIO OU CRIME PASSIONAL?.....	58
5.1 VARIÁVEIS DE DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	60
5.2 VARIÁVEIS DE CAUSA DO PROBLEMA.....	68
5.3 VARIÁVEIS DE JULGAMENTO MORAL	70
5.4 VARIÁVEL DE RECOMENDAÇÃO DE TRATAMENTO	73
5.5 DISCUSSÃO DOS CASOS.....	74

5.5.1	O caso de Marco Antônio de Oliveira Leal	74
5.5.2	O caso de Amanda Bueno.....	78
5.5.3	O caso de Renata Muggiati	83
5.6	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	87
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
7	REFERÊNCIAS.....	102
	APÊNDICE – LIVRO DE CÓDIGOS	105

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar como se deu a cobertura do jornal *Tribuna do Paraná* sobre crimes que se enquadram como feminicídio no Brasil segundo a Lei nº13.104/2015, conhecida como Lei do Feminicídio. Sancionada pela então presidente Dilma Rousseff em 9 de março de 2015, essa lei incluiu no Código Penal brasileiro uma nova modalidade de homicídio qualificado, que é o assassinato contra a mulher por razões da condição de sexo feminino – o que inclui violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição da mulher. Além disso, esta modalidade de homicídio passou a ser classificada como crime hediondo, e tem agravantes em situações específicas de vulnerabilidade, como gravidez, minoridade penal, a presença dos filhos, entre outros.

A Lei do Feminicídio está inserida em uma série de conquistas de gênero que desde os anos 1990 vêm ocorrendo na América Latina, reconhecendo um delito específico na violência contra a mulher (CAMPOS, 2015, p. 105), a qual tem uma tendência a ser naturalizada ou absolvida por serem vistas como “crimes de paixão”, ou seja, assassinato “por amor” (BLAY, 2008, p. 38). Desde os anos 1970 o movimento feminista no Brasil procura modificar a legislação para tornar menos brandas as leis que enquadram esse tipo de violência (CAMPOS, CARVALHO, 2011, p. 143).

Nesse contexto, foi sancionada em 2006 a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. Ela possibilitou a criação de artifícios para diminuir a violência doméstica e familiar e criminalizando a violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. A partir de então, as Delegacias de Atendimento à Mulher começaram a trabalhar em conjunto com o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública para que esse problema social em específico fosse não só identificado como penalizado. Essa lei caracterizou uma mudança fundamental no tratamento da violência doméstica, e foi tida como um exemplo de legislação na área pelas Nações Unidas (CAMPOS, CARVALHO, 2011, p. 144).

A importância de identificar conexões entre as várias formas com que a violência contra a mulher pode acontecer, tais como estupro, assédio sexual,

pornografia e abusos físicos foi explicada por Diana Russel e Jill Radford (1992, p. 3):

Essa conceituação é importante teoricamente: ela fornece uma perspectiva mais ampla e que reflete com mais sensibilidade as experiências de violência masculina definida contra mulheres e crianças. Ao invés de forçar a experiência de abuso sexual para categorias legais discretas, [...] a noção de um *continuum* permite a análise da violência sexual como uma forma de controle central para a manutenção do patriarcalismo (tradução nossa).¹

O próprio termo feminicídio, (ou femicídio, na tradução direta do inglês), foi concebido por Diana Russell em 1976, caracterizando-o como “a morte de mulheres por homens pelo fato de serem mulheres como uma alternativa feminista ao termo homicídio que invisibiliza aquele crime letal” (1992, p. 6).

Segundo o *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil* (WASELFISZ, 2015), no período de 1980 a 2013, 106.093 mulheres foram vítimas de homicídio. Na última década considerada na pesquisa, de 2003 a 2013, o número total de homicídios passou de 3.937 para 4.762. Isso fez com que a taxa nacional de homicídio passasse de 4,4 por 100 mil mulheres em 2003 para 4,8 em 2013 – um crescimento de 8,8% na década. Em um contexto internacional, baseado num grupo de 83 países com dados da Organização Mundial da Saúde, o Brasil ocupa a 5ª posição.

Tendo em vista os números crescentes e alarmantes, a Lei do Feminicídio é uma vitória no âmbito da luta feminista e demonstra como é importante que a legislação denomine uma violência decorrente de uma desigualdade social. “Nomear a violência feminicida faz reconhecer juridicamente uma forma de violência extrema praticada contra as mulheres e, por isso, simbolicamente importante” (CAMPOS, 2015, p.114).

Dada a contextualização, o objeto desta pesquisa será o enquadramento da notícia. Como explica Robert Entman, enquadrar é selecionar aspectos da realidade

¹ No original em inglês: “This reconceptualization is theoretically significant: it provides a broader perspective that more sensitively reflects the experiences of male violence as named and defined by women and children. Rather than forcing experience of sexual abuse into discrete legal categories, [...] the notion of a continuum further facilitates the analysis of male sexual violence as a form of control central to the maintenance of patriarchy”.

demonstrá-los em um texto comunicacional “para promover uma definição particular para o problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento” (ENTMAN, 1993, p. 52, *itálico no original, tradução nossa*). É com base nesta teoria que será feita a análise das matérias de feminicídio no jornal *Tribuna do Paraná*, a fim de que se explicita o tratamento dado a essa qualificação específica do crime de homicídio.

A teoria de análise de enquadramentos, ou *framing*, é uma corrente de estudos que teve suas origens nos campos da sociologia e da psicologia. Suas origens são tidas como de Erving Goffman (1974) e a Kahneman e Tversky (1984). Os enquadramentos começaram a ser estudados empiricamente nos anos 80 como estudos de mídia (VIMIERO, MAIA, 2011), a partir dos trabalhos de Gaye Tuchman (1978), Todd Gitlin (1980), Gamson e Modigliani (1989) e Robert Entman (1993, 2004).

Optamos por analisar as matérias de feminicídio veiculadas na Tribuna do Paraná para identificar os quadros dominantes presentes nesses textos. Para verificar a presença de enquadramentos, utilizamos como referência as quatro funções de enquadramento de Entman (1993): 1) Definição de um problema; 2) Diagnóstico de causas; 3) Julgamento moral; 4) Recomendações de tratamento. Para o autor, um texto deve apresentar ao menos uma dessas quatro funções para organizar molduras de referência.

O jornal *Tribuna do Paraná* foi escolhido por se tratar de um jornal diário com pautas de cunho popular e sustentado pelos temas do tripé violência, sexo e futebol. Esse jornal se apresenta como um jornal interpretativo e crítico e que faz uso de uma linguagem informal e popular, além de sensacionalista (KALIBERDA, SOUZA, 2012). Ele foi criado pelo jornalista João Féder em 17 de outubro de 1956, atualmente pertence ao grupo GRPCom e sua versão impressa circula em Curitiba e Região Metropolitana.

As características editoriais da *Tribuna do Paraná* permitem identificá-lo como um tabloide, ou seja, um jornal sensacionalista, através da classificação proposta por Viktor Chagas (2014). Segundo o autor, tabloides apresentam uma profusão de matérias com temática de violência e/ou crimes, escândalos, sexo e esportes – tal como a linha editorial da *Tribuna* –, ao mesmo tempo em que pautas

de cobertura política e econômica são pouco abordadas (CHAGAS, 2014, p. 2). Seguindo a perspectiva da análise de enquadramento com interface em efeitos da mídia, a saliência proposta implícita ou explicitamente em uma matéria tende a influenciar a interpretação que a audiência faz sobre o tema em questão. Pois bem, se o jornal tende a naturalizar comportamentos violentos como o feminicídio, isso causa um efeito no público leitor deste veículo – embora mensurar esse efeito não esteja nos objetivos desta pesquisa.

O intervalo escolhido para a realização da pesquisa é de dois períodos: o primeiro, de 10/03/2014 a 09/03/2015, corresponde ao período de um ano antes da sanção da Lei do Feminicídio, e o segundo, de 10/03/2015 a 09/03/2016, corresponde a um ano depois. Nesse intervalo, foram encontradas 80 matérias com títulos noticiando homicídio contra mulher – algumas caracterizadas como feminicídio segundo a lei, outras não. Espera-se verificar na análise se houve uma mudança de enquadramento das matérias relacionadas ao primeiro período para o segundo, a partir da nova qualificação de homicídio já citada.

A importância dessa pesquisa reside no fato de analisar quais são os enquadramentos produzidos por um jornal que é sustentado por pilares sensacionalistas de violência e sexo em um contexto de conquistas jurídicas específicas para o combate à violência contra a mulher. Uma vez que a *Tribuna do Paraná* é considerado um tabloide, procura-se verificar se, após a sanção da Lei do Feminicídio, houve uma mudança de enquadramento nesse tema, que em um primeiro momento orientaria as matérias a uma naturalização da violência contra a mulher.

2. FEMINICÍDIO: CRIME DE ÓDIO E NÃO DE AMOR

O presente capítulo vai tratar do conceito de feminicídio e sua inserção no Código Penal, apresentando suas primeiras menções relacionadas à violência contra a mulher, o histórico dos direitos humanos da mulher nos tratados internacionais e sua utilização na lei brasileira como qualificadora de homicídio. Também será explicado o contexto em que ele vem sendo aplicado, vindo de um crescente movimento de criminalização de violência contra a mulher na América Latina e no Brasil.

A explicação do termo e da sua definição enquanto crime é relevante para a pesquisa para definir quais matérias da versão online do jornal Tribuna do Paraná foram selecionadas na amostra analisada, além de caracterizar quais termos são mais usados pelo Direito Penal nesses casos – termos esses que vão ajudar a guiar a procura e qualificação de enquadramentos nas notícias selecionadas. Também é relevante para a compreensão dos papéis sociais exercidos historicamente pelos homens e pelas mulheres no Brasil que resultam na discriminação da mulher e nas desigualdades de gênero, culminando no extremo da violência, o assassinato.

2.1 OS CONCEITOS DE FEMICÍDIO E FEMINICÍDIO

Os termos femicídio e feminicídio começaram a ser usados na América Latina à medida em que surgiu, desde a década de 1970, uma tendência de reconhecimento da violência contra a mulher como um delito não isolado e fundamentado em um sistema de dominação patriarcal existente em diversas sociedades ao redor do mundo (PASINATO, 2011, p. 230; CAMPOS, p. 105). A maior parte dos estudos sobre o assassinato de mulheres em decorrência de seu gênero faz uma distinção entre os dois termos, apesar de ambos estarem presentes e serem usados como sinônimos nas legislações dos países da América Latina.

As origens dos termos remetem à palavra inglesa *femicide*, usada pela primeira vez pela pesquisadora da área de estudos de gênero e sociologia Diana

Russel em 1976, no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, em Bruxelas. Na ocasião, ela usou a palavra para se referir *a morte de mulheres por homens pelo fato de serem mulheres como uma alternativa ao termo homicídio que invisibiliza aquele crime letal*². No início dos anos 1990, Russell e Jane Caputti redefiniram o conceito. O femicídio seria então caracterizado por não ser um episódio isolado de violência na vida de uma mulher, mas sim ser o final de um *continuum* de terror contra as mulheres, que inclui outros tipos de violência como agressões verbais, físicas e vários outros tipos de privações ou de imposições a que as mulheres são impostas durante sua vida. Quando essas formas de agressão resultam na morte da mulher, eles devem ser caracterizados como femicídio.

Ao realizar um estudo sobre femicídio na Costa Rica entre 1990 e 1999, as pesquisadoras costarriquenses Ana Carcedo e Montserrat Sagot (2006) categorizaram os femicídios em três tipos: íntimo, não-íntimo ou por conexão.

Para estas investigadoras, o homicídio de mulheres por seus companheiros, ex-companheiros e familiares com quem a vítima convivia constitui o “femicídio íntimo”, precisamente porque tais crimes são executados por pessoas que mantinham ou tinham uma relação afetiva com a mulher que matam, o que diferencia do “femicídio não-íntimo”, em que não havia essa relação. A terceira categoria utilizada na investigação, o “femicídio por conexão”, refere-se a quando há femicídio ou tentativa contra uma mulher que não era a pretendida pelo feticida, morrendo a vítima “na linha de fogo” independentemente do vínculo que tinha com o feminicida. (MELLO, 2016, p.27)

Ou seja, um femicídio, nesse caso, é um assassinato de mulheres em decorrência do seu papel de gênero, pelo fato de ser mulher, e não ligado ou identificado a outros motivos como etnia ou religião (PASINATO, 2011, p. 230).

A expressão retomou fôlego e apareceu nos anos 2000 com outra tradução, feminicídio, em espanhol, com o caso emblemático de Ciudad Juárez, no México. Desde 1993, nessa cidade localizada na fronteira com os Estados Unidos, aconteceram pelo menos 300 assassinatos de mulheres em 11 anos. Segundo Segato (2005), ao longo de mais de uma década, poucos suspeitos foram apontados pelas autoridades, resultando em um dos maiores casos de impunidade relacionados a violência contra a mulher. Na cidade, trabalhavam uma série de

² Conforme Diana Russell in RADFORD, Joan. RUSSELL, Diana. *Femicide: the politics of woman killing*. Preface. New York, 1992.

maquilas, indústrias de transformação de bens que contratavam uma grande quantidade de mão-de-obra feminina, tida como “barata e dócil” (PASINATO, 2011, p.225). Ciudad Juárez também é conhecida por ser um ponto chave de imigração ilegal para terras americanas, além de tráfico de armas, pessoas, drogas e contrabando. Segundo as pesquisadoras, a maior parte das mulheres assassinadas eram migrantes que trabalhavam nessas indústrias. Essa série de fatores contribuiu para um contexto de violência extrema. “Muitos corpos eram encontrados em valas e terrenos baldios com marcas de violência sexual, tortura, algumas têm as mãos atadas e são visíveis os sinais de estrangulamento. Alguns corpos são esquartejados” (PASINATO, 2011, p. 226). Desaparecimentos constantes também eram comuns.

A omissão e proteção do Estado são evidentes para os estudos sobre o tema, já que poucos culpados foram apontados ao longo das investigações. Quando o caso foi levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Estado Mexicano foi considerado culpado. Foi a primeira vez que a condição de gênero foi analisada como causa para o homicídio pela Corte (PASINATO, 2011), dando um reconhecimento internacional para a temática.

A partir desses acontecimentos, a teórica feminista, antropóloga e deputada mexicana Marcela Lagarde (2004) adaptou o termo *femicide* para o espanhol como *feminicídio*, ao estudar o assassinato de mulheres no México. Ela explica que, para que o feminicídio aconteça, “devem ocorrer a impunidade, a omissão, a negligência e a conivência das autoridades do estado, que não criam segurança para a vida das mulheres, razão pela qual o feminicídio é um crime de estado”³. O feminicídio, segundo ela, acontece quando o Estado não provê condições de segurança e dá garantias às mulheres, e seria o “conjunto de delitos de lesa-humanidade para os crimes e desaparecimentos de mulheres”. Responsabilizar o Estado pela falta de segurança às mulheres foi uma mudança necessária para diminuir a impunidade deste crime, quando conferências internacionais passaram a tratar do tema da violência da mulher principalmente a partir da década de 1990, como veremos a seguir. Essas conferências permitem cobrar do Estado o cumprimento destes acordos, reforçando estas responsabilidades (PASINATO, 2011).

³ LAGARDE, 2004 apud CAMPOS, 2015.

No Brasil, o termo *femicídio* foi usado pela primeira vez por Saffioti e Almeida (1995) para falar de mortes de mulheres em relações conjugais, usado novamente por Almeida em 1998 (PASINATO, 2011, p.240). Algumas das expressões mais usadas como sinônimos encontrados nas pesquisas são “violência conjugal”, “violência doméstica”, “violência de gênero” e “violência contra a mulher”. A pesquisadora Wânia Pasinato (2011) aponta que, ao mesmo tempo em que essa categorização ajudou a tirar o crime da invisibilidade do que acontece no âmbito privado ou familiar, ela dificulta ampliação do debate sob o viés dos direitos humanos.

De uma forma geral, ambos os termos *femicídio* e *feminicídio* têm sido adotados para caracterizar a morte violenta de mulheres por razões relacionadas a seu gênero ou por conta de serem mulheres. A maior parte das legislações restringem o conceito original cunhado por Russell e Caputti. Isso exclui, por exemplo, mortes decorrentes de abortos ou por falta de assistência médica às mulheres, como originalmente classificadas como *femicídio* pelas autoras. Segundo Mello (2016), o termo deve ser o mais restrito possível no seu uso pelo Direito Penal, para evitar duplas interpretações da lei. Ela completa:

A definição de *feminicídio/femicídio* mais adequada e útil para a análise jurídico-penal seria, portanto, o assassinato de mulheres baseado no gênero, incluindo não apenas o assassinato por parceiros íntimos, mas também a morte intencional por parceiros não íntimos, que tenha sido motivado em razão de gênero. (MELLO, 2016, p.33)

Nesta pesquisa, mesmo reconhecendo a diferença entre o uso dos dois termos, faremos uso do termo *feminicídio*, usado na Lei 13.104/2015, que introduziu a qualificadora no Código Penal, bem como foi o termo usado nos projetos de lei que tramitaram no Congresso Nacional.

2.1.1 A importância da visibilidade da violência contra a mulher

Muitas são as razões apresentadas nas pesquisas sobre o porquê da importância da diferenciação da violência contra a mulher de outros tipos de violência. Para a socióloga Eva Alterman Blay (2008, p. 25), “o mais claro sintoma da posição subalterna da mulher na sociedade brasileira se revela pela ausência de

dados estatísticos sobre ela”. A falta de dados oficiais e desagregados por sexo da vítima impediriam a proposta de novas políticas de combate à violência contra a mulher.

Como aponta Pasinato, muitas pesquisas sobre o tema acabam usando dados de diferentes fontes, como boletins de ocorrência, processos judiciais, documentos do Ministério Público e, como ela mesma aponta como uma das fontes mais utilizadas e que também é o caso do presente trabalho, a imprensa escrita (2011, p. 233).

Uma das razões da importância dessa tipificação é explicada pela juíza e pesquisadora Adriana Ramos de Mello em seu livro *Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil* (2016). Segundo ela, ao analisar as legislações que falam sobre a violência contra a mulher na América Latina, é possível observar um desfavorecimento da mulher na perspectiva do Direito, uma vez que ele historicamente foi escrito tendo o homem como o suporte da sociedade e, portanto, diminui o papel a mulher na sociedade e precariza o sistema jurídico dado à violência contra elas (MELLO, p. 18). O contexto social e histórico que favorece a figura do homem acabam disfarçando as práticas violentas e misóginas, segundo Blay (2008, p. 9), porque são legitimadas como um “direito masculino”, “honrando os homens em sua virilidade”. A frequente culpabilização da vítima é decorrente disso.

Daí temos a necessidade de um termo que trate especificamente desta violência, para quantificá-lo e qualificá-lo, já que distinguir um feminicídio de um crime comum é uma estratégia contra a impunidade penal (PASINATO, 2011).

Mello ainda acrescenta a importância da diferenciação de um assassinato de uma mulher por ser mulher da justificativa de “crime passionai” frequentemente apresentada:

[...] feminicídio seria o homicídio da mulher *por sua condição de mulher*, o que no contexto do Poder Judiciário sem formação no assunto pode dar lugar também a interpretações *pro reo* que atentam contra os fins da norma, como por exemplo, *ele a matou por ciúmes, não pelo fato de ser mulher, mas sim porque tem questões de ordem psiquiátrica* (Mello, 2016, p.70)

Pasinato também reafirma a importância dessa distinção:

Há uma preocupação em distinguir essas mortes dos crimes passionais. O argumento que distingue um e outro é bastante frágil e se baseia na

premeditação e intencionalidade para a prática do crime. O objetivo é fazer com que as mortes de mulheres não caiam na “vala comum” do entendimento de que o crime passionai é menos grave e é frequentemente legitimado pelas instâncias judiciais que garantem a aplicação de penas mais leves ou mesmo a impunidade nesses casos. (PASINATO, 2011, p.235)

Campos (2015, p. 109) também afirma que comportamentos motivados por ciúme ou violenta emoção não podem ser tidos como justificativas para crimes decorrentes de (ex) relações íntimas de afeto, pois “não há perda do controle ou injusta provocação da vítima, mas uma atitude consciente de negação do direito à autonomia feminina”.

Outra reflexão sobre a tipificação é proposta por Segato, que diz que ela é indispensável para a eficácia da investigação policial e para a compreensão da motivação pela Justiça, uma vez que os crimes podem ser motivados a partir das relações interpessoais entre o agressor e a vítima. (MELLO, 2016, p. 43).

E as estatísticas comprovam que o agressor da mulher está majoritariamente no ambiente doméstico. O *Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil* mostra que a taxa nacional de homicídio de mulheres cresceu 8,8% em 10 anos, passando de 4,4 por 100 mil mulheres em 2003 para 4,8 em 2013. Além disso, a pesquisa também apontou que 50,3% das mortes violentas das mulheres no país são cometidas por familiares e 32,2% são por parceiros ou ex-parceiros.

De uma forma geral, a tipificação do feminicídio como qualificadora no Código Penal é vista como uma vitória pela inclusão do termo no léxico do Direito, uma vez que fortalece a premissa de que mortes em decorrência do papel de gênero não acontecem por paixão ou ciúme, mas sim por pelo contexto de machismo culturalmente enraizado na sociedade (CAMPOS, 2015, p. 109), como é possível observar pelos dados do Mapa da Violência, e também porque permite uma melhor segregação dos dados de feminicídio no país, abrindo caminho para futuras análises e novas propostas de combate à violência.

Veremos agora como a violência contra a mulher começou a ser combatida a partir de congressos internacionais até chegar à América Latina e, finalmente, ao Brasil.

2.2 O FEMINICÍDIO NA AMÉRICA LATINA

A primeira vez que os Direitos das Mulheres ganharam um capítulo no âmbito dos Direitos Humanos pelas Nações Unidas aconteceu em 1993, quando a Conferência dos Direitos Humanos da ONU em Viena adicionou em seu documento final a questão da violência contra as mulheres, afirmando que os direitos humanos das mulheres e meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A partir desse marco normativo, as formas de combate à violência contra a mulher começaram a ser discutidas num contexto internacional com propostas específicas do setor de Direitos Humanos da ONU (Blay, 2008, p. 23). Eles reiteravam o que já era proposto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, mas reconhecem a identidade e a diferença da condição socioeconômica a que as mulheres são submetidas. Como afirma Mello,

O direito à diferença implica o direito ao reconhecimento de identidades próprias, o que propicia a incorporação da perspectiva de gênero, isto é, repensar, revisitar e reconceitualizar os direitos humanos a partir da relação entre os gêneros como um tema transversal. (Mello, 2016, p.36)

Ao longo do tempo, outras Conferências Internacionais e Convenções foram realizadas, das quais duas se destacam a Convenção Pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, também conhecida como Convenção da Mulher ou Cedaw, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará.

A Convenção da Mulher, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1979, impôs aos países signatários o dever do combate à violência contra a mulher. Segundo Mello, o Brasil assinou o documento com reservas em 1984, suspendendo-o em 1994. Apenas em 2001 o Governo brasileiro assinou um novo protocolo facultativo à Convenção proposto pela Assembleia Geral da ONU, em que se comprometeu a designar um comitê para denúncias sobre a violação dos direitos das mulheres.

Mas foi em 2008 que surgiu o que Mello considera o “instrumento internacional mais importante de direitos humanos”. Promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA), a Convenção de Belém do Pará ampliou os

debates e instigou os países a assumir responsabilidades mais concretas com o combate ao feminicídio, principalmente no contexto da América Latina, lançando uma Declaração sobre o Feminicídio de modo a aumentar o combate a esse crime.

Esse documento afirma que a violência contra a mulher é uma ofensa à dignidade humana e uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres.

Ao assinar esse Tratado Internacional, o Brasil assumiu responsabilidades como incluir em sua legislação interna normas penais, civis e administrativas que visem a erradicar a violência contra a mulher, além de estabelecer meios de ressarcimento e reparação de danos (MELLO, 2016, p. 38).

Outras Conferências Internacionais ratificaram, ao longo dos anos, a importância da tipificação do combate a essa violência, mas a Cedaw e a Convenção de Belém do Pará proporcionaram um contexto em que o Estado passou a se responsabilizar por isso. A partir de então, vários países da América Latina, incluindo o Brasil, começaram a incluir a violência contra a mulher nas suas legislações.

Até 2016, 16 países da América Latina haviam tipificado o feminicídio de alguma forma em suas leis. São eles a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela.

A legislação varia bastante em denominação, categorização e especificação do que é violência contra a mulher. Alguns países incorporaram o feminicídio como qualificadora e agravante do delito nos Códigos Penais, como é o caso do Peru, em 2009, do Chile, em 2010, e da Argentina, em 2012. Outros países tipificaram o feminicídio através de leis específicas e externas ao Código Penal, como é o caso da Costa Rica, em 2007, e da Guatemala, em 2008. O México é ainda um caso à parte: tem leis que incorporam o delito de feminicídio em nível estatal e federal. Por ter sido palco do caso já comentado de Ciudad Juárez, o Estado de Chihuahua, onde aconteceram os feminicídios em massa, foi o primeiro a tratar com lei própria os assassinatos de mulheres, em 2003 (MELLO, 2016).

Nesse contexto, o Brasil foi um dos últimos a adotar a qualificadora, sancionando a Lei do Feminicídio apenas em 2015. A seguir, faremos um breve histórico de como a violência e o assassinato com razões de gênero foram tratados no Brasil, até chegar ao projeto de lei aprovado.

2.3 O FEMINICÍDIO NO BRASIL

O Brasil tem um histórico de impunidade em casos de feminicídio antes da violência contra a mulher começar a ser criminalizada na legislação brasileira. Enquanto essa conquista começou a ser reivindicada a partir da década de 1980, durante o período de redemocratização do país, os homicídios de mulheres faziam parte da sociedade brasileira já há muitos séculos (BLAY, 2008, p. 37).

A antiga institucionalização da impunidade ajuda a compreender o cenário em que a violência contra a mulher acontece e o porquê de a tipificação ser importante nos dias atuais. Mello (2016, p.88) aponta que, antes mesmo de a Independência do Brasil ter sido declarada e o país ter seu próprio Código Penal, as leis vigentes em Portugal – chamado Código Filipino, em vigor no Brasil do século XVI ao XIX – garantiam o direito ao homem de matar sua esposa caso a flagrasse ou mesmo se apenas suspeitasse de adultério. Por outro lado, quando o marido era infiel, o caso era justificado por um suposto caráter naturalmente poligâmico do homem.

O papel da mulher como submissa ao homem na sociedade ocidental foi explicado detalhadamente por Simone de Beauvoir no clássico feminista *O Segundo Sexo*, no qual diz que

Na realidade, a situação privilegiada do homem vem da integração de seu papel biologicamente agressivo em sua função social de chefe, de senhor; é através dessa situação que as diferenças fisiológicas adquirem todo seu sentido. Por ser, neste mundo, soberano, o homem reivindica como sinal de sua soberania a violência de seus desejos; diz-se de um homem dotado de grandes capacidades eróticas que é forte, que é potente: epítetos que designam como que uma atividade e uma transcendência (BEAUVOIR, 1949, p. 128)

A mulher acabava, então, sendo propriedade primeiro de seu pai, tendo como dever manter sua honra e sua virgindade, e depois de seu marido, sendo fiel.

A honra era um bem masculino, e o papel social da mulher era assegurar essa honra (MELLO, p.89):

A ideologia patriarcal, institucionalizada e garantida por leis, legitimava a dominação masculina, que fez do espaço do lar um local privilegiado para a violência contra a mulher, tida como necessária para a manutenção da família e o bom funcionamento da sociedade. (Ibid., p. 89)

No primeiro Código Penal brasileiro, que passou a ser usado em 1830, o marido já não poderia matar mais sua mulher, mas o adultério era visto como um “crime contra a segurança do Estado Civil e doméstico”, com pena de 1 a 3 anos de prisão – o marido também poderia ser punido, mas o Código Criminal atenuava o crime cometido pelo homem quando houvesse infidelidade por parte da mulher (Ibid.).

A importância dessas influências é tanta que até 2005 o Código Criminal brasileiro ainda previa penas contra crimes sexuais apenas contra “mulheres honestas”, ou seja, mulheres cuja conduta é marcada pelo “pudor, pela sexualidade controlada e restrita ao leito conjugal” – prostitutas não eram consideradas vítimas desse crime (BARSTED, 1994, p. 50). Nesse contexto, a violência contra a mulher acontecia num espaço privado e, conseqüentemente, em uma esfera na qual o Estado não podia agir.

Já no século XX, nas décadas de 1920 e 1930, Blay aponta haver uma tendência em absolver casos de assassinatos de mulheres com a justificativa de agir por excesso de amor ou paixão. A absolvição acontecia “em legítima defesa da honra”. Além disso, nomes importantes da sociedade que testemunhavam a favor do réu ajudavam a qualificar seus bons antecedentes. (BLAY, 2008, p. 42).

Nesse contexto, algumas feministas se organizaram para criar o Conselho Brasileiro de Higiene Social, com o objetivo de diminuir a impunidade e reeducar a sociedade sobre os crimes passionais. No entanto, essa justificativa continuou sendo usada ao longo das décadas seguintes.

Foi principalmente a partir da década de 1970 que o movimento feminista passou a lutar por políticas públicas voltadas para mulheres (CAMPOS, CARVALHO, 2011, p. 143), coincidindo com a inclusão da pauta dos direitos humanos das mulheres na Conferência de Viena. Nessa década, foram apresentadas propostas para alterar leis discriminatórias dos Códigos Civil e Penal,

e em 1977 foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar discriminações contra mulheres brasileiras (BARSTED, 1994, p. 41).

Um dos casos responsáveis por esse engajamento crescente, como detalha Blay (2008, p.40), foi o assassinato de Ângela Diniz por seu namorado Doca Street, em 1976. Ele a matou de forma violenta quando ela terminou o namoro. Ele confessou o crime dias depois, e foi absolvido no seu primeiro julgamento por legítima defesa da honra. O crime não era levado em conta, pois “Ignoravam-se os direitos individuais, sobretudo o direito da mulher de romper uma relação afetiva. Este rompimento merecia a morte como castigo, por levar o homem a perder o controle sobre seus sentidos” (BLAY, 2008, p. 37). Segundo Blay, a defesa usava de duas estratégias: mostrar o bom caráter do assassino e denegrir o da vítima, mostrando que foi sua própria conduta que levou à sua morte.

A partir daí o movimento feminista se organizou e fez uma campanha com o lema “quem ama não mata”, contraponto a declaração de Doca Street de ter “matado por amor”. O caso foi levado a julgamento novamente em 1981 e o réu foi sentenciado a 15 anos de prisão (MELLO, 2016, p.93). Esse acontecimento consolidou o movimento, levando a uma maior organização para a mudança da perspectiva no julgamento da violência contra a mulher.⁴

Segundo Barsted (1994, p. 40), o movimento de mulheres surgiu nessa época ligando a luta pelo reconhecimento da mulher como sujeito social particular ao mesmo tempo em que se engajava pela redemocratização do país. A questão da mulher passou a ter mais espaço na mídia, e esse engajamento político foi necessário para posteriormente ter a participação de feministas na elaboração de novas políticas públicas.

A partir da década de 1980, as demandas começaram a apresentar resultados mais concretos. Foram criados órgãos públicos e programas de assistência governamental, dos quais se destaca, principalmente, a criação das Delegacias de Atendimento à Mulher, em 1985. Elas aumentaram a visibilidade de crimes cometidos contra a mulher e incentivaram mais vítimas a denunciar seus agressores, além de facilitar a investigação dos crimes (BARSTED, 1994, p. 51).

⁴ Blay aponta que jornalistas como Paulo Francis e Tristão de Athayde se manifestaram na imprensa contra o movimento feminista, alegando que teriam influenciado no julgamento por terem pré-condenado o réu e que transformaram em acontecimento nacional o que era uma “briga entre amantes”.

Nas palavras de Mello, essa iniciativa “representou, inegavelmente, não só a originalidade, mas a intenção de propiciar às vítimas de violência de gênero em geral [...] um tratamento especializado” (2016, p. 93).

Outra conquista apontada pelas pesquisadoras como consequência do engajamento do movimento feminista foi referente à Constituição Federal de 1988. Ela assegura a igualdade entre os sexos⁵ e repudia a violência doméstica e familiar⁶. Também foi adicionada a disposição de que o estupro é um crime hediondo e inafiançável, na tendência da criminalização da violência contra a mulher. No entanto, muitas demandas do movimento feminista à época não foram contempladas, tais como a descriminalização do aborto (BARSTED, 1994, p. 50). Mas o fato de tais artigos estarem assegurados em Constituição representaria, segundo Mello, uma reação à discriminação sofrida pelas mulheres por séculos, já que não havia seguranças de igualdade entre sexos em outras Constituições.⁷

2.3.1 A Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio

Como vimos, o final do século XX foi um período do início de um reconhecimento formal de necessidade de políticas sociais voltadas à mulher. No entanto, não havia nenhuma lei específica que criminalizava a violência contra a mulher e que fosse além do garantido na Constituição, como já estava acontecendo em outros países da América Latina (CAMPOS, 2015, p.106). Apesar de nos anos 1990 já existirem discussões e propostas para criar algo nesse sentido, só surgiu em 2004 um projeto de lei que formalizasse essa demanda. O Projeto de Lei nº

⁵ “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição”.

⁶ “Art 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado [...] § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

⁷ Um exemplo da não igualdade de direitos entre homens e mulheres em Constituições antigas é referente ao direito ao voto. O voto feminino só foi permitido em 1932, no governo de Getúlio Vargas, entrando na Constituição de 1934 (COSTA, 2005, p. 29).

4.559/2004 foi o que deu origem à Lei nº 11.340/2006, mais conhecida por Lei Maria da Penha.

Esse projeto foi a resposta do Estado brasileiro à condenação que sofreu pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos por negligência e omissão em relação à violência doméstica, em 2001, pelo caso Maria da Penha Fernandes (MELLO, 2016, p.53). Explicaremos este caso por ter se tornado simbólico na história dos direitos humanos das mulheres no Brasil.

Maria da Penha Fernandes sofreu duas tentativas de homicídio pelo seu então marido em 1976, em sua casa, em Fortaleza. Aos 38 anos ela ficou paraplégica, depois de uma tentativa de eletrocutá-la e depois de levar tiros disparados contra ela enquanto dormia, além de uma série de agressões acontecidas durante o casamento. O réu foi condenado pela Justiça Estadual, mas continuou em liberdade durante quinze anos graças a recursos aos quais recorria.

Em 1998, então, o caso foi apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos por meio de entidades brasileiras, que julgou o Estado brasileiro tendo como base a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos e a Convenção de Belém do Pará. O Estado foi acusado de violar uma série de artigos que garantem a segurança e a proteção às mulheres e o ressarcimento de danos, e condenado 18 anos depois do crime acontecer. Como explica Mello:

A Comissão ainda declarou em seu relatório que a sistematização a impunidade na sistemática brasileira – subentende-se, portanto, os sistemas judiciário, legislativo e policial – perpetua os fatores de violência contra a mulher. Conforme citação, “a Comissão considera que não só é violada a obrigação de processar e condenar, como também a de prevenir essas práticas degradantes”. (MELLO, 2016, p.54)

Esse caso foi o primeiro a aplicar a Convenção de Belém do Pará. Dentre as recomendações apontadas pela Comissão, estava a reforma do processo discriminatório ao qual as mulheres eram submetidas ao realizar uma denúncia ou investigação, a sensibilização de funcionários judiciais e de policiais especializados para compreender a importância de não tolerar a violência doméstica e a

simplificação dos procedimentos judiciais penais para a redução do tempo do processo⁸.

Em 2004, então, foi elaborado um projeto de lei por um grupo de trabalho Interministerial a ser encaminhado ao Congresso Nacional, a fim de mudar o entendimento no tratamento da violência contra a mulher, estabelecendo medidas de prevenção, assistência e proteção às mulheres e coibindo o sistema de impunidade. A Lei nº 11.340 foi promulgada em 7 de agosto de 2006 e ficou conhecida por Lei Maria da Penha.

Segundo Campos e Carvalho (2011), as Nações Unidas consideram a Lei Maria da Penha um exemplo de legislação no combate à violência doméstica principalmente pelo seu mérito e integrar no corpo da lei os tratados internacionais de direitos humanos das mulheres e por prever o tratamento integral da violência doméstica, ou seja, “a aliança entre as medidas assistenciais, as de prevenção e as de contenção da violência, além do vínculo da esfera jurídica com os serviços de assistência em rede” (CAMPOS, CARVALHO, 2011, p. 144).

Não convém a este trabalho analisar o mérito dos mecanismos jurídicos detalhados no corpo da lei, mas apenas identificar em linhas gerais de que forma ela contribuiu para a melhoria no combate à violência doméstica e como ela foi a precursora da Lei do Feminicídio, sancionada nove anos depois.

A proteção da lei se estende apenas a mulheres, e restringe os casos de violência ao ambiente doméstico, podendo ser considerado agressor não só uma pessoa com relação íntima de afeto (independentemente da orientação sexual), mas as que ocorrem em ambiente doméstico ou por familiares. A definição do que é violência contra a mulher também foi abrangente, englobando a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.⁹

Como aponta Pasinato (2010), a Lei engloba três eixos de atuação: medidas criminais para a punição da violência, medidas de proteção da integridade física e

⁸ Comissão Interamericana de Direitos Humanos – OEA, *Informe 54/2001*, caso 12.051, Maria da Penha Fernandes v. Brasil, 16.4.2001, parágrafos 42 a 44. Disponível em: <<http://www.cidh.org/annualrep/2000port/12051.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

⁹ Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>>. Acesso em: 30 mar. 17.

dos direitos da mulher e medidas de prevenção e educação. Dentre as medidas que preveem a punição ao agressor, estão, por exemplo, a prisão em flagrante, preventiva ou decorrente da pena aplicada e a retomada do inquérito policial.

No entanto, Mello aponta que, embora sejam inegáveis todos os avanços que a Lei Maria da Penha trouxe, a “questão da morte como fim de um contínuo de violência contra a mulher não era tratada de forma específica, diferenciada da lesão corporal, pela lei em questão” (2016, p.8). Os homicídios decorrentes da violência contra a mulher escapavam dos limites da lei em questão. Dessa forma, se fazia ainda necessária a inclusão da tipificação do feminicídio na legislação.

Em 2012, o Senado Federal criou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher, para investigar e “apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”.¹⁰ Os resultados das investigações apontaram que houve um aumento visível de homicídios de mulheres no Brasil nos últimos 30 anos, e que era necessária a criminalização do feminicídio. A CPMI propôs a criação dessa qualificadora, afirmando que “[...] a lei [Maria da Penha] deve ser vista, no entanto, como um ponto de partida, e não de chegada, na luta pela igualdade de gênero e pela universalização dos direitos humanos. Uma das continuações necessárias dessa trajetória é o combate ao feminicídio” (BRASIL, 2013, p. 1003).

No projeto apresentado pela CPMI, o feminicídio é definido como “assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres”, ou “assassinato relacionado a gênero”, que se “refere a um crime de ódio contra as mulheres, justificado socioculturalmente por uma história de dominação da mulher pelo homem e estimulada pela impunidade e indiferença da sociedade e do Estado” (BRASIL, 2013, p. 1003).

A especificação do feminicídio era apresentada como a “forma extrema de violência de gênero que resulta na morte da mulher”, tal como no conceito original cunhado por Diana Russell já apresentado neste trabalho. O crime aconteceria sob

¹⁰ Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496481>>. Acesso em: 30 mar. 17.

três circunstâncias: quando há relação íntima de afeto ou parentesco entre a vítima e o agressor; quando há prática de qualquer violência sexual contra a vítima e em casos de mutilação ou desfiguração, que denota a motivação do crime por razão de gênero.

Como analisa Campos (2013, p.107) houve dois substitutivos à proposta de lei original protocolada. Na primeira, o feminicídio foi redefinido como “contra a mulher por razões de gênero”, restringindo a conduta feminicida se comparado ao projeto anterior. O crime também aconteceria nas circunstâncias apresentadas anteriormente mais acrescentou ainda o “emprego de tortura ou outro meio cruel ou degradante”. Conforme explica a pesquisadora, a Procuradoria da Mulher do Senado Federal propôs ainda um novo substitutivo, restringindo as circunstâncias do feminicídio apenas ao caso de violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à mulher, “alterando substancialmente o projeto original da CPMI”, já que as outras circunstâncias estariam englobadas nas duas propostas. Além disso, a expressão “razões de gênero” foi trocada por “razões da condição de sexo feminino” no Congresso Nacional.

O Projeto de Lei nº. 8305/2014 foi aprovado e sancionado pela então Presidenta da República Dilma Rousseff. A Lei 13.104 de 09 de março de 2015 considera feminicídio quando o crime é praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, envolvendo ou violência doméstica e familiar ou menosprezo contra a condição de mulher. Ela prevê o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio e prevê causas de aumento de pena de 1/3 até a metade se o crime for praticado I) durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; II) contra menos de 14 anos, maior de 60 anos ou pessoa com deficiência ou III) na presença de descendente ou ascendente da vítima. Além disso, o considera como crime hediondo.

A qualificadora de feminicídio da legislação brasileira, portanto, é restrita à violência que foi baseada no gênero, e que o crime tenha acontecido em uma relação íntima de afeto, no ambiente doméstico ou da família. Mello (2016, p.144) explica que, sob essa perspectiva, “feminicídio não se confunde com a violência ocorrida no âmbito familiar que não tenha sido baseada no gênero”. Além disso, como afirma Campos (2015, p. 114), a lei qualifica o feminicídio baseado na violência de gênero e não em toda a morte de mulher.

A lei é tida como mais uma vitória no âmbito da luta pela criminalização da violência contra a mulher no Brasil. Embora sua redação final tenha se afastado da demanda feminista de ser mais abrangente, como afirma Mello,

A tipificação do feminicídio inaugura um novo momento, em que as formas de combate à violência contra a mulher, longe de serem uma questão resolvida, devem cada vez mais ser discutidas. Essencial para que essa discussão se dê, porém, é justamente a inclusão do termo *feminicídio* no léxico do Direito, que [...] é talvez a principal contribuição no novo sistema. (MELLO, 2016, p.154)

São estes os critérios utilizados por este trabalho para identificar e selecionar as matérias do jornal Tribuna do Paraná que tratam de feminicídio no período que vai de 10 de março de 2014 a 9 de março de 2016, que corresponde a um ano antes e um ano depois de sancionada a Lei do Feminicídio. Não se trata de realizar uma pré-condenação de suspeitos, mas sim de uma seleção de homicídios de mulheres noticiados que poderiam vir a ser qualificados como feminicídios.

3. O JORNALISMO POLICIAL

Neste capítulo, vamos traçar um pequeno histórico do jornalismo policial e do sensacionalismo comumente associado a ele no Brasil, mostrando quais características definem esse tipo de especialização do jornalismo, além de quais influências o moldaram até chegar no modelo padrão atual. Também nos propomos a explicar questões relativas ao jornal diário *Tribuna do Paraná*, escolhido para o presente estudo, tais como uma breve história e linha editorial, mostrando como ele se caracteriza como um jornal sensacionalista no espectro das publicações brasileiras.

A importância deste capítulo reside em compreender em qual contexto está inserido o jornal no qual são publicadas as matérias selecionadas para a análise desta pesquisa, que são resultado de um conjunto de fatores que formam a notícia tal como ela é publicada. Tido como um jornal sensacionalista (AMARAL, 2006), a *Tribuna do Paraná* dá um determinado tratamento de sensações para a notícia, como é comum neste tipo de cobertura policial, conforme veremos a seguir. As origens e especificações desse tratamento é o que vão gerar os enquadramentos posteriormente analisados neste trabalho.

3.1 DEFINIÇÕES E HISTÓRICO

Antes de apontar quais foram os caminhos traçados pelo jornalismo policial no Brasil, faremos uma definição do que é essa especialização, bem como o que é sensacionalismo.

Segundo Lira (2014), o jornalismo policial caminha na direção contrária do jornalismo investigativo pois, em vez de trazer à luz informações relevantes que estavam escondidas para solucionar questões sociais, ele explora os casos criminais por meio de entrevistas e imagens, especialmente quando o investigado está em situação de vulnerabilidade. Para ele, “trata-se de um jornalismo de denúncias que se limita a dramatizar ocorrências policiais, em busca de lucro e sem qualquer responsabilidade ou pretensão de solucionar a questão”. (Lira, 2014, p. 89)

Já o pesquisador Angrimani, em seu conhecido livro *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa* (1995, p.16), faz um resgate de estudos sobre o que é o sensacionalismo. Sua principal definição para este termo é “tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento”. Para exemplificar, cita Marcondes Filho, explicando que “escândalos, sexo e sangue compõem o conteúdo dessa imprensa (...) como as mercadorias em geral, interessa ao jornalista de um veículo sensacionalista o lado aparente, externo, atraente do fato”¹¹. Ademais, ainda o caracteriza como um tratamento particular que um jornal dá a crimes, desastres, sexo, escândalos e monstrosidades.

Esse tipo de jornalismo especializado traz como pauta diversos tipos de violência, tais como homicídios, suicídios, estupros, vinganças, brigas, entre outros. Além disso, o assassinato não se encontra somente em editoriais destinadas a esse assunto (como o obituário), mas espalhada no espectro de notícias. “O jornal sensacionalista transforma a morte em seu assunto de capa, como se rendesse um culto diário e fetichizado à morte” (ANGRIMANI, 1993, p. 53).

Como explica Matheus (2011) e Barbosa (2004), existem duas condições principais para a morte ter valor notícia nos meios de comunicação: ou é pelo falecimento de uma personalidade famosa ou quando um anônimo teve sua vida interrompida pela violência externa. “Trata-se da morte como ruptura da ordem e é dessa ruptura que é feita a notícia, tentando dar uma explicação reconfortante. Esse mecanismo combina perfeitamente com a perplexidade diante a perigosa cidade moderna” (MATHEUS, 2011, p. 57).

Para Angrimani, uma teoria do motivo de tanto interesse na espetacularização da morte está justamente na linguagem que não é usada pelos *quality papers*, pois o sensacionalismo vai em busca de um texto atraente e de fotos com destaque, que vá provocar sensações no leitor. Ele recusa a hipótese de que seria a diferença da formação cultural o principal fator que diferencia os leitores de um *quality paper* e de um jornal sensacionalista. Segundo ele, o interesse pela morte é independente do nível cultural ou econômico do leitor. A principal diferença, portanto, reside na lingual editorial utilizada.

¹¹ MARCONDES FILHO, 1986 apud Angrimani, 1995, p. 15.

Essa linguagem é muito caracterizada pelo uso frequente e sem moderação do clichê, em contraposição à neutralidade – ele vai em busca do sentimento, da catarse, do choque do público, como forma de causar impacto. Esse discurso resulta em um apelo que é explicado através do gosto pelo verbalismo ao qual a cultura brasileira é historicamente ligada (SODRÉ, 1972, p. 33).

Angrimani (1995, p. 14) cita algumas “regras definidoras da prática ou do *modo sensacionalista* de produção do discurso de informação no jornalismo diário” que podem ser usadas como exemplos dessa linguagem catártica. Segundo ela, são características que compõem uma narrativa sensacionalista: a valorização da emoção em detrimento da informação, a exploração do extraordinário e do vulgar de forma espetacular e desproporcional, a subtração de elementos importantes e acréscimo ou *invenção* de palavras ou fatos, o destaque de elementos insignificantes, ambíguos, supérfluos ou sugestivos, entre outros.

Ainda segundo ela,

A narrativa (sensacionalista) transporta o leitor; é como se ele estivesse lá, junto ao estuprador, ao assassino, ao macumbeiro, ao sequestrador, sentido as mesmas emoções. Essa narrativa delega sensações por procuração, porque a interiorização, a participação e o reconhecimento desses papéis, tornam o mundo da contravenção subjetivamente real para o leitor. A humanização do relato faz com que o leitor reviva o acontecimento como se fosse ele o próprio autor do que está sendo narrado.¹²

De forma geral, portanto, podemos afirmar que a prática sensacionalista se nutre da exploração da catarse do leitor através de elementos imagéticos que descrevem as cenas policiais mais violentas.

No entanto, a prática do sensacionalismo pode ocorrer em vários graus no segmento popular da grande imprensa, mais ou menos presente em algum produto, segundo Amaral (2005). A pesquisadora traz algumas críticas com relação ao uso exacerbado da taxação de um jornal como sensacionalista, uma vez que o termo se esvazia de significado ao ser amplamente utilizado, mas estabelece que de forma geral o termo rotula a prática de provocar sensações principalmente através superexposição da violência através da cobertura policial.

Seguindo, portanto, esta linha de definições sobre o sensacionalismo, traçaremos agora um breve histórico de como surgiu este tipo de publicação na

¹² PEDROSO, 1983 apud ANGRIMANI, 1995, p. 14.

imprensa internacional, como chegou ao Brasil e em qual contexto surge a “Tribuna do Paraná”.

Segundo Angrimani (1994), apesar de as raízes dos jornais populares sensacionalistas se dividirem entre França e Estados Unidos, ambas são válidas para este histórico. Na França, os primeiros jornais populares apareceram entre 1560 e 1631: o *Nouvelles Ordinaires* e o *Gazette de France* já teriam características típicas do sensacionalismo. Eles eram alimentados principalmente pelos chamados *faits divers* – literalmente, fato diverso, curioso, fantástico –, em que o exagero era predominante no texto.

Posteriormente, no século XIX, um outro tipo de publicação se tornou comum: os *canards*. Com apenas uma página e escassa quantidade de informação, eles traziam vários *faits divers* relatando crimes violentos e eram vendidos nas ruas com o “canardeiro” gritando as manchetes do dia. Angrimani explica que, por isso, na língua francesa, “além de ‘pato’, o termo ‘canard’ significa também conto absurdo, fato não-verídico, cambalacho e, posteriormente, folhetim ilustrado”¹³.

Já nos Estados Unidos, o primeiro jornal americano, *Publick Occurrences*, também já continha características sensacionalistas. Teve apenas uma edição, circulada em 1690, em que noticiou uma epidemia de sarampo sem poupar juízos de opinião¹⁴.

Mas foi apenas no final do século XIX que foram lançados dois dos marcos do sensacionalismo que, para Angrimani, moldaram esse gênero e trouxeram-lhe características que são utilizadas até hoje. São eles o *New York World*, editado por Joseph Pulitzer, e o *Morning Journal*, assumido em 1895 por William Randolph Hearst, jornais conhecidos como *penny papers* por custarem, literalmente, alguns centavos, mas que lucravam pela publicidade. “Antes da virada do século, os jornais de Pulitzer e Hearst alcançavam tiragens de até um milhão de exemplares/dia” (ANGRIMANI, 1993, p. 21).

O *New York World* se valia de imagens e manchetes “em tom sensacional, cruzadas com apelo popular”, e foi o primeiro jornal a publicar em cores, e na década de 1890 já tinha uma renda líquida de US\$ 1,2 milhão¹⁵. Assim, começou a

¹³ SEGUIN, 1969 apud Angrimani, 1994, p. 20.

¹⁴ MOTT, 1941 apud Angrimani, 1994, p. 20.

¹⁵ JONES, 1947 apud Angrimani, 1994, p. 20.

servir de modelo de negócios para outras publicações, como foi o caso do *Morning Journal*, comprado por Hearst em 1895. Na época, Hearst já havia trabalhado como repórter iniciante no “World”, e seu ingresso como *publisher* deu início a uma competição entre ele e Pulitzer – época em que surgiu o termo “imprensa amarela”¹⁶, fazendo referência à cor do Yellow Kid, personagem dos quadrinhos *Hogan’s Alley* que era publicado pelo *World* e depois pelo *Journal*. Algumas das características da “imprensa amarela” eram, segundo Angrimani:

1) manchetes escandalosas em corpo tipográfico excessivamente largo, “garrafais”, impressas em preto ou vermelho, espalhando excitação, frequentemente sobre notícias sem importância, com distorções e falsidade sobre os fatos; 2) o uso abusivo de ilustrações, muitas delas inadequadas ou inventadas; 3) impostura e fraudes de vários tipos, com falsas entrevistas e histórias, títulos enganosos, pseudociência; 4) quadrinhos coloridos e artigos superficiais; 5) campanhas contra os abusos sofridos pelas “pessoas comuns”, tornando o repórter um cruzado a serviço do consumidor” (ANGRIMANI, 1994, p. 22)

A “imprensa amarela” durou aproximadamente uma década, de 1890 a 1900 e a batalha entre os dois jornais teve seu auge durante o conflito entre autoridades espanholas e revolucionários cubanos, em 1896 (SCHUDSON, 2010, p. 77). Ambos os jornais disputavam para desmentir o outro com relação a boatos veiculados sobre o conflito. Até esse período, algumas das práticas desses jornais incluíam enviar correspondentes internacionais que, na verdade, eram amigos do editor. Estes mandavam cartas relatando o que acontecia no local e a narração de uma história do ponto de vista pessoal do jornalista, como uma “testemunha ocular” (Ibid., p. 77). Este momento do jornalismo foi importante para mostrar que “sensacionalismo e credibilidade se repelem, são incompatíveis (...). A partir do início do século XX, já se sabia que quem ousasse seguir a via sensacionalista entraria em rota de colisão com a credibilidade” (ANGRIMANI, 1994, p. 23).

¹⁶ No Brasil, o termo equivalente é “imprensa marrom”, adaptado do francês *imprimeur marron*, ou impressor ilegal, fazendo referência aos “canards”, que imprimiam suas publicações ilegalmente. Segundo Angrimani (1994), esse termo ainda é utilizado “quando se deseja lançar suspeita sobre a credibilidade de uma publicação”.

3.1.1 Jornalismo policial no Brasil

As origens da imprensa sensacionalista no Brasil também remetem ao fim do século XIX. A partir de 1910, crimes começaram a ser relatados como “notas sensacionais” nas páginas da grande imprensa, e a popularização desses jornais aconteceu concomitantemente a essa inclusão editorial. Os acontecimentos eram contados sob o formato da narrativa, construindo personagens sob representações de arquétipos, o que leva o público a participar indiretamente da cena descrita (BARBOSA, 2007).

Na década de 1920, começam a aparecer no Rio de Janeiro publicações dedicadas exclusivamente à cobertura de *fait divers* pelo viés do grotesco e do inusitado. Os jornais *Manhã* e *Crítica*, fundados por Mário Rodrigues respectivamente em 1925 e 1928, foram dois exemplos que tratavam de crimes, desastres, roubos, incêndios, entre outros (MATHEUS, 2011). Este modelo foi usado por diversas outras publicações que viriam a surgir nos anos seguintes.

Paralelamente à profusão de jornais sensacionalistas que nasciam e muitas vezes não duravam mais que poucas edições, aparecia um novo fenômeno no cenário do jornalismo brasileiro: os conglomerados de mídia, que nasciam com a compra de *O Jornal*, por Assis Chateaubriand em 1925 (BARBOSA, 2007). Passou a ser comuns empresas que publicavam mais de um jornal com diferentes linhas editoriais, como foi o caso da própria *Tribuna do Paraná*, pertencente à *Editora Estado do Paraná*.

É importante ressaltar a importância da publicidade para a sobrevivência dos jornais sensacionalistas, uma vez que, por serem populares, sua renda era garantida por anunciantes. Segundo Muniz Sodré (1972), uma alta na industrialização brasileira na década de 1940 acabou por reduzir as importações e valorizar a economia local, propiciando uma nova era do consumo com base na publicidade e no estímulo do consumo através da comunicação de massa.

Para contextualizar a fundação da *Tribuna* em 1956, vamos citar algumas publicações contemporâneas a ele que moldaram as referências do cenário do jornalismo policial ao longo do século 20.

Fundada em 1911 por Irineu Marinho, *A Noite* teve seu apogeu ao final da década de 1920, quando atingia a marca dos 50 mil exemplares por dia. Tinha uma cobertura policial destacada como a melhor da época (BARBOSA, 2007, p. 93), e era reconhecido pelo público nessa área, bem como a de política e de esporte. Eram muito comuns primeiras páginas anunciando crimes violentos, prisões, catástrofes e notícias que exploram o sobrenatural. Após uma série de dívidas e troca de donos, a crise culminou no fim do jornal pela década de 1940.

Já *O Globo*, mesmo tendo sido criado em 1925 também por Irineu Marinho, foi ganhar relevância a partir da década de 1940 e reafirmar seu prestígio nas décadas de 1960 e 1970, sobrevivendo a diversas mudanças no mercado do jornalismo. Até a década de 1960, o jornal destacava matérias com crimes passionais entre as classes média e alta, dando lugar outros aspectos da criminalidade na segunda metade do século 20, como o crime organizado e o tráfico de drogas. A mudança não foi só editorial, mas acompanhou a progressão da criminalidade no Rio de Janeiro (MATHEUS, 2011, p. 20). O jornal circula até hoje e possui uma versão online, mas agora como *quality paper*.

Outro importante jornal para o histórico de jornalismo policial brasileiro é o *Notícias Populares*, que foi criado em São Paulo em 1963 para “neutralizar” o jornal *Última Hora*, publicação de Samuel Wainer considerado de esquerda que apoiava o governo de Getúlio Vargas (ANGRIMANI, 1995, p. 83). A estratégia, para isso, era dar ao leitor do *Última Hora* “um jornal político que falaria o mínimo possível de política” (sic), com “um padrão de qualidade mais baixo” (Ibid, p. 83).

O jornal exagerava nas manchetes e tinha conteúdo explícito, como fotos que expunham as vítimas e descrições da cena do crime cheias de detalhes. Chegou a ser censurado temporariamente em maio de 1991 por conter conteúdo “inadequado para menores de 18 anos”, passando a ser vendido com embalagem lacrada e advertência a cada vez que o conteúdo tivesse destaque para violência explícita considerada inadequada. A publicação durou quatro décadas, tendo fim em 2001, e protagonizou uma das maiores polêmicas no jornalismo policial brasileiro: “o caso do bebê diabo”, que iremos descrever brevemente.

Por 22 edições (de 11 de maio a 1º de junho de 1975), a primeira página do “*Notícias Populares*” estampou o caso de um bebê diabo que teria nascido em São

Bernardo do Campo. A história foi inventada por um repórter em um dia sem notícias de impacto. A primeira edição do jornal com o fato, cuja manchete era “Nasceu o bebê diabo em São Paulo”, esgotou nas bancas, e o jornal permaneceu com a história durante os 22 dias que se seguiram. Angrimani (1995, p. 140) explica que a redação recorria a estratégias para continuar a história: não dava nomes para as fontes (mas também não os inventava), reiterava a possibilidade de tudo se tratar de um boato, trazia testemunhas e descrições. A narrativa chegou ao fim quando o jornal publicou que o bebê-diabo teria sido “sequestrado por fanáticos religiosos” e “morto a qualquer hora”. Esse caso marcou a história da imprensa sensacionalista brasileira.

Já no Paraná, dois jornais dominavam o cenário do jornalismo na capital: a *Gazeta do Povo*, criada em 1919, e *O Estado do Paraná*, criado em 1951, cuja editora começou a publicar a *Tribuna do Paraná* em 1956.

A *Gazeta* surgiu em um contexto de crescimento populacional, econômico e intelectual com o objetivo de ser um jornal com imparcialidade, independente de grupos políticos que militam no Estado. Seguiu a linha de cobrir acontecimentos locais e prestar serviços aos habitantes da cidade (OLIVEIRA FILHA, 2004, p. 11). Para a pesquisadora, “a conduta da direção da *Gazeta do Povo* tem sido, historicamente, de evitar o debate político e nunca aceitar o confronto”, querendo seguir uma linha mais neutra (2004, p. 11).

Já o *Estado do Paraná*, ao contrário da *Gazeta*, surgiu com o claro objetivo de criar um jornal que fosse a favor do então governador do estado do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto. Segundo Oliveira Filha (2004), na década de 1950 Curitiba recebia reflexos das mudanças no Brasil pós Segunda Guerra Mundial, como a chegada de grandes grupos de imigrantes da Polônia e da Ucrânia, além de um período de maior estabilidade econômica e democrática (que durou até o golpe de 1964). A pesquisadora ainda explica que a tiragem e a circulação do *Estado* ficaram menos comprometidas por problemas da época – tais como racionamento de energia elétrica e dificuldades em conseguir papel no pós-guerra – pelo fato de o jornal contar com o apoio oficial. Na época, a publicação procurava oferecer uma cobertura regional e distribuir também no interior do estado. Nesse contexto, a *Tribuna do Paraná*, começou a ser publicada pela editora *O Estado do Paraná* em

1956, focando nos assuntos futebol e polícia, tal como o padrão sensacionalista à época.

Na década de 1960, o grupo enfrentou uma crise financeira e foi vendido em 1962 ao então secretário de Agricultura do Estado, Paulo Cruz Pimentel, que usou o *Estado* para consolidar sua candidatura ao governo (OLIVEIRA FILHA, 2004, p. 7). A editora permaneceu na posse da família até 2011, quando foi vendida para o grupo GRPCom, dono da *Gazeta do Povo*, que permanece até o momento atual publicando a “Tribuna”.

Sobre o histórico desses dois grupos, Oliveira Filha (Ibid., p. 10) afirma:

A história dos dois principais jornais curitibanos da atualidade, *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*, repete uma tendência comum na imprensa local desde sua fundação, há 150 anos: os periódicos têm vinculações políticas – ligadas à situação ou à oposição – e são, geralmente, sustentados por elas. Mesmo que nos últimos anos tenham reduzido suas tiragens, significando a perda de leitores e anunciantes, os dois jornais continuam sendo referências na formação da opinião pública paranaense até porque integram fortes grupos de comunicação que detêm as emissoras de televisão com maior audiência regional (Oliveira Filha, 2004, p. 10).

3.2 AS NOVAS TENDÊNCIAS NO JORNALISMO POLICIAL

Dos momentos emblemáticos da cobertura policial na história do jornalismo brasileiro, o mais conhecido e o que gerou mais polêmicas e reflexões sobre o modo de operação dos jornais – *quality papers* e sensacionalistas – com relação à cobertura do acontecimento foi o caso conhecido como *Escola Base*. Ele é considerado um marco da mudança do viés no sensacionalismo, já que foi um momento de tomada de consciência sobre a responsabilidade da imprensa em coberturas desse tipo (RIBEIRO, 2001, p. 9).

Como explica Alex Ribeiro (2001), que fez um trabalho de pesquisa e entrevista com todos os envolvidos na história, este caso se tratou de sucessivas denúncias de abuso sexual de crianças que teria acontecido pelos donos de uma escola infantil (dentre outros envolvidos) no ano de 1994, pelos principais jornais no país, baseado no depoimento de crianças. Os jornais “não apenas acolhem a acusação fragilmente sustentada, como a amplificam, assumindo como verdades

absolutas as denúncias mais inconsistentes” (Ibid., p. 9). Sete pessoas foram acusadas injustamente e, mesmo depois de absolvidas pela Justiça, não conseguiram se desvincular da suspeita da sociedade.

Os jornais se retrataram veementemente, publicando diversas versões voltadas a contar o lado dos acusados. No entanto, segundo a avaliação de Ribeiro, por mais que o jornalismo tenha cumprido suas obrigações de fazer o possível para contar os dois lados da história, ele esteve muito aquém do que poderia ter feito, já que propiciou aos leitores um pré-julgamento dos acusados.

Mais recentemente, no estudo sobre as novas tendências na cobertura de segurança e criminalidade no Brasil, as pesquisadoras Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007) apontam que os padrões éticos e jornalísticos vêm mudando nas redações, o que alterou o tratamento dado pelos jornais sensacionalistas às matérias policiais. Segundo elas,

A primeira mudança que chama a atenção dos que analisam a cobertura de violência e criminalidade é a diminuição do uso, pela maioria dos jornais e mesmo das emissoras de TV, de recursos sensacionalistas e noções apelativas. Os principais jornais deixaram de utilizar fotos explícitas, e mesmo os mais populares evitam recomendar que a polícia elimine criminosos ou desrespeite direitos para combater o crime. Fatos emblemáticos dessa tendência foram o fechamento de um ícone do jornalismo apelativo, o “Notícias Populares”, de São Paulo, em 2001, e a reformulação editorial de “O Povo”, do Rio de Janeiro, em agosto de 2006 (RAMOS, PAIVA, 2007, p. 15-17).

No entanto, alguns problemas permaneceram permeando o meio da cobertura policial. Para Lira (2014, p. 16), um crime de massa é sempre noticiado pelas mídias em detrimento de problemas sociais e outros tipos de violência, o que é uma atitude problemática.

Enquanto a criminalidade tem voz, as demais formas de violência são mudas. E esse silêncio, “que reduz a violência a crime, além de ocultar o caráter violento de outros fatos graves – como a miséria, a fome, o desemprego –, cria um clima de pânico, de alarme social a que se costuma seguir um crescimento da demanda de mais repressão, de maior ação policial, de penas mais rigorosas. A intervenção do sistema penal aparece como a primeira alternativa, como a forma mais palpável de segurança, como a forma de fazer crer que o problema já está sendo solucionado”. (Lira, 2014, p. 16).

O autor aponta que suprimir as causas da delinquência de um crime de uma matéria – prática ainda comum em jornais sensacionalistas – é uma atitude

problemática porque ignora o contexto social em que o investigado/réu estava inserido, o que “impede que o espectador conheça a realidade daquele” e, conseqüentemente, incentiva o sadismo e o punitivismo: “no pensamento induzido do espectador, o acusado é sempre alguém diferente dele e, portanto, não merecedor de compaixão e solidariedade” (2014, p. 100). Ainda segundo o autor, embora esse movimento não seja consciente, ele aos poucos se fixa como uma tradição social, aliena o leitor e prejudica a democracia.

Um suspeito exposto ao sensacionalismo, característica própria do enquadramento noticioso episódico (IYENGAR, 1991), causa, assim, um processo de desvalorização do outro, uma vez que o leitor não respeita pessoas de quem não conhece a índole.

E com isso, se olvida que o crime é um fenômeno social, do qual todos, sem exceção, estamos sujeitos, mas que, erroneamente, as pessoas ditas *de bem* só admitem experimentar na condição de vítima, nunca na de acusado, pensamento que cria estereótipos, pelos quais o delinquente em regra é um estranho, enquanto a vítima é apresentada como um ser indefeso. A identificação com a vítima e o asco pelo acusado são efeitos do enquadramento noticioso episódico (LIRA, 2014, p. 100).

Vemos, então, que a principal consequência desse tratamento dado pelos jornais às notícias de criminalidade é a culpabilização do acusado de forma que seja julgado como “monstro” pelo leitor, aumentando a cultura do punitivismo.

No entanto, esse movimento é contrário quando a imprensa sensacionalista trata de crimes de violência contra a mulher: em vez de o leitor se identificar com a vítima e culpar somente o acusado, há naturalização da violência, culpabilização da mulher, reforço de estereótipos de gênero e uma superexposição da vítima em busca da justificativa de um assassinato (PRADO, SANEMATSU, 2017) – no caso, um feminicídio.

3.3 FEMINICÍDIO: QUANDO A CULPA É DA VÍTIMA

Como visto no capítulo anterior, o feminicídio é o último ato de uma sucessão de violências contra a mulher, de um histórico de ocorrências. Se, segundo Lira (2014), é necessária uma contextualização do crime para evitar a uma pré-condenação do acusado pelos leitores, isso também se faz necessário quando o

contexto é o assassinato de mulheres por questão de gênero, quando já havia um histórico de violência contra a vítima e o crime poderia ter sido evitado, uma vez que é dever do Estado dar proteção e segurança à mulher (PRADO, SANEMATSU, 2017).

O livro “Feminicídio: #InvisibilidadeMata”, organizado pelo Instituto Patrícia Galvão, analisa um panorama de como esse crime é cometido no Brasil, incluindo uma reflexão sobre alguns padrões reproduzidos pela cobertura policial. Segundo as organizadoras Prado e Sanematsu (2017), é comum nessas matérias apontarem casos pontuais de assassinatos de mulheres, principalmente quando envolvem brutalidade, sem acompanhar o caso ou dar mais informações. Além disso, é muito comum alegar que o autor estava agindo sob “loucura” ou “doença”.

Alguns dos principais padrões mencionados no livro como frequentemente utilizados nas coberturas são: a falta de informação sobre o histórico de violência sofrido pela vítima; um alto número de justificativas do homicídio como sendo “crimes passionais” ou “ciúme”, em detrimento da denominação “feminicídio”; a falta de divulgação de informações de serviços que podem ser utilizados por mulheres que estão em situação de violência doméstica, além das leis que protegem essa situação; a não identificação do agressor, mesmo quando este é autor confesso do crime; a prevalência de fontes policiais nas matérias, quando poderiam ser ouvidos também promotores e juízes, ou ainda gestores de políticas públicas; a revitimização, quando a vítima é tida como culpada da violência que sofreu através do reforço de estereótipos sobre papéis de gênero e estereótipos que recaem sobre as mulheres.

Os estereótipos de gênero fazem com que, no processo de evidenciação desse crime, os polos se invertam e a mulher seja colocada como a responsável pela violência que sofreu. Busca-se então enquadrar a mulher nos moldes de gênero, verificar se ela era uma boa mãe, uma mulher comportada, e também como se vestia, por onde transitava, etc (PRADO, SANEMATSU, 2017, p. 149).

Dessa maneira, esses problemas na cobertura dos feminicídios acabam atenuando a gravidade do crime, uma vez que não se vê o homicídio como resultado de um processo de violência. Além disso, essas práticas ainda usuais da cobertura jornalística policial incentivam comportamentos violentos e reforçam estereótipos “usados para inverter a culpa pelo crime, colocando sobre as vítimas a

responsabilidade pela violência que sofreram quando elas não se enquadram nesses estereótipos” (Ibid., p. 149).

Posteriormente, analisaremos se a cobertura realizada pela *Tribuna do Paraná* segue ou não estes padrões. Passemos agora ao histórico e linha editorial do jornal escolhido como objeto desta pesquisa, a *Tribuna do Paraná*.

3.4 A TRIBUNA DO PARANÁ

O jornal *Tribuna do Paraná* foi criado em 17 de outubro de 1956, em Curitiba, pelo jornalista João Féder. À época, Féder era diretor do jornal *O Estado do Paraná* e, foi incumbido como responsável por criar um “jornal vespertino voltado para os trabalhadores de Curitiba e região”¹⁷. Uma das principais características levadas em consideração para a linha editorial do jornal o foco no noticiário local. O binômio que sempre caracterizou essa linha era o futebol e a cobertura policial, tradicional para publicações sensacionalistas.

Como mencionamos anteriormente, a *Editora O Estado do Paraná*, que além do jornal com o mesmo nome publicava também a *Tribuna*, foi vendida em 1962 para Paulo Cruz Pimentel (OLIVEIRA FILHA, 2004), depois de um período de crise.

Ao longo dos anos, Paulo Pimentel reforçou a imagem de linha editorial sensacionalista declarando, por exemplo, que

A tiragem cresce junto com o sucesso do futebol paranaense, incluindo o futebol amador, que ganha muito destaque também com a realização do Peladão. Além disso, o jornal nunca dispensou a apresentação de mulheres bonitas, nas colunas inesquecíveis do Dartagnan¹⁸.

Em dezembro de 2011, o grupo GRPCom, dono do jornal *Gazeta do Povo*, anunciou a compra da *Tribuna do Paraná*, juntamente com *O Estado do Paraná* e o

¹⁷ “Morre, aos 83 anos, João Féder, criador da Tribuna do Paraná”. Disponível em <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/morre-aos-83-anos-joao-feder-criador-da-tribuna-do-parana/>>. Acesso em 1 de maio de 2017.

¹⁸ Tribuna do Paraná comemora 54 anos. Disponível em <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/tribuna-do-parana-comemora-54-anos/>>. Acesso em 1 de maio de 2017.

portal de notícias *Paraná-Online*. Todos os veículos faziam parte do grupo administrado por Paulo Pimentel. O grupo anunciou que a compra aumentaria a diversidade dos produtos ao administrar jornais segmentados e já bem reconhecidos pela população. Por isso, foi optado por manter a linha editorial focada em jornalismo policial e futebol, sempre característica da *Tribuna*.¹⁹

Em agosto de 2016 – enquanto esta pesquisa era realizada – um novo modelo de site foi lançado. A reforma priorizou o design do site para a adaptação aos dispositivos móveis, tais com celulares e *tablets*, e a inclusão de mais recursos multimídia nas matérias, como fotos e vídeos. Além disso, unificou as plataformas digitais de todos os sites do grupo GRPCom. Segundo dados da Métrica Única de Audiência, a *Tribuna* tem atualmente 1,6 milhões de leitores, somando as plataformas impressa e online²⁰.

A linha editorial do site segue a mesma organização do jornal impresso que circula de segunda a sábado, como apresentamos a seguir.

3.4.1 Linha editorial

Segundo a linha editorial disponível nos sites da GRPCom²¹ e da *Tribuna do Paraná*²², o jornal impresso e o site seguem as mesmas diretrizes e a mesma organização por editorias²³.

¹⁹ “GRPCom anuncia compra da Tribuna do Paraná”. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/grpcom-anuncia-compra-da-tribuna-do-parana-ajbxbabbbf90v4m9r0avjfnqz2>>

²⁰ Tribuna estreia site e consolida modelo multiplataforma. Disponível em: <<http://www.grpcom.com.br/imprensa/releases/tribuna-estreia-site-e-consolida-modelo-multiplataforma.html>>. Acesso em 1 de maio de 2017.

²¹ Disponível em: <<http://www.grpcom.com.br/unidades/tribuna-do-parana.html>>. Acesso em 1 de maio de 2017.

²² Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/tamojunto-na-web/>>. Acesso em 1 de maio de 2017.

²³ Não foram encontradas fontes acadêmicas sobre a nova organização da *Tribuna*; para tanto vamos utilizar o material disponibilizado pelo próprio site da publicação.

“Coragem, independência, opinião e irreverência com seriedade” são as principais características editoriais destacadas pelo grupo. Os dois principais temas tratados são o esporte, com enfoque em futebol, e na cobertura da segurança pública local - temas que atrairiam o público masculino, enquanto o “mundo das celebridades” traria o público feminino, como explicado na matéria.

O jornal impresso circula de segunda a sábado em Curitiba e Região Metropolitana e é vendido “com preço acessível” em bancas, em revistarias e em cruzamentos de grande circulação na cidade. Tem como público-alvo principal as classes B e C.

Já o site se divide em três editorias principais: *Notícias*, *De Letra* e *+POP*. A editoria *Dentro de Notícias* se subdivide em *Curitiba e região*, *Paraná*, *Brasil*, *Mundo*, *Política* e *Economia*. A editoria *De Letra*, voltada exclusivamente ao conteúdo esportivo, tem as seções *Destaques*, *Atlético*, *Coritiba*, *Paraná Clube* e as tabelas das séries A e B do Campeonato Brasileiro. Na editoria *+POP* entram assuntos considerados de entretenimento, como notícias de celebridades e cultura. A seção também inclui resumo das novelas e horóscopo diário.

Outras seções e serviços foram incluídos exclusivamente na plataforma digital: o blog *Caçadores de Notícias*, com jornalismo hiperlocal focado nos bairros de Curitiba; o projeto *Caça Buracos*, apontando problemas no asfaltamento da cidade de acordo com informações enviadas pelos leitores; a seção *Painel do Crime*, que traz mais detalhes sobre a violência urbana local; uma seção para horários de ônibus e indicadores lotéricos.

No dia 19 de maio de 2017 a Tribuna lançou um novo projeto gráfico e reformou algumas características do site, passando a priorizar as notícias de mais relevância em vez de garantir um espaço fixo para cada editoria.

As matérias selecionadas para o *corpus* desta análise e que vão do período de 10 de março de 2014 a 10 de março de 2016 foram retiradas de várias das editorias citadas acima, não sendo conteúdo exclusivo de uma só.

Dado o histórico do jornalismo policial e explicada a linha editorial que a *Tribuna* segue atualmente, passaremos agora à teoria do enquadramento, metodologia usada nesta pesquisa.

4. A ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DA NOTÍCIA

Segundo Mauro Porto (2002), um consenso entre jornalistas e acadêmicos em geral é que a mídia é considerada uma fonte de informação cujo papel é informar os cidadãos. Para Elton Antunes (2009, p. 86), a notícia jornalística é uma das formas de orientação que a sociedade usa como sinais temporais, ou seja, serve como quadro de referência para o decorrer do tempo. Segundo o autor, quando um jornalista se depara com um evento noticiável, ele

mobiliza uma cadeia de percepções, que vão do repertório de sua experiência individual até molduras produzidas à escala da sua comunidade interpretativa profissional e àquelas molduras pré-definidas no âmbito do meio em que trabalha (editorias, linha editorial, linguagem do veículo etc.). Trata-se de estabelecer um quadro, de se perguntar que evento é este, que notícia será esta, para verificar o grau de conformidade com outros acontecimentos jornalísticos, identificando o seu grau de tipicidade e singularidade. (ANTUNES, 2009, p. 86)

A noção de enquadramento, *frame* no original em inglês, nasceu de uma corrente de estudos advinda das ciências humanas, mas principalmente da sociologia, que sentiu a necessidade de analisar como essas experiências de vida em geral eram organizadas e qualificadas pelos indivíduos. De alguma forma, eles atribuíam sentido a essas experiências através de “esquemas de interpretação” ou “quadros de sentido”, e teve como expoente o livro *Frame Analysis* (1974) do sociólogo Ervin Goffman, cuja influência residia na corrente sociológica do interacionismo simbólico. Segundo Porto (2002, p. 4), a teoria de Goffman explica que “tendemos a perceber os eventos e situações de acordos com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: ‘O que está ocorrendo aqui?’”. De forma a explicar melhor de que forma o conceito de enquadramento vai dialogar com a análise de notícias jornalísticas no contexto da Lei do Feminicídio, explicaremos as raízes dessa vertente.

4.1 O ENQUADRAMENTO NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO E OS ESTUDOS DE EFEITO DA MÍDIA NOS TEXTOS JORNALÍSTICOS

Os estudos de enquadramento vieram para a área da comunicação pelo trabalho da socióloga Gaye Tuchman em 1978 no livro *Making News*. Nesta pesquisa, o enquadramento quer “evidenciar que valores jornalísticos como neutralidade, imparcialidade e objetividade devem ser entendidos como parâmetros que ajudam o jornalista a definir as ‘redes de facticidade’” (CAMPOS, 2013, p. 6). Ou seja, o que a mídia toma por fato noticiável impõe um enquadramento que define e constrói a realidade.

Embora seja visto como um trabalho pioneiro na área, como afirma Scheufele (1999), Tuchman teve resultados limitados em dois aspectos: faltava para ela uma definição de enquadramento que servisse para futuros estudos na área, e ela não investigou como os enquadramentos formam a realidade que é apresentada nas notícias.

O estudo empírico dos enquadramentos cresceu nos anos que se seguiram, principalmente a partir dos anos 1980. Como apontam Ana Carolina Vimieiro e Rousiley Maia (2011), um dos primeiros trabalhos relacionando enquadramento e mídia que merece destaque é o feito por Todd Gitlin (1980), investigando a cobertura jornalística relacionada ao *Students for a Democratic Society* (SDS), um movimento estudantil americano tradicional nos anos 1960. Para Porto (2002), Gitlin abriu um caminho para os estudos de enquadramento ao definir algumas práticas de enquadramento específicas, tais como seleção, ênfase, exclusão – o que fez com que o jornalismo enaltecesse e desse visibilidade ao SDS.

Outro grupo de estudos de enquadramento que recebeu destaque foi o do sociólogo William Gamson, que analisou diversos assuntos através do discurso da mídia, como políticas afirmativas, de assistência social e energia nuclear. Com base nos resultados de pesquisa de Gamson, Porto (2002, p. 6) explica que

Na maioria destes temas, existem "pacotes interpretativos" que competem entre si. No centro de cada pacote está o enquadramento, definido como "uma ideia central organizadora" que atribui significados específicos aos eventos, tecendo uma conexão entre eles e definindo o caráter das controvérsias políticas.

O método proposto por esse grupo de autores para a análise de enquadramento é baseada em “matrizes de assinatura”, que são componentes presentes no texto que ajudam a identificar os pacotes interpretativos e, conseqüentemente, o enquadramento. Isso é feito através da identificação de metáforas, slogans e imagens presentes no texto. Essas matrizes de assinatura, *a priori*, remetem ao processo de criação de uma matéria ou edição de jornal, pois refletem na sua retórica as escolhas do jornalista – ainda que os editores presentes nas redações possam mudar essas características presentes no texto. (CAMPOS, 2013).

Na década de noventa, as pesquisas apontavam que alguns enquadramentos já tinham sido identificados como comuns para determinadas coberturas jornalísticas, tais como “guerra fria”, “direitos humanos”, “enquadramento corrida de cavalos” (PORTO, 2002). Apenas citamos esses enquadramentos como forma de destaque, pois não é nosso objetivo fazer uma revisão destas pesquisas.

Em 1993, ao fazer um resumo do que foi estudado até ali, Robert Entman apresentou uma definição do conceito do enquadramento que é usada como base por diversos pesquisadores da área:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicacional, de forma a promover uma definição particular para o problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento” (ENTMAN, 1993, p. 52, *itálico no original, tradução nossa*).

No Brasil, algumas pesquisas se destacaram a partir da década de 1990. Afonso de Albuquerque, por exemplo, fez em 1994 uma análise de enquadramento da cobertura das eleições presidenciais no *Jornal Nacional*, concluindo que o então candidato Fernando Henrique Cardoso foi melhor enquadrado que seu oponente, Luiz Inácio Lula da Silva. Outra pesquisa, feita por Gustavo Fabrício em 1997, indicou como os enquadramentos midiáticos favoráveis ao Plano Real favoreceram a candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Outros estudos também focaram na cobertura de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), incluindo Mauro Porto. A partir de então, o conceito do enquadramento recebeu uma atenção crescente nas análises de conteúdo desenvolvidas por pesquisadores brasileiros, principalmente a partir das eleições presidenciais de

1998. O enquadramento também passou a ser usado em estudos comparativos de manchetes nacionais e internacionais, ressaltando como o enquadramento midiático no Brasil estava trabalhando como uma estratégia de campanha. No entanto, elas ainda estão aquém das pesquisas realizadas internacionalmente, pois poucos estudos fazem pesquisas empíricas sobre os efeitos dos enquadramentos da mídia (PORTO, 2007).

Depois de exploradas as bases da pesquisa de enquadramento na área da comunicação, é importante colocar brevemente o modo como ela tem sido organizada em diversas pesquisas empíricas. Alguns autores têm se debruçado sobre os estudos de enquadramento em busca de classificar os principais tipos de análises de enquadramento.

A classificação proposta por Porto (2004) sugere que este conceito pode ser utilizado em duas principais perspectivas de pesquisa: o enquadramento interpretativo e o enquadramento noticioso. A primeira perspectiva é relacionada a estudos sociológicos, apoiada na teoria da mobilização política, utilizada em análises de ações coletivas como movimentos sociais, manifestações e protestos de forma geral. Enfocam as avaliações de temas e eventos realizadas por diferentes atores sociais. Como explica Porto,

Enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc. Estas interpretações são promovidas por atores sociais diversos, incluindo representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais. Embora os jornalistas também contribuam com seus próprios enquadramentos interpretativos ao produzir notícias, este tipo de enquadramento tem origem geralmente em atores sociais e políticos externos à prática jornalística. Trata-se aqui de interpretações oriundas de um contexto mais amplo que podem ser incorporadas ou não pela mídia (PORTO, 2004, p. 96).

Já a segunda perspectiva é relativa ao campo dos estudos de efeitos da mídia (*media effects* no original), procurando o enquadramento usado nas narrativas jornalísticas. Ou seja, estão centrados no ângulo das notícias, o qual é geralmente construído pelos jornalistas. Esta pesquisa se propõe a trabalhar com essa segunda perspectiva, com quadros dominantes identificados diretamente no texto jornalístico, especificamente com os produzidos pela *Tribuna do Paraná*.

Como explicam Maia e Vimieiro (2011), uma das dificuldades que perdura nos estudos de efeitos da mídia mesmo depois de trinta anos é a falta de um rigor metodológico, pois, além de ser uma “preocupação recente”, é difícil que esses estudos apresentem evidências capazes de comprovarem claramente que “uma dada tipologia de enquadramentos não é apenas uma projeção da mente do analista” (CAMPOS, 2013). Scheufele (1999, p. 103) também afirma que os estudos de enquadramento têm como características comuns serem teórica e empiricamente vagos, principalmente pela falta de um modelo teórico usado como base. A saída apontada por Campos baseada na teoria de Gamson e Modigliani (1987) é ser o mais objetivo possível, citando o texto diretamente e identificando o maior número possível de elementos de assinatura. Respeitar essa pluralidade de elementos demonstra que o pesquisador está sendo inclusivo, mesmo que a lista nunca consiga incluir todos os sub-enquadramentos existentes no texto. Detectar e formalizar a lista de assinaturas presentes nas matérias ajuda a formalizar esses enquadramentos com maior rigor metodológico. Veremos isso a seguir.

4.2 O ENQUADRAMENTO PRESENTE NO TEXTO JORNALÍSTICO

A metodologia a ser utilizada nesta pesquisa será baseada nos estudos de Entman (1993), como explicaremos mais adiante. Segundo o autor, os quadros dominantes podem ser identificados através de textos que definem problemas, diagnosticam causas, fazem julgamentos morais e sugerem uma solução para esse problema. Respectivamente, elas determinam o que um agente causal está fazendo, a quais custos e benefícios com base em valores culturais; identifica as forças que criam o problema; avaliam os agentes causais e seus efeitos; e oferecem e justificam resoluções para os problemas, além de prever suas consequências. Ao menos uma dessas funções precisa estar presente no texto para organizar o quadro de referências. Algumas frases podem conter mais de uma função, ao mesmo tempo em que várias frases podem não conter nenhuma.

Entman também explica que os enquadramentos estão em quatro pontos do processo comunicativo: no comunicador, no texto, no receptor e na cultura. O comunicador escolhe consciente ou inconscientemente determinados

enquadramentos para o texto com base em seus próprios julgamentos, crenças e experiências pessoais, reproduzindo-os para o material que produz. O texto em si contém enquadramentos que podem ser identificados por meio de palavras-chave, contendo senso comum, por imagens com estereótipos, pela escolha das fontes jornalísticas e por frases que de alguma forma reforçam julgamentos. O receptor tem enquadramentos que o guiam através de sua interpretação e conclusão do texto, e que podem ou não fazê-lo perceber as outras duas camadas de enquadramentos ali presentes – a do texto e a do comunicador. Por último, a cultura é o estoque de enquadramentos presentes nos valores comuns de uma sociedade, que se mostram através do pensamento comum das pessoas de uma comunidade. Ainda segundo Entman (Ibid., p. 52), esse enquadramento presente em quatro fases tem as mesmas finalidades em todas elas: selecionar e destacar, funções que por fim proveem uma avaliação de causa e uma solução para um determinado assunto.

Os enquadramentos, segundo ele, *salientam* partes da informação através de palavras para torná-las mais relevantes no texto. Salientar, no contexto, é

tornar uma parte da informação mais noticiável, significativa ou memorável para a audiência. Uma maior saliência aumenta a probabilidade de os receptores perceberem a informação, discernir seu significado e, assim, processá-la e memorizá-la. (ENTMAN, 1993, p. 53, tradução nossa)

A saliência pode estar presente em um texto pela repetição de palavras, pela sua localização no contexto ou ainda por associar uma informação com “símbolos culturalmente familiares”. Além disso, a saliência pode acontecer pelo enquadramento do receptor: uma determinada interpretação do texto pode salientar aspectos diferentes. Importante destacar que, como o entendimento de um texto é resultado da interação entre comunicador, receptor e texto, a presença de enquadramentos no texto não garante influência no pensamento da audiência.

Apesar de não garantir a influência, os enquadramentos não deixam de influenciar a opinião pública. Quando os estudos de enquadramento ainda eram incipientes e vinham na esteira do estudo de Goffman, a pesquisa realizada pelos psicólogos sociais Daniel Kahneman e Amos Tversky em 1981 virou referência no estudo dos efeitos da mídia (ENTMAN, 1993; CAMPOS, 2013). O objetivo da pesquisa era descobrir até onde enquadramentos diferentes poderiam levar a opiniões ou ações diferentes perante uma determinada situação. A pesquisa

consistia em perguntar para um grupo de pessoas qual alternativa era a melhor opção dentro de um conjunto de situações hipotéticas. Em uma das questões (simplificando a situação exposta na pesquisa), 155 pessoas foram perguntadas qual programa de salvação era preferível em um surto de uma doença que atingiria 600 pessoas: o primeiro salvaria 200 pessoas, e o programa B mataria 400 pessoas. Mesmo que os resultados numéricos fossem os mesmos, a primeira opção teve três vezes mais apoio do que a segunda. Campos explica que “mudanças aparentemente sem consequência na formulação em problemas que exigem escolha causaram mudanças significativas nas preferências dos indivíduos” (2013, p. 5).

Na interpretação de Entman (1993, p. 54), os resultados dessa pesquisa demonstram como maior parte das pessoas interpreta e memoriza um problema e como escolhem a ação em consequência disso. “A noção de enquadramento, assim, implica que o enquadramento tem um efeito comum em grandes proporções da audiência, mesmo que um efeito universal para todos seja improvável” (tradução nossa).

Outra pesquisa que é tida como referência para os efeitos da mídia através do enquadramento é a realizada por Corner, Richardson e Fenton em 1990, publicada no livro *Nuclear Reactions*. Nela, foi estudada a reação da audiência britânica para o tema de energia nuclear. Grupos focais formados assistiram a documentários sobre o assunto para depois dar entrevistas sobre o que acharam. Esse livro traz uma análise do uso de enquadramentos pelo público na interpretação de materiais midiáticos. No entanto, os próprios autores reconhecem a sua falta de rigor metodológico.

O que fica claro através desses estudos é que o enquadramento escolhido está intimamente relacionado a qual fato ele está salientando, se está sendo otimista ou pessimista, e se ele já dá indícios de uma determinada opinião dentro do texto. Outro aspecto importante verificado é que a omissão de alguns fatos também é uma forma de construir um enquadramento, pois “a omissão de potenciais definições de problemas, explicações, avaliações e recomendações pode ser tão crítica quanto as inclusões que guiam a audiência” (ENTMAN, 1993, p. 54). Isso porque um dispositivo de enquadramento não precisa estar explícito no corpo do texto para despertar no receptor uma determinada interpretação (CAMPOS, 2013).

um frame na notícia, como esquema mais abstrato, torna mais “espessas” algumas perspectivas de abordagem presentes no relato; ao mesmo tempo, encontra-se “liquefeito” no conjunto do material, transborda elementos específicos (está no texto, na palavra isolada, no parágrafo, na citação, no título, na imagem etc.); noutro sentido, o enquadramento pode resumir o essencial para compreensão de uma dada proposição; e, por fim, ele é um conglomerado, uma concentração de elementos que conformam uma notícia. (ANTUNES, 2009, p. 94)

Ao ligar as definições de Antunes e Entman, enfim, o enquadramento pode ser visto como qualquer elemento, verbal ou não verbal, presente ou ausente em um texto jornalístico, que desperte no leitor alguma interpretação em detrimento de outra, seja identificando uma causa para um problema, escolhendo uma ação para sua resolução ou avaliando suas consequências. Essa interpretação do receptor pode ser influenciada pelo que o jornalista colocou em seu texto, ou pode estar baseada em valores culturais deste mesmo receptor. Há uma interdependência de fatores atuantes pois “a percepção emerge em um processo de socialização cuja transmissão se dá por meio de práticas discursivas, criadas, modeladas e transformadas no âmbito da cultura” (ANTUNES, 2009, p. 97).

Ainda assim, a mídia não tem um efeito tal como na teoria da “agulha hipodérmica”, que garante que a audiência vai ser afetada pelo que for veiculado, ou no viés trabalhado pelos teóricos funcionalistas, em que receptores são vistos como seres robóticos. O receptor está além disso, pois, como explica Campos, “a audiência retrabalha as mensagens midiáticas e, por isso, os estudos de mídia não poderiam se centrar apenas no que é publicado para determinar o conteúdo da opinião pública” (2013, p. 7). Segundo o autor, mesmo quando a audiência não toma para si as interpretações sobre um problema que foram divulgadas pela mídia, o público foi atingido porque está pensando sobre o assunto.

Empiricamente, os estudos de enquadramento com interface nos efeitos da mídia procuram identificar quais foram os enquadramentos identificados em um texto jornalístico, os “elementos de assinatura” – pontos de vista, ênfases, saliências, omissões, interpretações, metáforas, exemplos. Esses elementos são diversos e ajudam a identificar quais quadros dominantes estão na matéria, mas não indicam por si só, sem contexto, esses quadros. A análise de um enquadramento a partir de um texto jornalístico não deve reduzir a matéria a um quadro pela presença de um determinado elemento, pois isso ignora a totalidade da notícia que gera uma compreensão do texto. “Dependendo do recorte, uma mesma matéria pode conter

em diferentes passagens várias ideias-chave, no interior do próprio material significante que a compõe” (CAMPOS, 2013). O fazer jornalístico acontece através desses elementos que sugerem quais enquadramentos foram escolhidos pelo repórter na situação. Isso instiga o leitor a interpretar a realidade de uma maneira específica.

Para o autor, a identificação de enquadramentos midiáticos tende a seguir uma rotina metodológica informal, na qual o pesquisador identifica no conteúdo dos textos os elementos mais ou menos recorrentes e os classifica por sua semelhança ou diferença, classificando na retórica os enquadramentos presentes. Outra linha que também é seguida é determinar num dado período de tempo quantas vezes um determinado assunto sai na mídia, ou seja, quantas vezes os critérios de noticiabilidade permitem que esse assunto seja discutido pela audiência.

Um dos consensos, enfim, que aparece nos estudos de enquadramento com interface em efeitos da mídia é que não há consenso nem na definição de *framing* e nem na metodologia usada nas pesquisas (SCHEUFELE, 1999), ainda que mais pesquisadores tenham se debruçado sobre a primeira questão em detrimento da segunda. Desde o trabalho de Entman, em 1993, essa definição tem estado mais clara, mas ainda assim há controvérsias sobre o que é, especificamente, o enquadramento. Outro consenso é que os efeitos da mídia estão presentes nos enquadramentos midiáticos e divergem de conceitos de outras perspectivas teóricas.

Nesta pesquisa, vamos seguir o método proposto por Entman, que tem servido como base para diversas pesquisas na área de análise de enquadramento na interface dos efeitos de mídia, como veremos mais tarde.

4.3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O objeto da presente pesquisa é o enquadramento noticioso realizado pelo jornal *Tribuna do Paraná* sobre homicídio qualificado como feminicídio.

Para analisar os enquadramentos presentes nas matérias da Tribuna do Paraná relativas ao crime de feminicídio, utilizaremos as quatro funções de enquadramento propostas por Robert Entman (1993): 1) Definição de problemas; 2)

Causas diagnosticadas; 3) Presença de julgamentos morais e 4) Sugestões para solução do problema. Como explicamos, essas funções, respectivamente: 1) determinam o que um agente causal está fazendo, a quais custos e benefícios com base em valores culturais; 2) identifica as forças que criam o problema; 3) avaliam os agentes causais e seus efeitos; e 4) oferecem e justificam resoluções para os problemas, além de prever suas consequências (1993, p. 52, tradução nossa). Ao menos uma dessas funções deve estar presente no texto para organizar o quadro de referências, segundo o autor. Vemos no enquadramento da notícia proposto por Entman o método mais adequado para analisar como os crimes de feminicídio foram tratados pelo jornal.

Essa metodologia já foi utilizada por diversos estudos de análise de enquadramento, tais como: a cobertura da Marcha das Vadias nos portais de notícia *G1*, *Folha de S. Paulo* e *Estadão*, das pesquisadoras Carla Candida Rizzotto, Kelly Prudencio e Michele Santos da Silva (2015); o enquadramento noticioso da *ley de médios* no confronto entre o Grupo Clarín e Cristina Kirchner, de Michele Santos da Silva (2015); uma análise do enquadramento noticioso das principais manifestações brasileiras de 2013 até junho de 2014, Kelly Prudencio, Michele Santos da Silva, Giulia S. Fontes, Bruno Murakami e Dayane Saleh (2014). Estes trabalhos, assim como o presente estudo, foram realizados na Universidade Federal do Paraná, no grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política.

O período selecionado para a pesquisa vai de 10/03/2014 a 09/03/2016. Esse intervalo é dividido em duas partes: a primeira, de 10/03/2014 a 09/03/2015, é referente ao período de um ano antes da sanção da Lei do Feminicídio. A segunda vai de 10/03/2015 a 09/03/2016, referente ao período de um ano após a Lei. Foi selecionado para estudo esse intervalo pois o primeiro aniversário da lei aconteceu no início desta pesquisa, tornando inviável abordar um período de tempo maior, ao mesmo tempo em que estes dois períodos estudados precisavam ser equivalentes.

Nesse intervalo total de dois anos, foram encontradas 80 matérias com manchetes noticiando homicídio de mulheres considerado feminicídio. Destas, 28 são relativas ao primeiro período e 52 relativas ao segundo. Matérias que noticiavam a sanção da Lei do Feminicídio e seus efeitos e consequências bem como eventuais artigos de opinião foram descartadas por não caberem neste tipo de análise.

Não necessariamente o termo “feminicídio” foi incluído no texto jornalístico, inclusive porque tal termo só passou a vigorar judicialmente a partir do segundo período. Dessa maneira, a maior parte das matérias não está qualificando o assassinato como feminicídio, como veremos. A busca destas matérias foi realizada no portal de notícias do jornal *Tribuna do Paraná*, através de diversas variações de palavras-chave que abrangiam a violência enquadrada nesta lei, ou seja, o homicídio da mulher no contexto da violência doméstica: “feminicídio”, “matou ex”, “matou namorada”, “matou esposa”, “esposa morre”, “mulher morre” e “ex morta” são alguns dos exemplos que geraram resultados. A busca foi dada como concluída uma vez que a variação de termos obtinha os mesmos resultados de pesquisa já encontrados.

As matérias que compõem o corpus foram codificadas seguindo o livro de códigos (APÊNDICE) com 11 variáveis, todas relativas à análise de enquadramento.

As seis primeiras avaliam a definição do problema através de 1) qual a relação do suspeito com a vítima, 2) a denominação jurídica que a matéria dá para o suspeito, 3) apresentação da matéria, 4) fontes com mais espaço de fala, 5) modo de morte da vítima e 6) se houve tentativa de suicídio após o homicídio.

Duas variáveis avaliam a causa do problema, sendo uma a alegada pelo suspeito/fontes e a outra se há ou não o termo “feminicídio” no texto como forma de colocar o contexto de violência contra a mulher que poderia existir antes do crime.

Duas variáveis mostram o julgamento moral presente na matéria, uma relativa à apresentação da vítima e uma relativa ao autor, mostrando se a matéria leva a uma interpretação prévia do caráter de um dos dois de forma a justificar (ou não) seus comportamentos.

Por último, uma variável busca as recomendações de tratamento dadas como solução para o problema.

Por meio da codificação de cada matéria através das 11 variáveis é possível identificar assim os enquadramentos dominantes no corpus.

Todas as variáveis foram aplicadas a todas as matérias, identificando o enquadramento preponderante, procurando responder à questão a que se propõe

esta pesquisa: a Lei do Feminicídio mudou o enquadramento das notícias de homicídio de mulheres na *Tribuna do Paraná*?

5. FEMINICÍDIO OU CRIME PASSIONAL?

Através da análise de enquadramento da notícia (*News frames*) proposta por Entman (1993), iremos verificar qual é o enquadramento predominante nas matérias da versão online do jornal “Tribuna do Paraná” em dois períodos: de 10 de março de 2014 a 9 de março de 2015, correspondendo ao ano que precede a Lei do Feminicídio, e de 10 de março de 2015 a 9 de março de 2016, correspondendo ao primeiro ano em que essa lei passou a valer.

Foi realizada uma filtragem manual para selecionar as matérias a serem analisadas, utilizando diferentes motores de busca e diferentes combinações de palavras-chave, como visto no capítulo anterior. Dessa forma, o corpus analisado foi composto por 80 matérias publicadas no site da Tribuna dentro do período correspondido, sendo 28 do primeiro período e 52 do segundo.

Inicialmente, foram encontradas 82 matérias, das quais 2 foram descartadas por se tratarem de crônicas publicadas em um blog vinculado ao jornal. Os textos não eram notícias de feminicídios, ainda que a história contada na publicação envolvesse esse tema. Foram descartadas, portanto, por serem ficcionais.

A teoria utilizada para a codificação das matérias foi a análise de enquadramento noticioso de Robert Entman (1993), na qual os quadros da mídia são compostos pela definição do problema, diagnóstico das causas do problema, julgamentos morais e indicação de soluções. A partir destas quatro funções, foram elencadas 11 variáveis que compuseram o livro de códigos usado para codificar o corpus (APÊNDICE 1).

Destas variáveis, 6 são relativas à definição do problema, 2 ao diagnóstico das causas do problema, 2 aos julgamentos morais e 1 à indicação de soluções. Juntas, elas irão avaliar sob quais circunstâncias o crime aconteceu e quem o cometeu, quais as causas alegadas, se houve julgamento moral da vítima ou do agressor, se o assassinato foi seguido de suicídio, se a matéria assinala o termo feminicídio, dentre outros.

Nas 80 matérias do corpus, foram contabilizados 51 casos únicos. Ou seja, são 29 matérias (36,25% do corpus) que deram continuidade à cobertura de algum

assassinato que já tinha sido anteriormente denunciado. Para que não se contabilize mais de uma vez o mesmo crime (o que geraria um erro nas estatísticas da análise), os dados foram gerados considerando unicamente as informações veiculadas na primeira matéria sobre o caso.

Exemplifico com um caso hipotético: um feminicídio foi realizado pelo namorado da vítima por arma de fogo, seguido de tentativa de suicídio. A primeira matéria publicada noticiou o assassinato, e dois dias depois uma nova matéria retomou o caso, noticiando a morte do autor do crime. Na codificação, este crime foi computado apenas uma vez. Posteriormente, esses casos serão analisados à parte conforme suas características específicas encontradas na cobertura, para que se analisem as outras variáveis e as possíveis mudanças no tratamento da notícia.

Por essa razão, o corpus principal é composto por 51 matérias: 23 do primeiro período e 28 do segundo. Em casos específicos de dados que utilizaram o corpus global de 80 matérias, esta informação está presente no texto.

Ainda trabalhando no universo das 80 matérias, analisaremos primeiro as editorias em que foram publicadas essas notícias. Notamos que as matérias e suítes sobre feminicídios estiveram dispersas ao longo de cinco editorias da Tribuna: Brasil (12,5% do total), Curitiba e Região (18,75%), Painel do Crime (63,75%), +Pop (3,75%) e Segurança (1,25%).

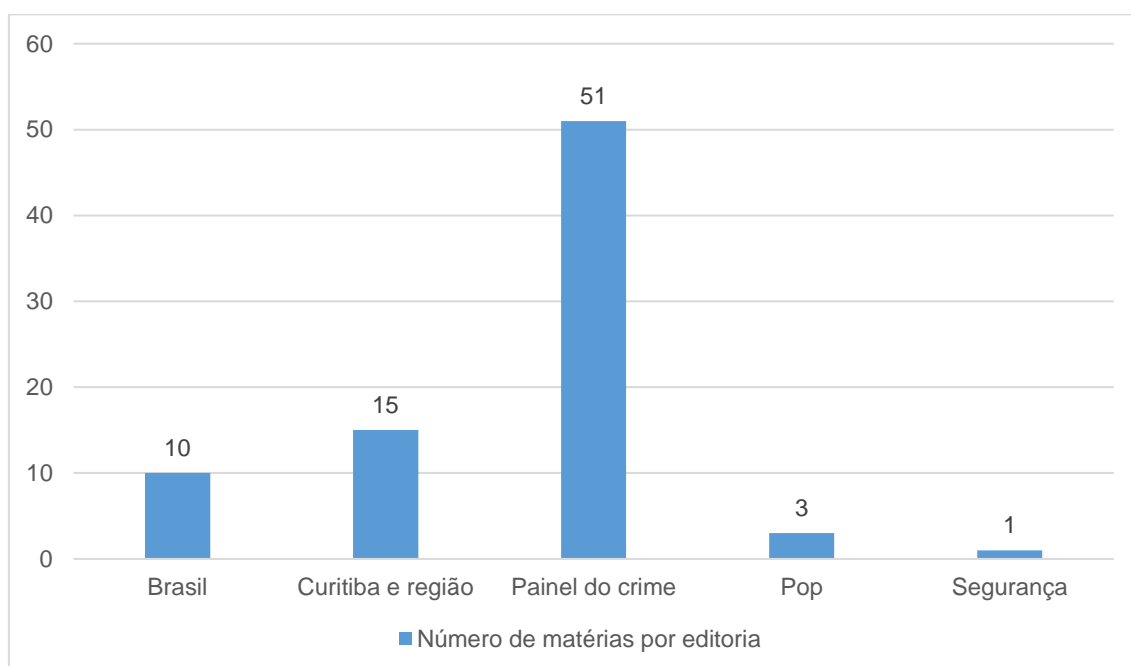


Gráfico 1 – Editoria publicada

Fonte: a autora

Segundo a linha editorial disponibilizada pelo jornal, o jornal tem como prioridade as notícias locais, o que pode ser confirmado com os dados acima. A seção Painel do Crime, cujo objetivo é divulgar detalhes da violência na região, e a editoria Curitiba e Região, ambas dedicadas exclusivamente à cobertura policial local, somam juntas 82,5% do total do corpus.

No entanto, 3,75% do total de matérias foram veiculadas na seção +POP, destinada a notícias de entretenimento, sobre celebridades e cultura, o que sugere que o jornal tenha dado um tratamento superficial para a questão. As 3 matérias em que isso foi observado cobrem o mesmo caso, o do homicídio de Amanda Bueno, que será discutido posteriormente.

Passaremos agora à análise individual de cada uma das variáveis que compuseram a codificação do corpus.

5.1 VARIÁVEIS DE DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

No livro de códigos, 6 variáveis compuseram a codificação para a função *definição do problema*. Na temática desta pesquisa, a definição do problema corresponde a quais foram os fatores envolvidos no assassinato e ao formato com que ele foi noticiado. Trabalharemos aqui com o corpus de 51 matérias, como explicado acima.

As variáveis elencavam quem era o autor do crime, qual a denominação judicial dada ao autor do crime pela matéria, qual a apresentação da notícia (se factual ou narrativa), quais tipos de fontes tiveram predominância de espaço de fala na notícia, qual foi o modo que o autor do crime usou para o feminicídio, e se o crime foi ou não seguido de tentativa de suicídio pelo autor.

Na primeira variável elencada foi analisado o autor do crime. Não há matérias no corpus em que não haja nenhum suspeito. Isso se dá principalmente pelo fato de que a qualificadora de feminicídio para o crime de homicídio é válida para casos de violência doméstica e familiar e discriminação contra a condição de mulher.

Para que um caso seja de violência doméstica e/ou familiar – primeira razão que define o feminicídio pela Lei 13.104 – é necessário que sejam identificados tanto autor quanto a vítima. Ainda segundo a Lei, pode ser acusada de feminicídio qualquer pessoa, homem ou mulher, que tenha tido envolvimento afetivo (relacionamento) com a vítima, familiares ou pessoas que moravam na mesma casa. Isso não quer dizer que uma pessoa desconhecida da vítima não possa ser indiciada por feminicídio pela segunda razão disposta na lei, a de discriminação à condição de mulher. No entanto, ao menos no corpus desta pesquisa, apenas uma matéria tem como suspeito um homem não ligado à vítima, e ainda se trata do único caso de estupro coletivo nesta análise. Uma exceção, portanto, como veremos.

Nesta pesquisa não houve, portanto, casos em que não havia sequer suspeita de autor do crime. As principais categorias de suspeitos de autoria dos crimes estão dispostas no Gráfico 2.

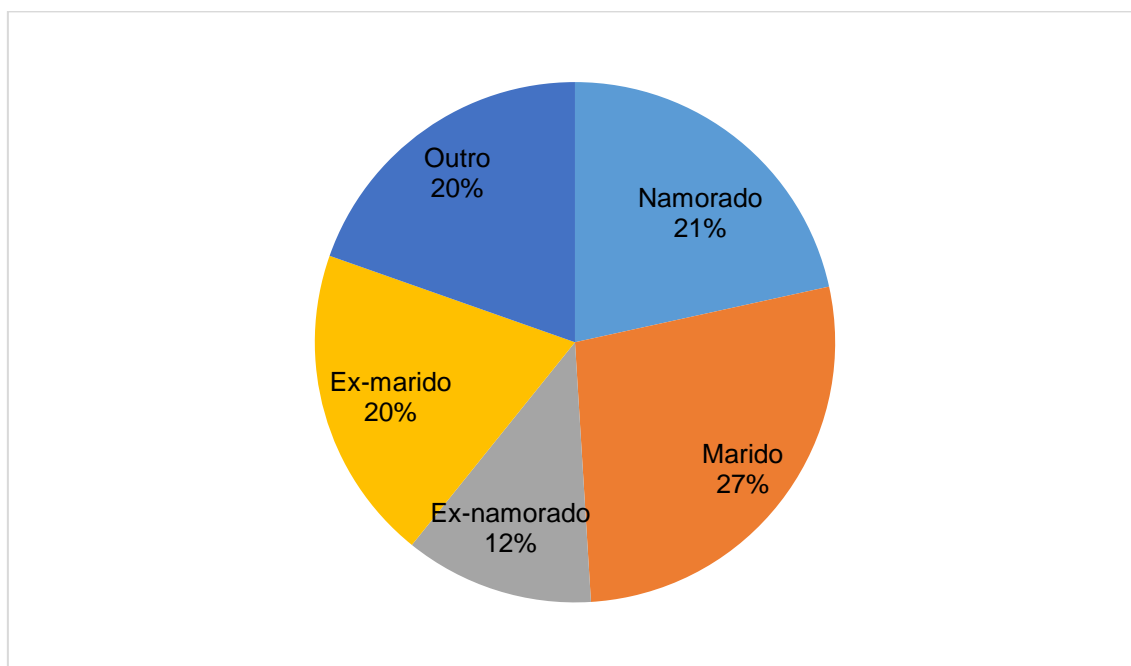


Gráfico 2 – Variável 1: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - AUTORES

Fonte: a autora

Observamos que o maior número de suspeitos são maridos das vítimas, correspondendo a 27% dos casos. Em segundo lugar, com 21% dos casos, estão os namorados, seguidos dos ex-maridos (20%) e ex-namorados (12%). Dentre os outros 10 casos pontuais observados, 1 tinha o noivo da vítima como suspeito e os

demaís eram familiares: pai (2 ocorrências), padrasto, genro, neto, enteado, mãe com participação do tio (1 ocorrência cada). Houve apenas duas exceções em que a vítima não teve envolvimento emocional ou não era familiar do suspeito do crime.

Para efeito de análise, esta variável será combinada com outras posteriormente, na discussão de resultados.

A segunda variável era relativa à denominação terminológica usada pelo jornalista na matéria para falar do suspeito do crime. O termo jurídico vai indicar em qual etapa o suspeito está no processo que vai da investigação policial ao julgamento de uma pessoa conforme o Código de Processo Penal brasileiro.

Segundo Cattani (2014), uma pessoa é suspeita quando existe a mera possibilidade de ser o autor do crime. Este é o termo genérico utilizado para mencionar uma pessoa investigada.

O suspeito passa a ser indiciado quando existe uma maior probabilidade de ele ser o autor, por meio de indícios apresentados pela polícia. Se houver provas e a Justiça aceitar a denúncia, a pessoa passa à condição de réu, acusada pelo crime²⁴, sendo posteriormente condenada ou absolvida.

Esta variável foi incluída para verificar quais e quantos processos estão em fase mais avançada de investigação. Cada matéria só foi codificada em uma categoria quando apresentava o uso do termo específico. Matérias em que não foram usados termos jurídicos foram classificadas como “ausentes”.

²⁴ “O que significam os termos indiciado, denunciado e réu? ”. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62409-entenda-o-que-significam-os-termos-indiciado-denunciado-e-reu>>. Acesso em 13 de maio de 2017.

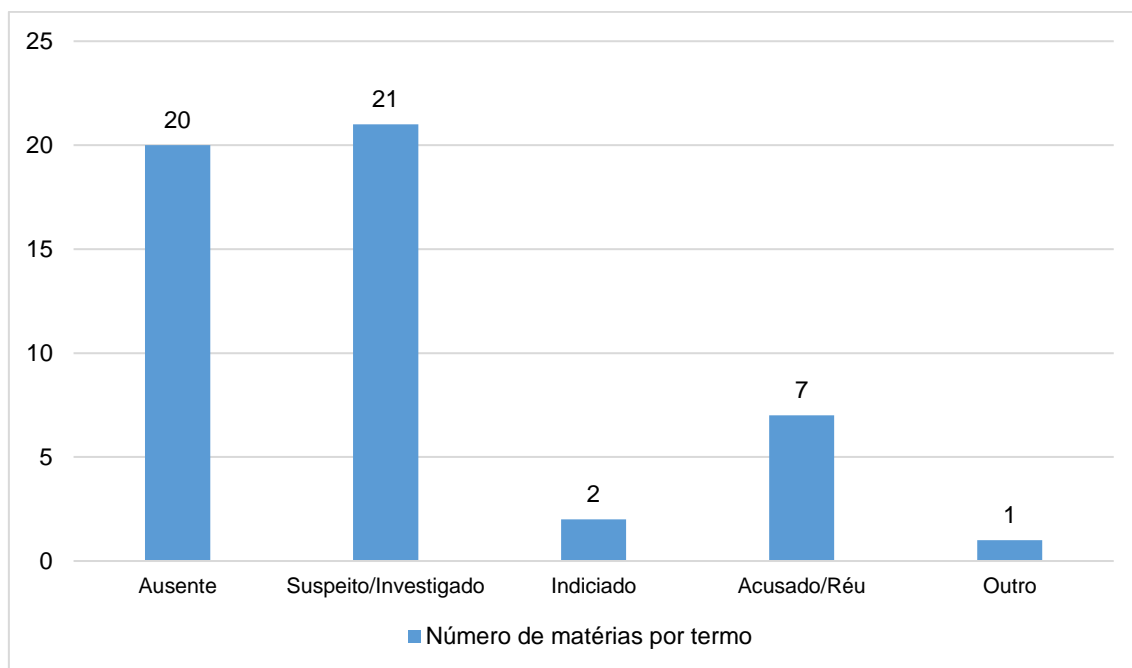


Gráfico 3 – Variável 2: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - DENOMINAÇÃO

Fonte: a autora

Notamos que são suspeitos ou investigados cerca de 41% do total, o que indica um grande número de crimes que ao menos começaram a ser investigados. Aproximadamente 4% foram indiciados, enquanto 13% já estão em fase de acusação. O “outro” corresponde a uma matéria em que o suspeito foi autuado. Em 20 matérias não houve informação sobre a qualificação jurídica do autor do crime, mesmo que cite que o suspeito foi preso ou quando ele é relatado como sendo autor do crime. Nos atemos aqui precisamente à presença ou não dos termos específicos.

Já na terceira variável foi codificada uma característica própria do jornalismo sensacionalista: a linguagem utilizada. Com as novas tendências da cobertura do jornalismo policial, se observa uma tendência a diminuir as noções apelativas (RAMOS, PAIVA, 2007, p. 17). Portanto, avaliamos se as matérias seguem o antigo padrão sensacionalista e valorizam as sensações, descrevendo os fatos de forma narrativa e sequencial, ou se adotam o lide de *quality papers* e apresentam os fatos de maneira concisa e menos parcial (Gráfico 4).

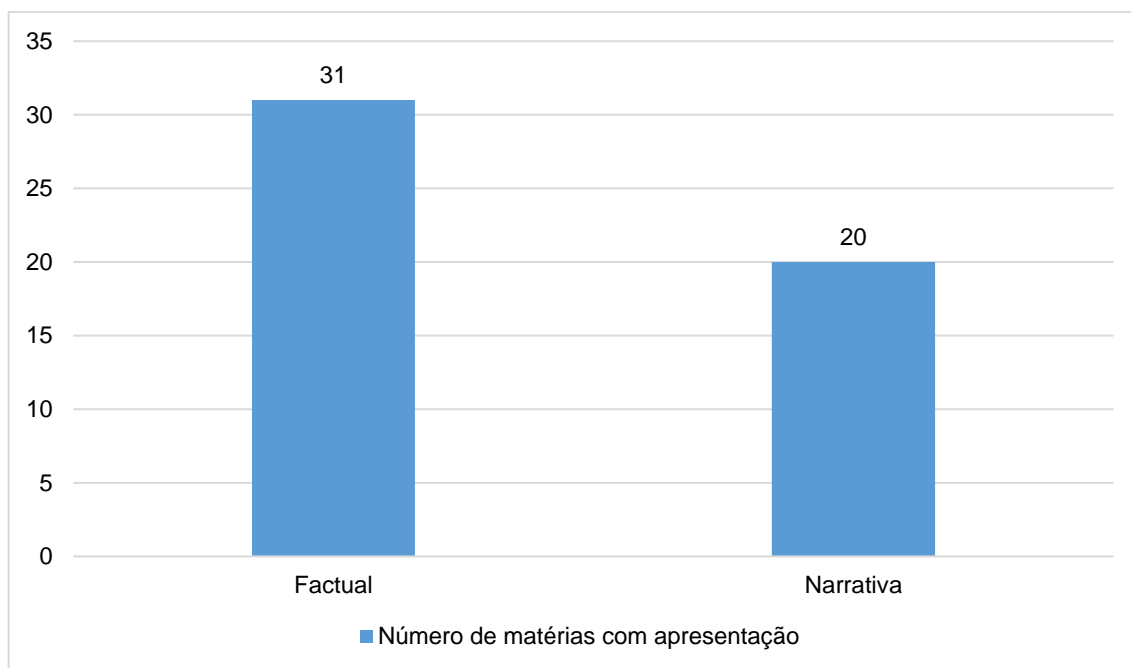


Gráfico 4 – Variável 3: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – APRESENTAÇÃO

Fonte: a autora

Verificamos que 58,83% das matérias são tratadas como factuais, apresentando pontualmente as informações principais no primeiro parágrafo. No entanto, 41,17% das matérias ainda trazem a narrativa como forma de apresentação da matéria, apelando para o sensacionalismo.

É o caso, por exemplo, da matéria “Neto protegido é suspeito de esganar a avó até a morte”.

A linguagem sensacionalista já começa no próprio título, afirmando que o suspeito era protegido pela vítima, e levando à interpretação de que ela teria de alguma forma uma parcela da culpa do crime.

As visitas de Rodrigo Castro de Lara, 22 anos, à avó eram raras nos últimos meses, porque ele fugia da polícia. E ontem foi a última vez, pois a idosa não sobreviveu. O neto é suspeito de esganar Ivandina Pereira de Lara, 65 anos, conhecida como “Dona Vanda”. Ela chegou a ser encaminhada à Unidade de Pronto Atendimento do Sítio Cercado, mas não resistiu (Ibid.).

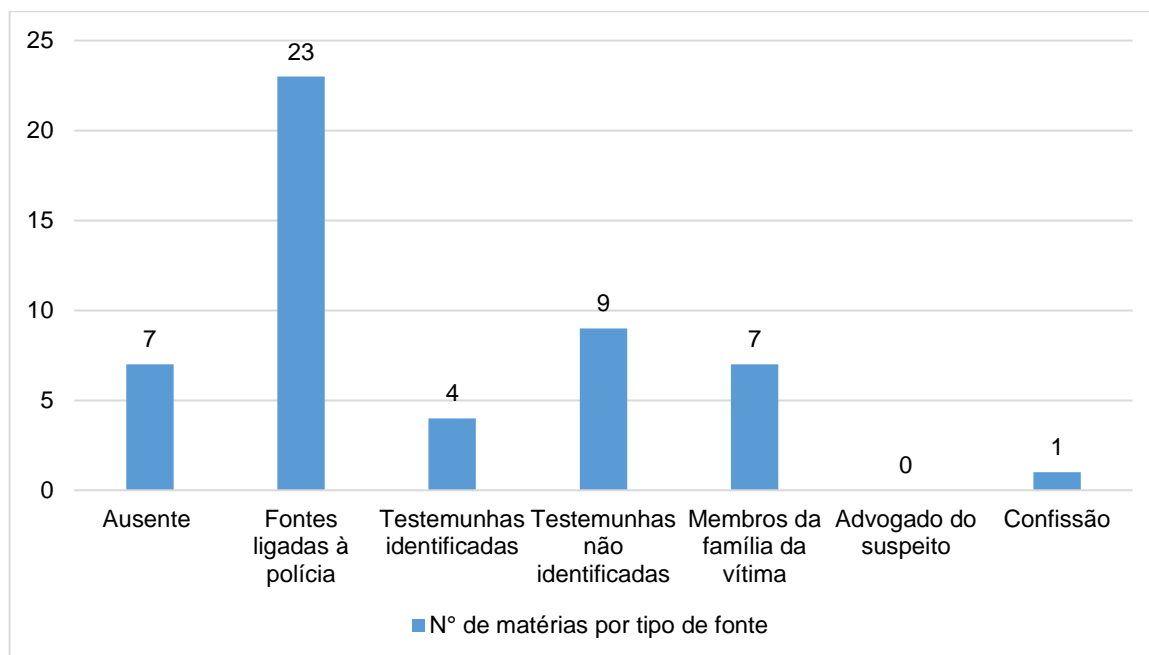
Percebemos neste parágrafo um excesso de dramatização no acontecimento – uma vez que a informação de que esta era a última visita do neto era dispensável e poderia estar implícita. A matéria continua usando o mesmo tom: “Ontem ele chegou machucado e disse ter sido atropelado. O suspeito almoçou e foi deitar. Enquanto isso, o pai dele saiu para trabalhar”.

Citamos no capítulo 3 alguns elementos elencados por Angrimani (1995, p. 14) que caracterizavam essa linguagem sensacionalista. Dentre eles estavam a valorização da emoção em detrimento da informação, a exploração do extraordinário e do vulgar, a subtração de elementos importantes e acréscimo ou invenção de palavras ou fatos, o destaque de elementos insignificantes, ambíguos, supérfluos ou sugestivos. Essas características podem ser observadas nos trechos acima, adicionando informações irrelevantes para a compreensão do leitor sobre o caso.

Para efeito de comparação, colocamos aqui o lide da matéria “Marido se entrega na delegacia e diz que tiro fatal foi acidental”²⁵, classificada como factual na codificação:

O marido de Karina Andreia Dynczuki, 23 anos, morta com três tiros no sábado à noite, no Boqueirão, se entregou na Delegacia de Homicídios, na tarde de ontem. Diego Roberto Bach, 23, alegou que manuseava a arma quando ela disparou acidentalmente e matou a jovem.

Na variável seguinte, sobre os atores que têm predominância no espaço da notícia, vemos uma predominância de fontes policiais, que correspondem a delegados, tenentes, fontes ligadas ao Instituto Médico-Legal, entre outros. Esse tipo de fonte corresponde a 45% do corpus. Em segundo lugar, vêm as testemunhas não identificadas, normalmente vizinhos da vítima ou testemunhas do crime, com 17%.



²⁵ Marido se entrega na delegacia e diz que tiro fatal foi acidental. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/marido-se-entrega-na-delegacia-e-diz-que-tiro-fatal-foi-acidental/>>. Acesso em 13 de maio de 2017.

Gráfico 5 – Variável 4: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – Fontes

Fonte: a autora

Esse resultado já era esperado, já que essa característica é apontada por Ramos e Paiva (2007, p. 37) como uma prática comum nas coberturas policiais.

A ausência de matérias com destaque às falas do advogado do suspeito se explica pela redução do *corpus* de 81 para 51 matérias: esse número é significativo dentro das coberturas específicas de casos que repercutiram, como forma de dar destaque à defesa, ao “outro lado”. Como esse tipo de matéria é comum em suítes e essa fonte não aparece em um primeiro momento de denúncia do crime, ela não esteve presente nas matérias selecionadas. Analisaremos dentro dos casos específicos as vezes em que a figura do advogado apareceu.

A quinta variável avalia a forma com que o crime aconteceu, de qual modo a vítima foi morta. Essa variável foi elencada já que em alguns casos a arma usada ou características da violência do agressor podem denotar características misóginas de discriminação à condição de mulher.

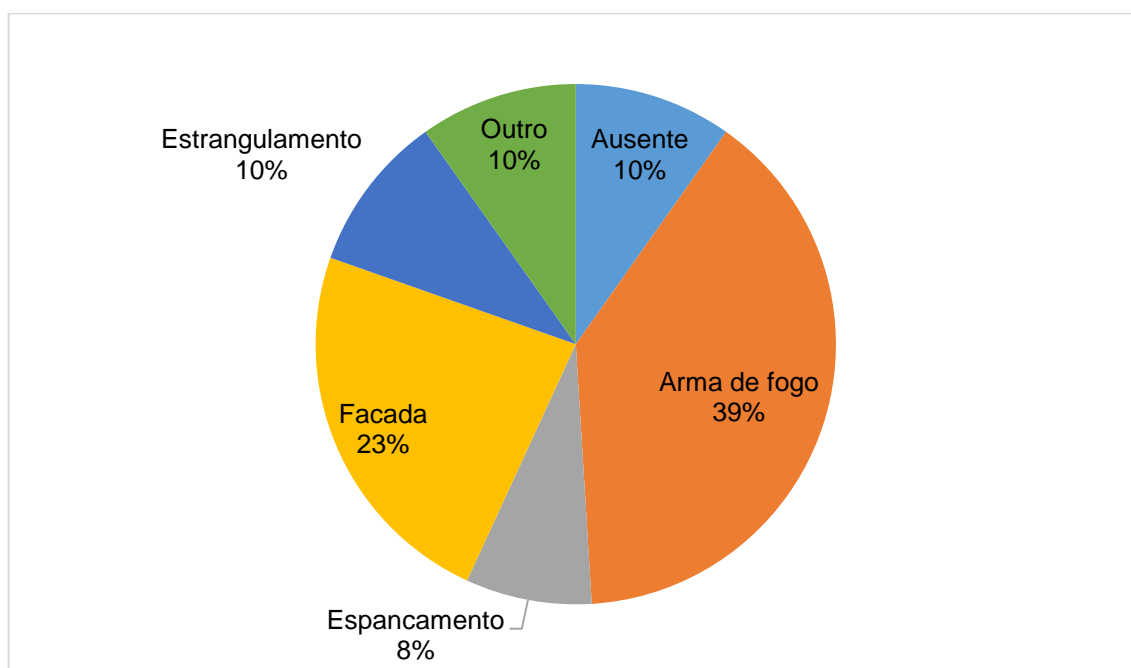


Gráfico 6 – Variável 5: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – Modo

Fonte: a autora

Como é perceptível pelo gráfico, o modo mais utilizado pelos agressores para o feminicídio foi a arma de fogo, com 39,21% dos casos, seguido por facada

(23,52%), estrangulamento (9,8%) e espancamento (7,84%). Nos 5 outros casos elencados, foram as causas de morte enforcamento, decorrências de um estupro coletivo, machadadas, queda de prédio e marteladas.

Segundo Prado e Sanematsu (2017, p. 151), é muito comum que no feminicídio íntimo o agressor mate em ambientes como a casa ou o trabalho da vítima, mostrando que não tem a intenção de esconder o crime e negar sua autoria, sentindo satisfação e autorização para matar. Segundo elas, “muitas vezes a arma do crime é uma faca de cozinha, uma tesoura ou as próprias mãos do agressor, e a mulher nem imaginava que iria ser morta pelo companheiro”. Considerando isso, as estatísticas mostram que isso de fato acontece, já que é significativo o número de mortes sem uso de arma de fogo. Mas o modo mais comum de feminicídio nas notícias da Tribuna é por arma de fogo. Poucas vezes a matéria informa se o porte dessas armas é ou não legal.

A sexta variável foi adicionada ao longo do processo de pesquisa por se perceber uma grande recorrência de tentativas de suicídio do agressor após o homicídio (Gráfico 7).

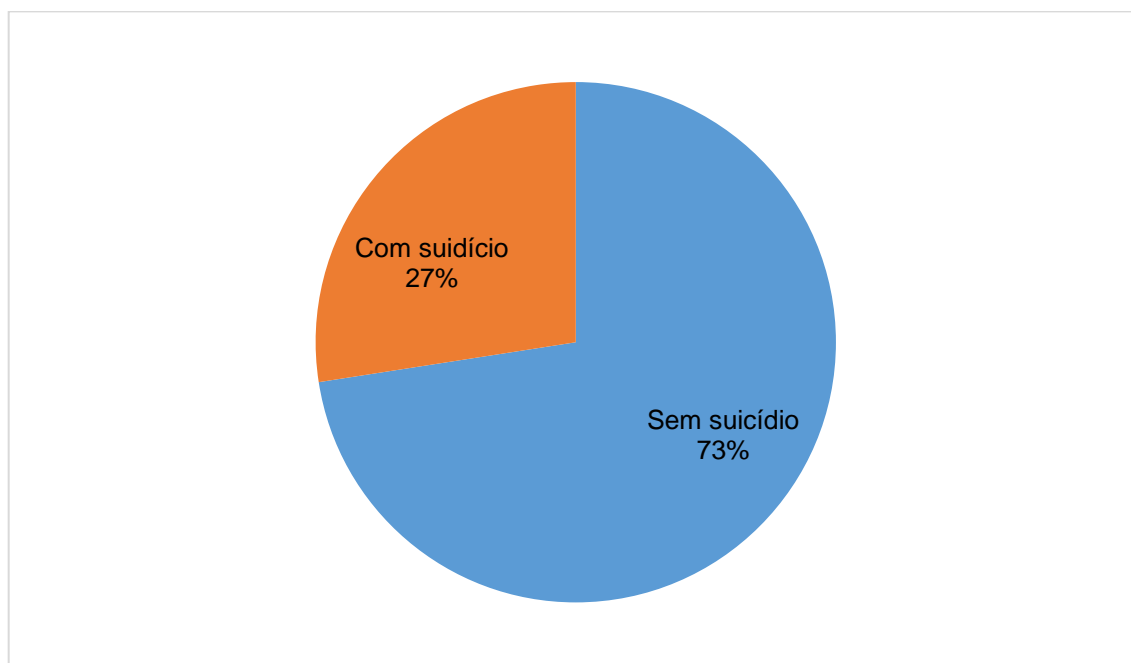


Gráfico 7 – Variável 6: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – Tentativa de suicídio

Fonte: a autora

Os feminicídios que não foram seguidos de suicídio correspondem a 73% dos casos, enquanto os seguidos de tentativa de suicídio são 27% - ou seja, pelo menos 1 em cada 4 feminicídios resultaram também na tentativa de suicídio.

As sete variáveis até aqui visavam a definição do problema, notando de que forma ele foi anunciado na matéria e quais características o compuseram. As duas próximas variáveis vão trabalhar com a causa do problema apresentada.

5.2 VARIÁVEIS DE CAUSA DO PROBLEMA

A variável 8 trata das causas do problema, que são indicações dadas pelo jornalista das razões pelas quais o problema se originou, seja por uma informação constando no corpo do texto, seja pela fala de uma das fontes com espaço de fala na notícia.

Algumas das notícias, por mais que apontem o suspeito, não incluem uma motivação para o crime. Essas notícias foram classificadas como “ausentes”. Todas as que tiveram uma causa mencionada foram categorizadas, como se pode observar no Gráfico 8.

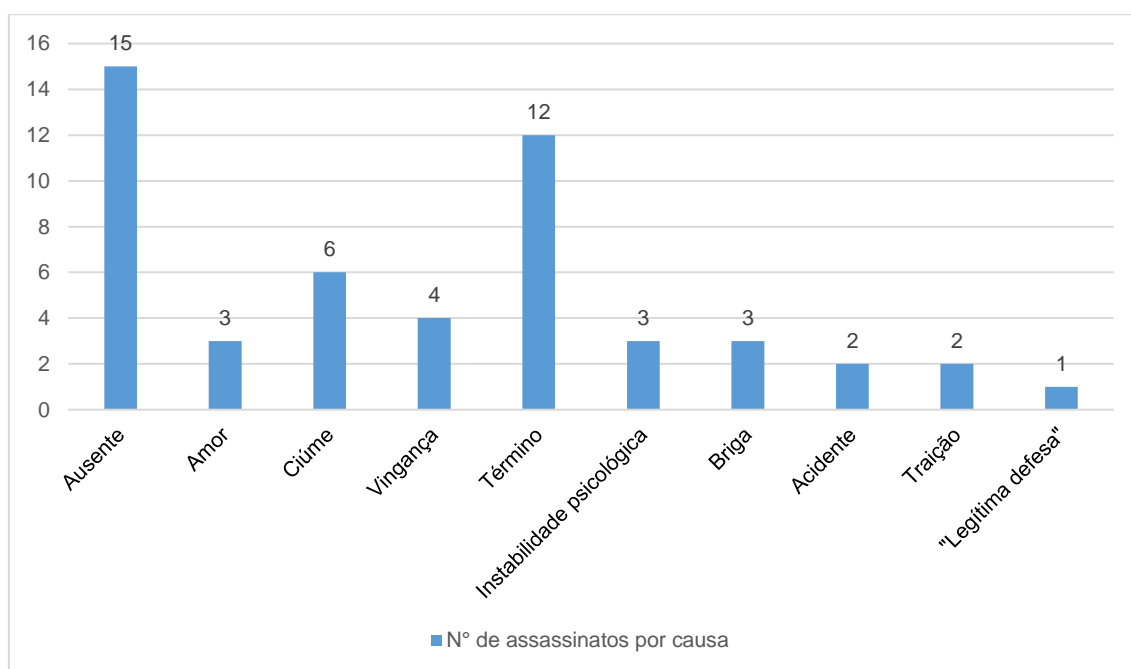


Gráfico 8 – Variável 7: CAUSAS DO PROBLEMA.

Fonte: a autora

Observamos que quase 30% das matérias não trazem uma motivação para o crime. A causa mais citada, com 23% dos casos, é o próprio término do relacionamento entre agressor e vítima. Essa causa é citada 100% mais vezes que a segunda causa mais citada – o ciúme. As outras causas de maior relevância são vingança (8%), instabilidade psicológica (6%), briga (6%) e o próprio amor ou crime passional (6%). Outras causas encontradas nas matérias, com menor número, são traição, acidente e alegação de legítima defesa.

Tratamos o feminicídio como uma variável à parte, uma vez que, quando ele aparece, ele não é apontado exatamente como a causa (já que, na lei, ele é uma qualificativa do homicídio).

A variável 8, portanto, vai contabilizar os casos que tiveram a menção à Lei do Feminicídio ou ao feminicídio em si, problematizando a questão. Como a Lei foi sancionada em março de 2015, já era esperado que as matérias do primeiro período não trariam o termo “feminicídio” no corpo do texto. De fato, nenhuma das matérias trazia essa palavra. Portanto, a análise desta variável considerou somente o segundo período (num total de 28 matérias), quando a lei já estava em vigor e poderia já ser usada pelos jornalistas.

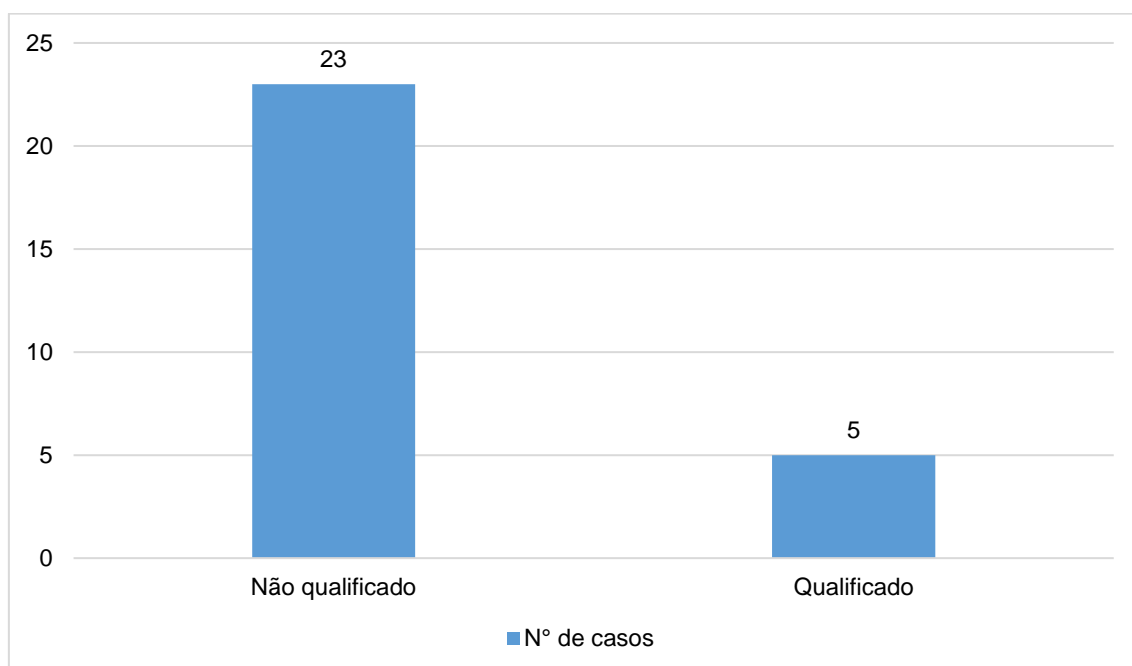


Gráfico 9 – Variável 8: FEMINICÍDIO.

Fonte: a autora

A análise mostra que menos de 20% das matérias usam o termo feminicídio para tratar dos crimes noticiados. 82% delas não inclui nenhuma menção à lei ou ao contexto de violência que a vítima estava/poderia estar incluída. Se juntarmos os dois períodos, este percentual fica ainda maior: 90% das matérias sem nenhuma menção à especificação.

Ao combinar a interpretação dos gráficos 8 e 9, notamos que a causa que predomina nas matérias fica sendo, portanto, a alegada pelas fontes com espaço de fala no texto – ciúme, rompimento, vingança –, uma vez que o feminicídio não é contraposto à violência do agressor.

Para Prado e Sanematsu (2017, p. 143), apontar a causa de um crime como sendo consequência de ciúmes ou que de alguma forma é culpa da vítima (traição, por exemplo) é uma naturalização da desigualdade entre gêneros,

que leva o agressor a se sentir no direito de possuir, controlar e ‘disciplinar’ a mulher ou a ex-mulher – pois frequentemente esses crimes ocorrem após a separação, quando o homem não aceita a ruptura da relação ou não admite que ela inicie outro relacionamento. ‘Ataque de ciúmes’, ‘perdeu a cabeça’, ‘estava fora de si’, ‘ficou transtornado’, ‘teve um surto’, ‘ataque de loucura’: estas são as principais alegações para ‘justificar’ um feminicídio que, além de serem frequentemente utilizadas pelos autores do crime e por policiais e delegados, são reproduzidas com grande destaque pela imprensa (2017, p. 143).

5.3 VARIÁVEIS DE JULGAMENTO MORAL

Segundo Entman (1993), o julgamento moral aparece em uma notícia quando o jornalista avalia os agentes causais e seus efeitos, ou seja, qualifica o ocorrido. Nas notícias do corpus, avaliamos o julgamento moral sob duas formas: o julgamento do agressor e o julgamento da vítima. Como vimos no terceiro capítulo, o enquadramento noticioso episódico, de uma forma geral, contribui para a interpretação de que o autor do crime é um “monstro” que precisa ser punido, ignorando o contexto em que ele estava inserido.

Já quando o crime é relacionado à violência contra a mulher, é frequente a naturalização a violência através da culpabilização da vítima.

Nesta variável, procuramos identificar julgamentos morais relacionados à atitude do agressor (Gráfico 10), bem como a maneira como a vítima foi descrita e apresentada no texto (Gráfico 11).

Para a codificação da variável 9, relativa ao julgamento moral do autor do crime, analisamos a presença de características qualificando a atitude do autor (tal como explicado no Livro de Códigos).

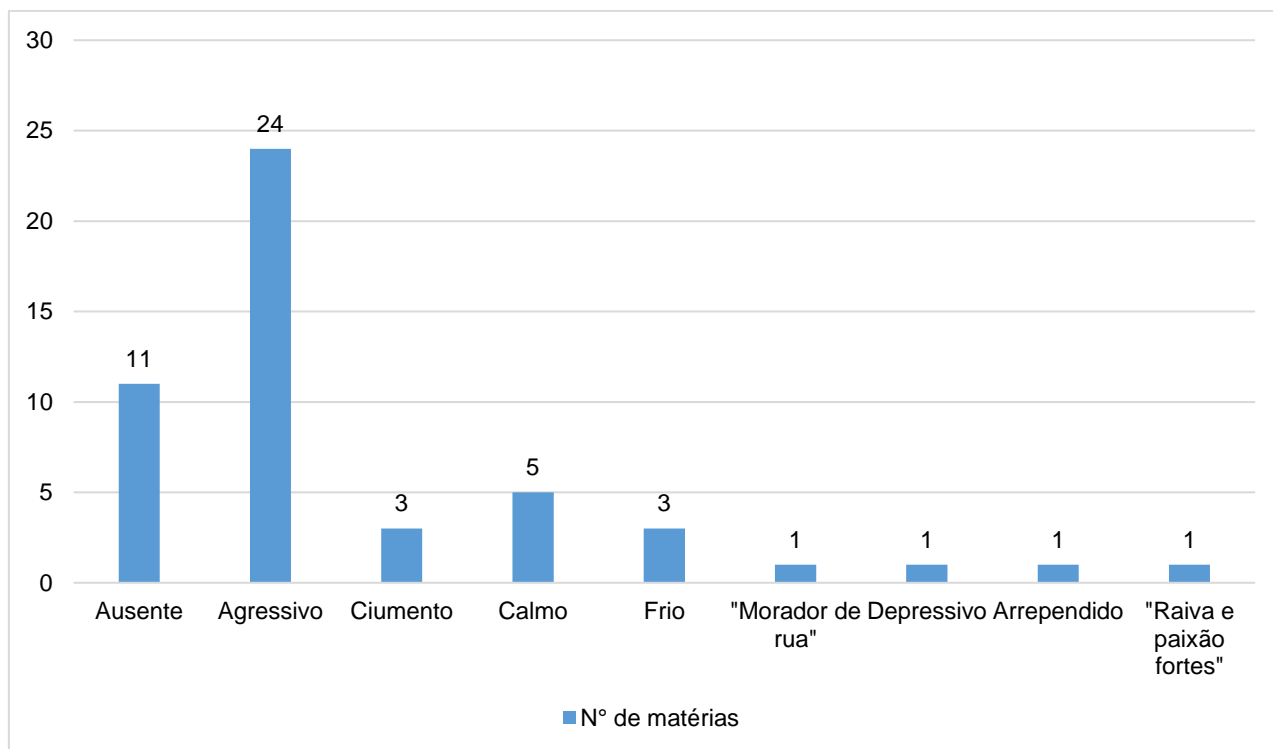


Gráfico 10 – Variável 9: Julgamento moral - autor

Fonte: a autora

Como é perceptível pelo gráfico, quase metade do corpus analisado traz o suspeito do crime como uma pessoa agressiva, muitas vezes já com antecedentes criminais. A isso se soma a categoria “ciumento” (5,8%), que também traz uma justificativa para o comportamento do agressor baseada em uma característica do seu caráter.

Em 9,8% do *corpus* observamos o agressor apresentado como “calmo”, ou sem precedentes criminais. Nesses casos, o crime é tido como “imprevisível”, já que não havia um histórico de brigas entre o casal, atenuando a culpa do agressor.

Outros julgamentos encontrados com menos frequência: o autor que tratou o crime com frieza, sendo um “monstro”; o autor arrependido; o autor que bebia com

frequência (ou seja, “perde o controle”); o autor com “raiva e paixão fortes”, e ainda o autor que estava em situação de rua, trazendo uma outra questão social para a matéria.

Não houve julgamento moral em 21,5% das matérias.

Quanto às vítimas, o julgamento moral esteve bem menos presente, como é notável no Gráfico 11.

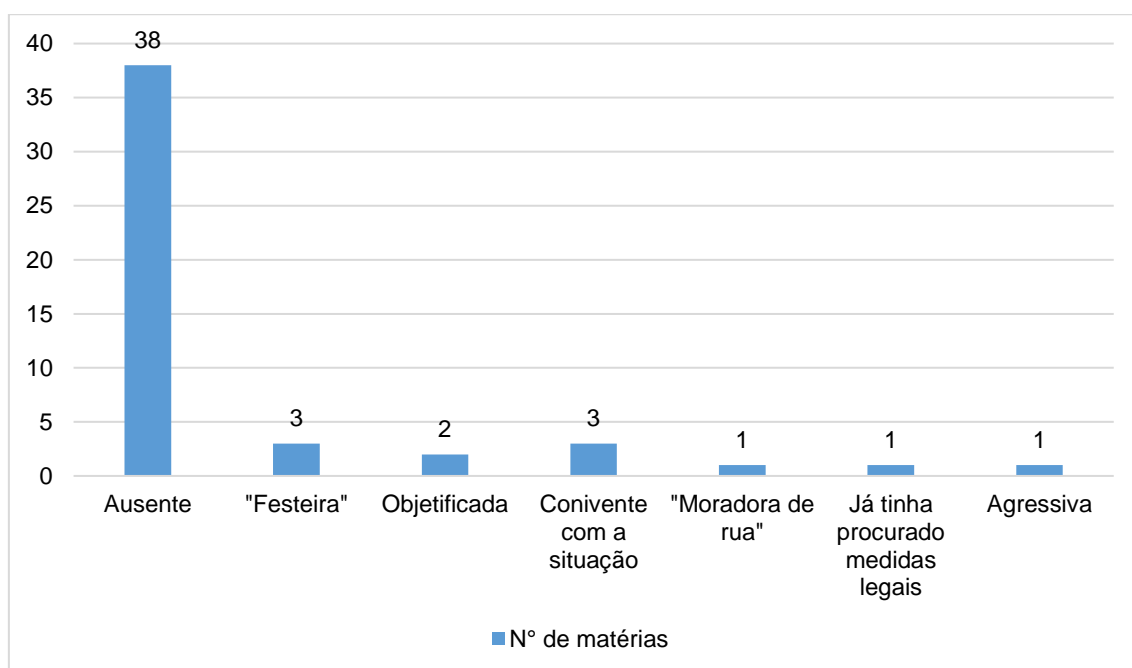


Gráfico 11 – Variável 10: Julgamento moral - vítima

Fonte: a autora

Em 76% dos casos, não há julgamento moral da vítima. No entanto, em 6% dos casos ela é apresentada como alguém que tinha problemas com bebida ou que gostava de sair à noite, como se estivesse violando seu papel social de gênero.

As duas vítimas que foram codificadas como objetificadas na matéria coincidem com os dois maiores casos encontrados no corpus – Amanda Bueno e Renata Muggiati –, ambas com coberturas problemáticas que serão analisadas a seguir. A objetificação aqui codificada foi tida como uma exposição desnecessária do corpo das vítimas, relacionadas às suas profissões: uma era fisiculturista, a outra era ex-dançarina de funk.

Outros julgamentos morais apresentados: vítima agressiva, continuava/voltava com o agressor, era superprotetora, não tomou atitudes legais contra o agressor, estava tomando atitudes legais contra o agressor, além do caso da vítima que também estava em situação de rua.

5.4 VARIÁVEL DE RECOMENDAÇÃO DE TRATAMENTO

A recomendação de tratamento é a última função citada por Entman (1993). Nesta variável, procuramos saber se o texto dava a entender que alguma solução para o crime era ideal – prática que era comum no jornalismo sensacionalista, como visto no terceiro capítulo. No entanto, essa característica esteve ausente em quase 100% do corpus.

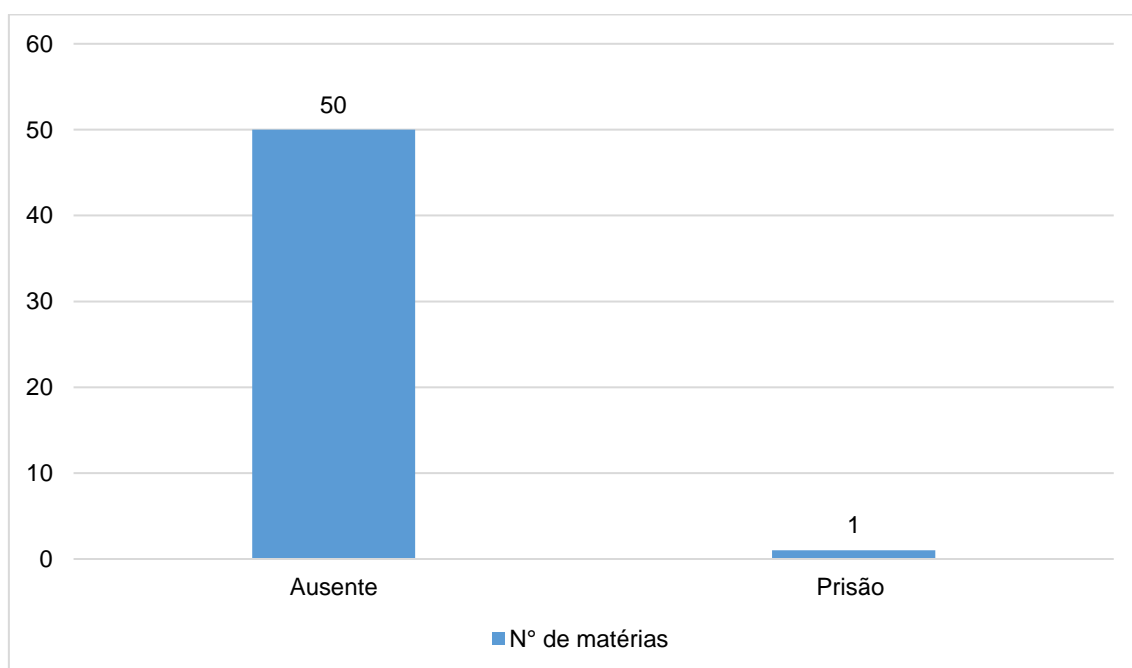


Gráfico 12 – Variável 11: Julgamento moral - vítima

Fonte: a autora

Apenas uma matéria apresentou uma indicação de que o agressor deveria ser preso. Mesmo assim, não foi nos moldes clássicos do jornalismo sensacionalista, e sim por meio de uma delegada, que trabalha em uma Delegacia da Mulher, que cuidava de dois casos de feminicídio. A matéria, ao contrário do que poderia se

imaginar em um primeiro momento, problematiza a violência contra a mulher e salienta a importância da punição para esses casos.

Nenhuma das outras 50 matérias apresentou uma recomendação de tratamento do problema.

5.5 DISCUSSÃO DOS CASOS

Dentre as matérias do *corpus* se verificou que várias delas se tratavam de crimes que já tinham sido veiculados anteriormente e deram continuidade à cobertura, mostrando o desenvolvimento dos fatos. Algumas delas se tratavam de noticiar a morte do suspeito, outras dos desdobramentos jurídicos e a investigação. No total, foram 51 casos únicos encontrados e 29 matérias que davam continuidade a 7 desses casos.

Desses 7 casos, 3 foram escolhidos por se destacar pela particularidade de suas coberturas – um relativo ao primeiro período e dois ao segundo.

O primeiro foi o assassinato de uma menina de dois anos pelo seu pai, Marco Antônio de Oliveira Leal. Embora sejam apenas duas matérias que tenham tratado desse caso, ele foi escolhido pela diferença de enfoque entre as duas. O segundo caso escolhido foi o homicídio de Amanda Bueno, que se destaca pelos inúmeros problemas encontrados na cobertura, que é composta por cinco matérias. O terceiro caso é o de Renata Muggiati, que morreu ao cair de um prédio. Sua morte foi dada como suicídio durante boa parte da cobertura, embora houvesse suspeitas de que seu namorado tivesse cometido homicídio. Este é o caso com maior repercussão entre todo o *corpus*, com 19 matérias publicadas sobre a história.

5.5.1 O caso de Marco Antônio de Oliveira Leal

Em 28 de outubro de 2014, Marco Antônio de Oliveira Leal matou sua filha caçula de 2 anos com um tiro, na Região Metropolitana de Curitiba. Eles haviam saído de carro com os dois outros irmãos, que ouviram o tiro e chamaram a família

quando viram o pai voltando sem a irmã. Marco ainda jogou o corpo da menina de um barranco. Ele foi capturado pela polícia ainda portando a arma de fogo, e foi preso em seguida. A matéria afirma que, segundo os policiais, Marco afirmou durante seu depoimento que “matou a filha para se vingar da esposa, de quem se separou recentemente”²⁶.

Na codificação, esta primeira matéria foi caracterizada como factual, pois traz o lide com as informações principais sem descrevê-las narrativamente.

Com um tiro na cabeça, Marco Antônio de Oliveira Leal, 36 anos, matou a filha caçula Vitória Emanuele de Oliveira, de apenas 2, na tarde de terça-feira (28), no bairro Guarituba, em Piraquara. Em seguida, jogou o corpo da menina de um barranco na região de Roça Nova, próximo ao trilho do trem. Ele foi preso depois que os outros dois filhos, de 5 e 7 anos, avisaram a família sobre o assassinato da irmã mais nova.

O autor do crime foi o pai, que não foi apresentado com nenhuma denominação jurídica no corpo do texto, apesar de ter sido preso. Tem prevalência de fontes policiais, já que as duas fontes com espaço de fala na notícia são soldados do Batalhão de Polícia de Guarda, que atenderam o caso. Fez o uso de arma de fogo, e não cometeu tentativa de suicídio depois. Alegou como causa vingança da ex-mulher.

Embora no corpo do texto não haja um julgamento do comportamento do pai (não há presença de adjetivos, de antecedentes criminais ou nada que induza o leitor a julgá-lo), outros elementos fazem com que ele seja caracterizado como “monstro”. A palavra “brutal” é o chapéu da matéria, por exemplo (Imagem 1). A publicação traz também uma foto de arquivo pessoal da criança, apelando para o lado emocional do leitor.

BRUTAL

Pai assassina filha de apenas dois anos com tiro na cabeça

Crime aconteceu na tarde de terça-feira e denúncia veio dos irmãos da menina

²⁶ Pai assassina filha de apenas dois anos com tiro na cabeça. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/pai-assassina-filha-de-apenas-dois-anos-com-tiro-na-cabeca/>>. Acesso em 27 de maio de 2017.

Figura 1.

Além desses elementos, a matéria vem acompanhada de um vídeo com o depoimento de Marco. Embora esta pesquisa trate dos textos, o depoimento do agressor aqui complementa o conteúdo. Nele, Marco afirma que foi “tomado por um surto psicótico” no momento e que “não consegue entender por que fez isso”, dizendo que acabou com a própria vida e com a vida da família. Também se coloca como um homem que “sempre foi trabalhador”.

Segundo Blay (2008, p. 40), demonstrar o bom caráter do assassino é uma estratégia para reduzir as chances de condenação de um crime que “foi cometido sob fortes emoções”. Esse argumento procura anular a compreensão do feminicídio como agressão final de uma série de violências de gênero. No entanto, nessa matéria não é apresentada nenhuma informação complementar de como era o relacionamento de Marco com sua ex-mulher, já que a única informação presente é de que ele matou a filha para se vingar do rompimento do relacionamento. O julgamento moral do agressor aparece como um homem que saiu de si e cometeu um crime brutal e monstruoso.

Não há julgamento moral da vítima nem recomendação de tratamento. Essa publicação, portanto, fica incompleta do ponto de vista da cobertura do feminicídio, já que não revela o contexto em que a violência aconteceu e cobre pontualmente o homicídio da criança.

A segunda matéria que fala sobre o caso se diferencia enormemente da primeira, a começar pelo título: “Mãe de menina morta diz que crime poderia ter sido evitado”²⁷ e pela gravata: “Beatriz Urch dos Santos fez um B.O. contra o marido, mas não foi levada a sério”.

Nesta matéria, a mãe da criança relata que ela e Marco Antônio haviam se separado dois meses antes, e que desde então ele já tinha ameaçado os filhos de morte. Beatriz já tinha registrado um boletim de ocorrência na delegacia da cidade, mas nenhuma atitude foi tomada para protegê-la ou aos filhos.

²⁷ Mãe de menina morta diz que crime poderia ter sido evitado. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/mae-de-menina-morta-diz-que-crime-poderia-ter-sido-evitado/>>. Acesso em 27 de maio de 2017.

Além disso, ela afirma que o motivo da separação foi a violência que vinha sofrendo do marido, que era extremamente ciumento e controlador. Ela decidiu se separar quando ele ameaçou matá-la e, como ela não tinha para onde ir, ficou com uma amiga, mas deixou as crianças morando com o pai, que era apegado aos filhos. Outros vizinhos também deram depoimento reafirmando esse histórico de violência entre os dois.

Desta forma, se mostra através desta segunda publicação que o assassinato da criança foi mais um acontecimento decorrente da violência doméstica, da misoginia e da discriminação da mulher, e que havia todo um histórico por trás do crime que ficou omitido na primeira matéria. Os depoimentos são opostos ao que Marco Antônio afirma no vídeo que acompanha a matéria, afirmando o surto psicótico.

O caso, que aconteceu meses antes da sanção da Lei do Feminicídio, não traz essa discussão para a matéria, como poderia ser esperado pela data de publicação. No entanto, a cobertura do caso se complementa com essa segunda versão, em que apresenta antecedentes e problematiza o contexto do acontecimento, além de apontar que houve uma falha do Estado em proteger Beatriz e sua família. Além disso, a segunda matéria já não traz a exposição da foto da criança, tomando um cuidado maior em respeitar a vítima e sua família.

É importante ressaltar que, nessa histórica específica, a violência não se fez especificamente contra a mulher dentro de um relacionamento afetivo, mas à filha que era fruto dessa relação. Segundo a lei, este também seria um possível caso de feminicídio.

Essas duas matérias mostram uma evolução na cobertura: ao relatar o homicídio pela primeira vez, há apenas a notificação de fatos desconexos com uma rasa motivação de gênero – vingança. Recai facilmente nos estereótipos mencionados. Já na matéria que se seguiu havia a complementação do contexto, mostrando falhas das instituições que deveriam proteger a mulher e trazendo a violência contra a mulher para o centro da definição do problema.

São quatro as sugestões e ferramentas propostas por Prado e Sanematsu para uma cobertura de feminicídios comprometida com a visibilidade aos direitos das mulheres (2017, p. 159): compreender o que é feminicídio, perguntar onde o Estado

falhou, tomar cuidado com títulos e imagens e divulgar canais de denúncias e serviços de utilidade pública.

Segundo esses critérios, podemos analisar que, em um primeiro momento, nenhum deles esteve presente na primeira apresentação do homicídio, reforçando os estereótipos existentes e comprometendo o julgamento da vítima. Já na segunda matéria da cobertura, três dos quatro critérios foram atendidos – apenas os serviços não foram divulgados.

Concluimos que, embora o enquadramento tenha mudado positivamente, ainda está longe do ideal, que seria procurar trazer a violência contra a mulher para o debate desde um primeiro momento, principalmente através da contextualização do crime e da proteção à imagem da vítima.

5.5.2 O caso de Amanda Bueno

Amanda Bueno era noiva de Milton Severiano Vieira quando foi morta por ele no dia 17 de abril de 2015, no Rio de Janeiro. Imagens da câmera de segurança da casa onde aconteceu o crime mostram o momento em que os dois começaram a brigar, até que Milton derruba Amanda no chão, batendo nela, e depois atirando várias vezes em sua cabeça. Quando ela já estava morta, ele trocou de arma e atirou mais cinco vezes. Ele alegou na delegacia que a briga foi motivada pela revelação de um caso extraconjugal. Posteriormente, foi divulgado que na verdade foi porque ela já tinha trabalhado como *stripper* em uma boate.

A cobertura deste caso é feita ao longo de 5 matérias, desde um primeiro relato do acontecimento até a denúncia de Milton Vieira feita pelo Ministério Público do Rio de Janeiro ter sido aceita. Como veremos, ela é extremamente problemática por principalmente dois motivos: a objetificação e a superexposição da vítima.

A primeira matéria é datada de 17 de abril de 2015 e traz o título “Ex-Gaiola das Popozudas é assassinada pelo marido no Rio”. Está publicada na editoria *+Pop*, que inclui as notícias sobre entretenimento e celebridades, e não nas editorias em que normalmente homicídios são publicados. O tratamento da notícia já começa ao

enquadrá-la como um assassinato que no mínimo não é categorizado como os outros.

O texto relata o acontecimento de forma descritiva, priorizando fontes policiais, e informando que o noivo da vítima foi preso pouco depois do crime. Esta é uma das poucas matérias que informa sobre o porte de armas do autor do crime que, no caso, tinha o direito de usá-las dentro de casa.

Também informa na gravata e reitera no segundo parágrafo da matéria que se trata de um feminicídio, explicando a qualificadora²⁸:

Milton Severiano Vieira, de 32 anos, foi preso na noite desta quinta-feira, 16, pelo assassinato da mulher, Amanda Bueno, de 29, ex-dançarina do grupo de funk Jaula das Gostozudas e Gaiola das Popozudas. Imagens do sistema de segurança, instalado por Vieira três dias antes do crime, mostram o momento do assassinato.

Vieira foi indiciado por feminicídio, assassinato cometido contra mulheres em razão de seu sexo ou em decorrência da violência doméstica. A lei tipificando o crime como hediondo foi sancionada em março pela presidente Dilma Rousseff (PT).

No entanto, ao mesmo tempo em que a matéria apresenta essa característica, ela reitera várias vezes que Amanda Bueno era “ex-dançarina do grupo de funk Jaula das Gostozudas e Gaiola das Popozudas”, “ex-funkeira”, “ex-dançarina”. A primeira foto apresentada na matéria é do arquivo pessoal de Amanda.

Em seguida, a matéria traz o vídeo da câmera de segurança com o momento da morte de Amanda, sem cortes, expondo a vítima e faltando com respeito à sua privacidade e confidencialidade. As *Diretrizes para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – Feminicídios* divulgadas pela ONU Mulheres em 2016 recomendam que “as informações coletadas, sobretudo aquelas que tratam de aspectos íntimos da vida da vítima, devem ser protegidas para que não se tornem públicas, sobretudo pela exploração midiática dos casos”. Não é o que acontece neste caso.

²⁸ Ex-Gaiola das Popozudas é assassinada pelo marido no Rio. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/mais-pop/ex-gaiola-das-popozudas-e-assassinada-pelo-marido-no-rio/>>. Acesso em 27 de maio de 2017.

Prado e Sanematsu (2017, p. 155) pontuam sobre a divulgação dessas imagens no caso de Amanda Bueno, que foi feita não só pela *Tribuna* como por diversos jornais e canais de televisão pelo país.

O vídeo do circuito de segurança que mostra o momento em que Amanda foi assassinada viralizou na internet e foi exibido em programas de TV e sites jornalísticos. Por ser ex-dançarina e ex-stripper, Amanda foi apresentada como merecedora da própria morte e alvo de deboche nas redes sociais. Além da culpabilização da vítima, seu direito à memória e privacidade também foi violado com a divulgação de fotos da necropsia do corpo no Instituto Médico Legal, que foram enviadas para o celular de familiares de Amanda e divulgadas na internet (PRADO, SANEMATSU, 2017, p. 155-6).

Portanto, por mais que a matéria fale em feminicídio, essa informação foi completamente sobreposta pela exposição da vítima e objetificação da sua profissão e de seu corpo, dando a entender que a culpa era dela própria.

Na segunda matéria, o enfoque está na briga que levou à morte de Amanda. O título, “Funkeira Amanda foi morta por motivos passionais”²⁹, já retrocede na própria questão de informar o feminicídio, que não é mencionado nessa publicação. A gravata, “Logo após consumado o noivado a dançarina disse ter duas relevações do seu passado”, traz informações no mínimo irrelevantes para uma plena compreensão do acontecimento (Imagem 2). A matéria também está publicada na editoria *+Pop*, a sessão de entretenimento do jornal.

REVELAÇÕES ANTES DA BRIGA

Funkeira Amanda foi morta por motivos passionais

Logo após consumado o noivado a dançarina disse ter duas relevações do seu passado

Figura 2.

²⁹ “Funkeira Amanda foi morta por motivos passionais”. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/mais-pop/funkeira-amanda-foi-morta-por-motivos-passionais/>>. Acesso em 27 de maio de 2017.

Acompanham a publicação outras duas fotos do arquivo pessoal de Amanda, que mostram e objetificam seu corpo. Após o texto, o vídeo do circuito de segurança está novamente reproduzido. No texto, informa o crime teve “motivos passionais”, porque “Amanda contou que havia trabalhado na boate de *striptease* Império e que fora condenada por tentar matar uma colega, dentro do estabelecimento”.

De acordo com a polícia, logo após consumado o noivado a dançarina disse ter duas relevações do seu passado para fazer ao companheiro. [...] Depois da revelação, Amanda e o noivo tiveram uma discussão feia. Com ciúmes, Miltinho chegou a ofender a noiva. Para tentar se vingar, dias depois ele almoçou com uma ex-namorada, fez fotos e vídeos do encontro e mandou para Amanda.

O episódio foi o combustível para uma briga do casal. A discussão pesou e evoluiu para agressões físicas. Miltinho da Van jogou a dançarina no jardim e bateu com a cabeça dela pelo menos 12 vezes no chão. A garota já estava desacordada no chão, mas mesmo assim ele deu dez coronhadas na funkeira. E depois pegou uma escopeta, lhe deu ainda cinco tiros.

A publicação, além de omitir as causas feminicidas do caso, expõe a vítima, usa do lugar-comum “crime passionai”, não é comedido no uso do vocabulário, publica fotos da vítima, republica o vídeo que mostra o momento do assassinato e ainda descreve com detalhes a sequência de violência aplicada na vítima.

Em termos de cobertura jornalística, todas essas características fazem desta publicação a de menor qualidade – não só das 5 analisadas neste caso como em todo o *corpus*.

A partir da terceira publicação, o tom começa a mudar, a começar pela editoria: passa de *+Pop* para *Brasil*. Amanda deixa de ser chamada de “ex-funkeira” para ser “dançarina”. A matéria “MP deve receber amanhã relatório sobre morte da dançarina”³⁰ não traz fotos e nem republica o vídeo da morte da vítima. O conteúdo se restringe estritamente a explicar os trâmites jurídicos pelos quais o autor do crime estava passando: o Ministério Público do Rio de Janeiro estava para receber um relatório do caso da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense.

O texto explica mais uma vez que Milton alegou razões passionais e ciúmes para ter assassinado Amanda, mas a matéria revela logo em seguida que ele tinha

³⁰ MP deve receber amanhã relatório sobre morte da dançarina. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/brasil/mp-deve-receber-amanha-relatorio-sobre-morte-da-dancarina/>>. Acesso em 27 de maio de 2017.

dois antecedentes criminais, ambos enquadrado na Lei Maria da Penha, e que neste caso tinha sido autuado por homicídio triplamente qualificado – motivo fútil, impossibilitar à vítima a chance de defesa e feminicídio. Ele respondeu também por “porte ilegal de arma de fogo e roubo, já que, depois do crime, ele levou o carro de um prestador de serviços que realizava manutenção em câmeras de segurança instaladas na residência”. Apenas no último parágrafo a matéria traz a informação de que Amanda era dançarina de funk e que estava trabalhando no Rio de Janeiro para ajudar financeiramente a família em Goiás.

De forma geral, há mais compromisso com a informação apurada nesta terceira matéria do caso. Seis dias após o caso, o jornal noticia que a filha de Amanda estava sofrendo agressões pelas redes sociais. A matéria “Filha de funkeira assassinada recebe ameaças e ofensas na internet”³¹ retoma o caso pela perspectiva da filha, relatando mensagens que a menina de 11 anos estava recebendo como consequência da superexposição da morte da mãe na imprensa. A matéria foi classificada como narrativa, pois faz uso de emoção, mas não apresenta julgamentos morais ou recomendação de tratamento, enquanto a definição e causas do problema são as mesmas apresentadas nas outras matérias.

A última matéria que faz a cobertura do caso de Amanda Bueno, juntamente com a terceira, é provavelmente a que mais leva em consideração os princípios éticos do jornalismo na divulgação de informações sobre esse homicídio – apesar de logo na manchete dar ênfase à profissão de Amanda. “Marido de funkeira é denunciado por homicídio”³² é uma matéria factual, que não faz recomendação de tratamento e não traz julgamento moral da vítima³³. No entanto, muda de discurso com relação às outras notícias e traz o autor do crime como figura agressiva. Informa também que a briga que resultou no crime foi iniciada pela descoberta de um caso extraconjugal do noivo, e não pelas informações da vida da vítima. A

³¹ Filha de funkeira assassinada recebe ameaças e ofensas na internet. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/mais-pop/filha-da-funkeira-assassinada-recebe-ameacas-e-ofensas-na-internet/>>. Acesso em 28 de maio de 2017.

³² Marido de funkeira é denunciado por homicídio. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/brasil/marido-de-funkeira-e-denunciado-por-homicidio/>>. Acesso em 28 de maio de 2017.

³³ Nota-se aqui que o acusado, que sempre foi colocado como noivo de Amanda, nesta matéria está retratado como seu marido.

matéria não fala sobre feminicídio, mas informa que Milton foi acusado por homicídio triplamente qualificado – motivo fútil, meio cruel e emboscada, sem feminicídio. Milton tinha sido preso em flagrante e continuou na cadeia após a acusação.

Da mesma forma que os outros dois casos analisados, as últimas matérias tendem a ter um maior cuidado no tratamento da informação e serem mais neutras – mas apenas depois que a vítima já tinha sido superexposta, atingindo até a vida pessoal de sua filha. Como trazem Prado e Sanematsu (2017, p. 156),

não se percebe uma preocupação por parte da imprensa com o respeito à privacidade e à confidencialidade da informação nos casos de feminicídio ou outras violências contra mulheres. [...] quando o vídeo foi veiculado pelas emissoras de TV, algumas procuraram distorcer um pouco as imagens para não mostrar exatamente a violência, mas, mesmo assim recorrendo a uma prática que viola o direito à intimidade, à privacidade e à imagem de Amanda.

Neste caso, portanto, por mais que a cobertura tenha resultado em enquadramentos diferentes do caso ao longo do tempo, as consequências do comportamento dos jornais – não só da *Tribuna*, como vimos, mas como mostram as pesquisadoras que foi o comportamento de modo geral – trouxe consequências diretas à família da vítima através da reação gerada na população que entrou em contato com o caso pela mídia.

5.5.3 O caso de Renata Muggiati

O caso da morte de Renata Muggiati foi o mais noticiado pela *Tribuna* no período, com 19 matérias relacionadas. Isso se explica por diversos desdobramentos jurídicos que foram noticiados.

Como há um grande número de matérias, aqui vamos nos ater às mais relevantes, fazendo um pequeno histórico do caso pela análise da codificação das variáveis desta cobertura.

O caso foi controverso desde o início: ela morreu ao cair de um prédio, e inicialmente o suicídio era a principal suspeita do que teria acontecido. No entanto, desde o início da cobertura as matérias já traziam a informação de que ela e seu

namorado, Raphael Suss Marques, teriam um “relacionamento conturbado” e que ela poderia ter sido vítima de agressões³⁴. No entanto, essa matéria – assim como as cinco seguintes – trouxeram o suicídio como causa da morte de Renata.

A variável de causa mudou definitivamente a partir da matéria “Juíza acredita que namorado de musa fitness pode ter simulado suicídio”³⁵, em que a juíza responsável pelo caso decretou a prisão temporária de Raphael. Pela descrição da matéria, é possível perceber a apresentação preponderantemente factual que ela toma.

Com base no laudo do Instituto Médico Legal (IML), que apontou que a vítima foi asfixiada antes de cair do prédio, no Centro, a magistrada entendeu que Raphael possivelmente alterou as circunstâncias do suposto crime – simulando suicídio para “maquiar” o homicídio. Na madrugada de 12 de setembro, Renata caiu do 31º andar de um edifício na Rua Comendador Araújo. A primeira hipótese foi que a modelo teria se suicidado, mas o laudo do IML mudou o rumo das investigações. O companheiro de Renata, com quem ela morava há 6 meses, é o principal suspeito do crime – uma vez que, segundo a delegada responsável pela investigação, Ana Cláudia Machado, somente os dois estavam no apartamento.

A partir de então, as matérias seguem focando na cobertura da investigação e das evidências levantadas contra Raphael, até que a investigação entra em segredo de justiça e as matérias tendem a ser mais esparsas. Raphael foi solto depois que o laudo da necropsia apontou que Renata não teria morrido por asfixia, como era uma suspeita. Três meses depois, a polícia prendeu o suspeito novamente.

O inquérito foi encerrado no mês passado e concluiu que Renata não caiu, mas sim foi morta pelo namorado e depois jogada do apartamento. O médico foi indiciado pelo crime de homicídio qualificado e, se condenado, a pena pode chegar a 30 anos.³⁶

³⁴ Polícia investiga a morte de modelo fitness no Centro de Curitiba. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/policia-investiga-a-morte-de-modelo-fitness-no-centro-de-curitiba/>>. Acesso em 3 de junho de 2017.

³⁵ Juíza acredita que namorado de musa fitness pode ter simulado suicídio. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/juiza-acredita-que-namorado-de-musa-fitness-pode-ter-simulado-suicidio/>>. Acesso em 3 de junho de 2017.

³⁶ Polícia prende novamente Raphael Marques, ex-namorado de modelo fitness. Disponível em: <http://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/policia-prende-novamente-raphael-marques-ex-namorado-de-modelo-fitness/>. Acesso em 3 de junho de 2017.

Nesta matéria, se destaca o espaço de fala da delegada responsável pelas investigações Ana Cláudia Machado, que afirmou que “O que nós queremos mostrar com essa investigação e com todo o nosso trabalho, é que o estado do Paraná não vai permitir que aconteçam agressões contra as mulheres. Vamos combater qualquer forma de violência”. Esta foi a única matéria de todo o *corpus* da pesquisa que trouxe uma citação de fonte tão explícita sobre a luta contra a violência doméstica.

Outra matéria que merece destaque na cobertura é “Médico acusado da morte de Renata Muggiati é preso suspeito de agredir mulher”³⁷. Raphael Suss Marques passou a responder por outro caso de violência doméstica, em que agrediu uma ex-namorada. O texto incluiu informações completas sobre os dois casos que Raphael respondia, explicou o contexto de violência em que ambos os relacionamentos estavam inseridos e ainda incluiu dados sobre a violência doméstica e o telefone da Delegacia da Mulher.

A delegada destacou ainda que, neste período das festas do final de ano, aumentam os casos de agressão e, com isso, as denúncias também. O ano de 2016, conforme Sâmia Coser, manteve estatísticas estáveis, mas agora, com a chegada do verão, os números cresceram. “No dia de Natal, por exemplo, tivemos 10 flagrantes. Um número alto quando a média é de cinco”, detalhou.

Para a delegada, isso não significa que as pessoas estejam denunciando mais, mas sim que, com as festas de fim de ano, o consumo de bebida alcoólica e o período de férias, os episódios de agressões aumentem. “Para as festas de ano novo, por exemplo, já esperamos uma alta procura pelas denúncias, mas lá pelo dia 2 de janeiro. Nessa época as pessoas vão para a praia e a violência muda de lugar, mas não quer dizer que diminua”.

A última das 19 matérias sobre o caso publicadas no período que esta pesquisa abrange noticiava que a prisão preventiva de Raphael tinha sido mais uma vez revogada.

Neste caso, percebemos mais uma vez que a cobertura da matéria teve um aumento na responsabilidade ética com a vítima ao longo do tempo. Nas primeiras matérias, Renata só era retratada como “musa fitness”, com fotos que expunham seu corpo em seu trabalho como fisiculturista. Só após 10 matérias que o termo “fisiculturista” foi adotado, deixando de lado a objetificação de seu corpo.

³⁷ Médico acusado da morte de Renata Muggiati é preso suspeito de agredir mulher. Disponível em: < <http://www.tribunapr.com.br/noticias/seguranca/medico-acusado-da-morte-de-renata-muggiati-e-preso-suspeito-de-agredir-mulher/>>. Acesso em 3 de junho de 2017.

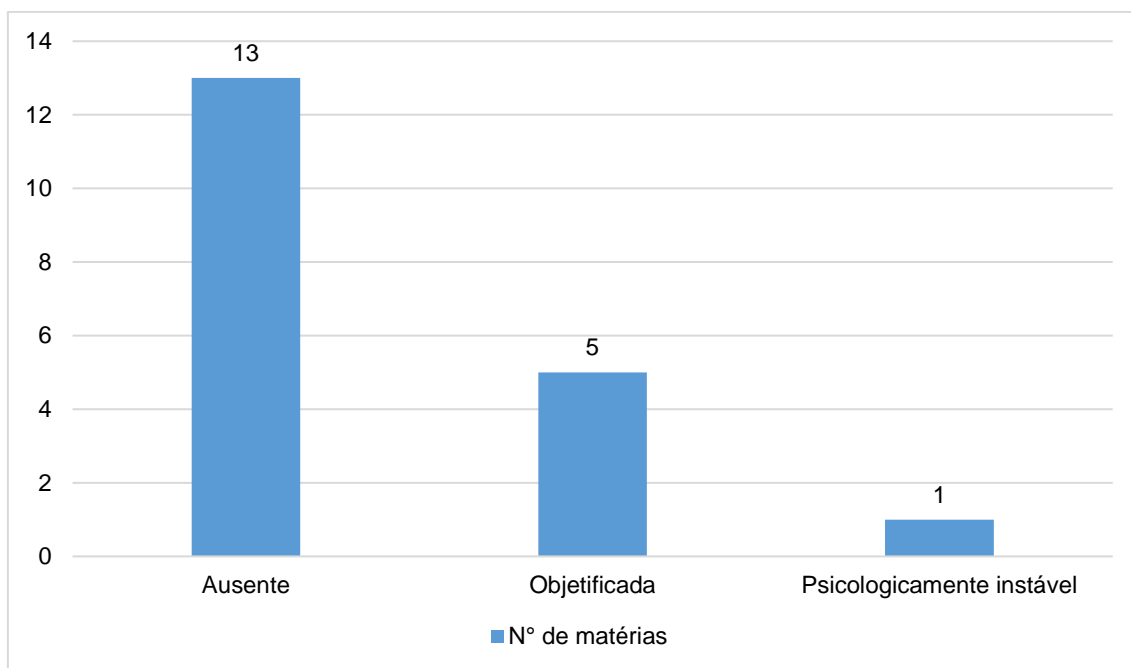


Gráfico 13 – Variável 10: Julgamento moral da vítima no caso Renata Muggiati

Fonte: a autora

Já sobre as fontes, foi neste caso que foram encontradas as únicas matérias que têm como fontes principais o advogado de defesa do suspeito, com 5 exemplos. Embora tragam preponderantemente o lado de Raphael, o texto não diverge da tendência da cobertura em não espetacularizar o crime.

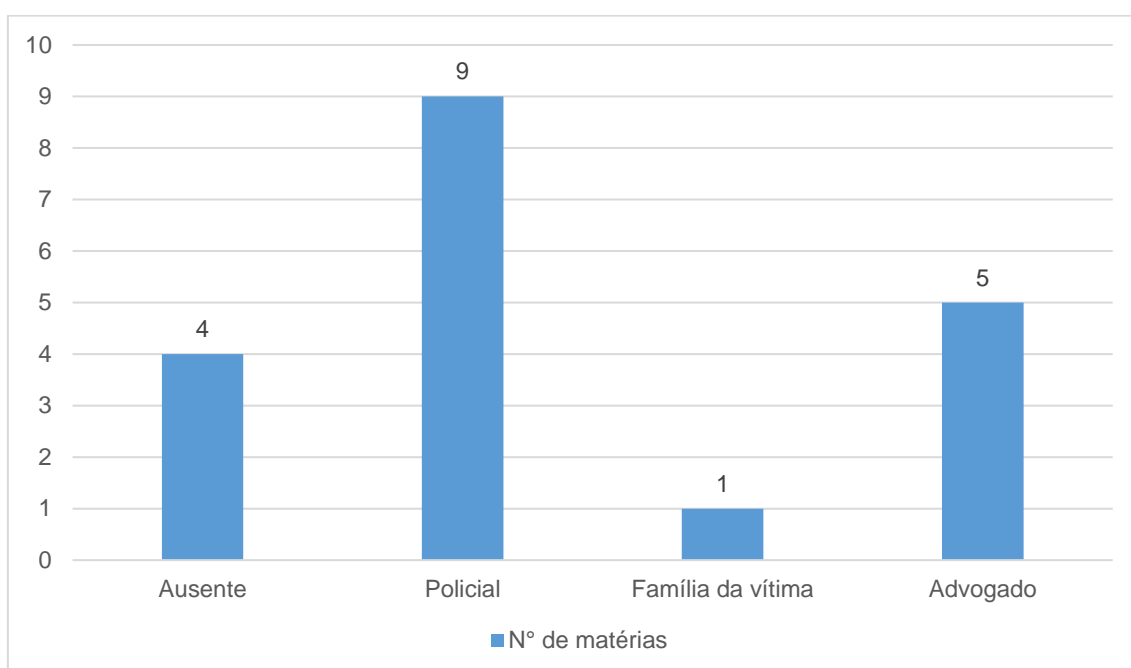


Gráfico 14 – Variável 4: Fontes no caso Renata Muggiati

Fonte: a autora

Nesta cobertura em específico, destacamos dois enquadramentos predominantes. O primeiro é relativo ao início da investigação, e ainda trata a morte de Renata como suicídio, embora com suspeitas de homicídio pelo namorado. O julgamento moral da vítima aparece na forma de objetificação, ao ressaltar que ela era “musa fitness” e publicar várias fotos do seu arquivo pessoal junto das matérias. O segundo enquadramento traz o julgamento moral do agressor como violento e ciumento, e que a investigação estava se encaminhando para que ele fosse considerado culpado pelo homicídio. A causa da morte, passa, então, para homicídio. Nenhuma das matérias cita o termo “feminicídio”, mas o combate à violência contra a mulher está claramente presente no conteúdo da fala das juízas e delegadas envolvidas na investigação do crime.

Percebemos assim que, de uma forma geral, casos que têm mais de uma matéria sobre o mesmo crime tendem a ser noticiados de forma mais sensacionalista, com menos cuidado no tratamento das informações, frequentemente reproduzindo estereótipos de gênero e com enquadramentos considerados problemáticos. Esses problemas tendem a diminuir conforme a cobertura da investigação avança. Em matérias que não geram mais de uma publicação, isso pode resultar num enquadramento único e problemático. Veremos isso a seguir, na discussão dos resultados gerais.

5.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Uma vez apresentadas as primeiras estatísticas e principais casos individuais, passaremos agora à análise dos resultados encontrados, através do cruzamento de dados e da exemplificação.

Ao analisar as variáveis de definição do problema, podemos observar principalmente de que forma os feminicídios acontecem: quem matou, como, se houve suicídio, se houve investigação do caso; além da apresentação da notícia e quais fontes foram mais utilizadas.

Começaremos com o cruzamento da primeira variável, “DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – AUTORES”, com as outras variáveis de definição do problema, adicionando outras análises quando necessário.

Cruzando as variáveis de autores e modo, podemos observar como os autores dos crimes “preferem” matar. No *corpus* analisado, a maior ocorrência entre os autores dos crimes são os maridos, seguidos de namorados, ex-maridos e ex-namorados. Entre os modos, vimos que estão arma de fogo, facada, estrangulamento e espancamento. O Gráfico 15 mostra como estas duas variáveis se complementam.

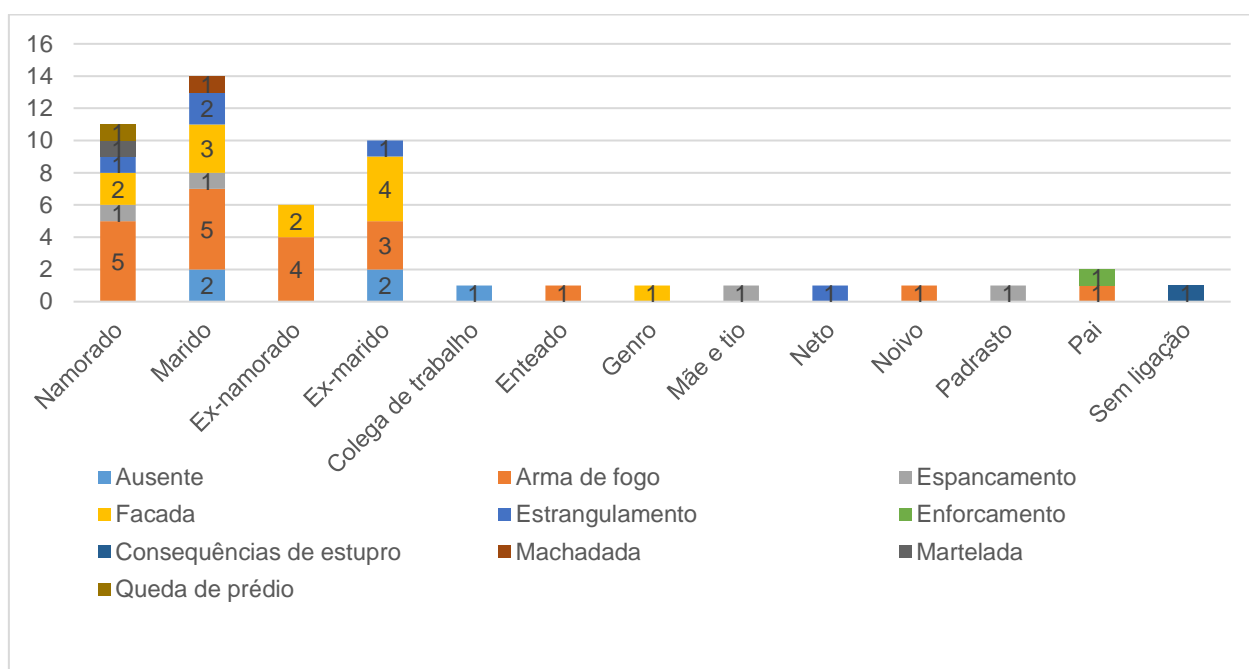


Gráfico 15 – Cruzamento das variáveis 1 e 5: autor x modo

Fonte: a autora

Vemos assim que, independentemente de quem é o autor do crime, a arma de fogo é o método mais utilizado, tendo a maior ocorrência entre todos os principais tipos de agressores – à exceção dos ex-maridos, que tem uma ocorrência de facada a mais que arma de fogo.

Outro ponto a ser observado é que a facada é mais utilizada entre maridos e ex-maridos do que entre namorados e ex-namorados. Por falta de informações suficientes, não há como associarmos aqui a previsibilidade do crime baseada apenas em qual o modo utilizado pelo autor do crime para matar. Portanto, concluímos que a arma de fogo é o método mais utilizado entre todas as principais

categorias de homicidas, inclusive pelos maridos, que são os autores mais frequentes.

Citaremos aqui, como exemplo, um caso de marido que fez uso da arma de fogo para matar a esposa. A notícia é de 9 de outubro de 2015, e relata a condenação do médico Luiz Henrique Semeghini pelo assassinato de sua esposa Simone Maldonado, que aconteceu em outubro de 2000, em Fernandópolis, cidade do interior de São Paulo³⁸. Segundo a notícia, na confissão do crime o acusado revelou que a motivação do crime foi a vítima ter revelado que tinha outro relacionamento. Além disso, a vítima já vinha buscando a separação, mas sem o acordo do marido. A notícia afirma que “Simone já estava deitada quando o médico se aproximou da cama, colocou um travesseiro sobre seu corpo e deu sete tiros”. O processo demorou 15 anos para ser concluído, e o acusado foi condenado a 16 anos de 4 meses de prisão.³⁹ A matéria não informa se o médico tinha porte legal da arma utilizada no crime. O julgamento estava lotado por moradores e familiares, por ser um caso de grande repercussão na cidade.

No cruzamento entre autores do crime com denominação do autor, vemos em quais situação o autor do crime foi mais vezes investigado (Gráfico 16).

³⁸ Médico que matou esposa no interior de SP é condenado a 16 anos. Disponível em <<<http://www.tribunapr.com.br/noticias/brasil/medico-que-matou-esposa-no-interior-de-sp-e-condenado-a-16-anos/>>>. Acesso em 21 de maio de 2017.

³⁹ É relevante reiterar que a Lei do Feminicídio só é válida para crimes cometidos a partir da data de sua sanção (10 de março de 2015), e não prevê uma condenação retroativa. Como este caso aconteceu em outubro de 2000, não haveria, portanto, a possibilidade de o acusado se enquadrar na qualificadora de feminicídio.

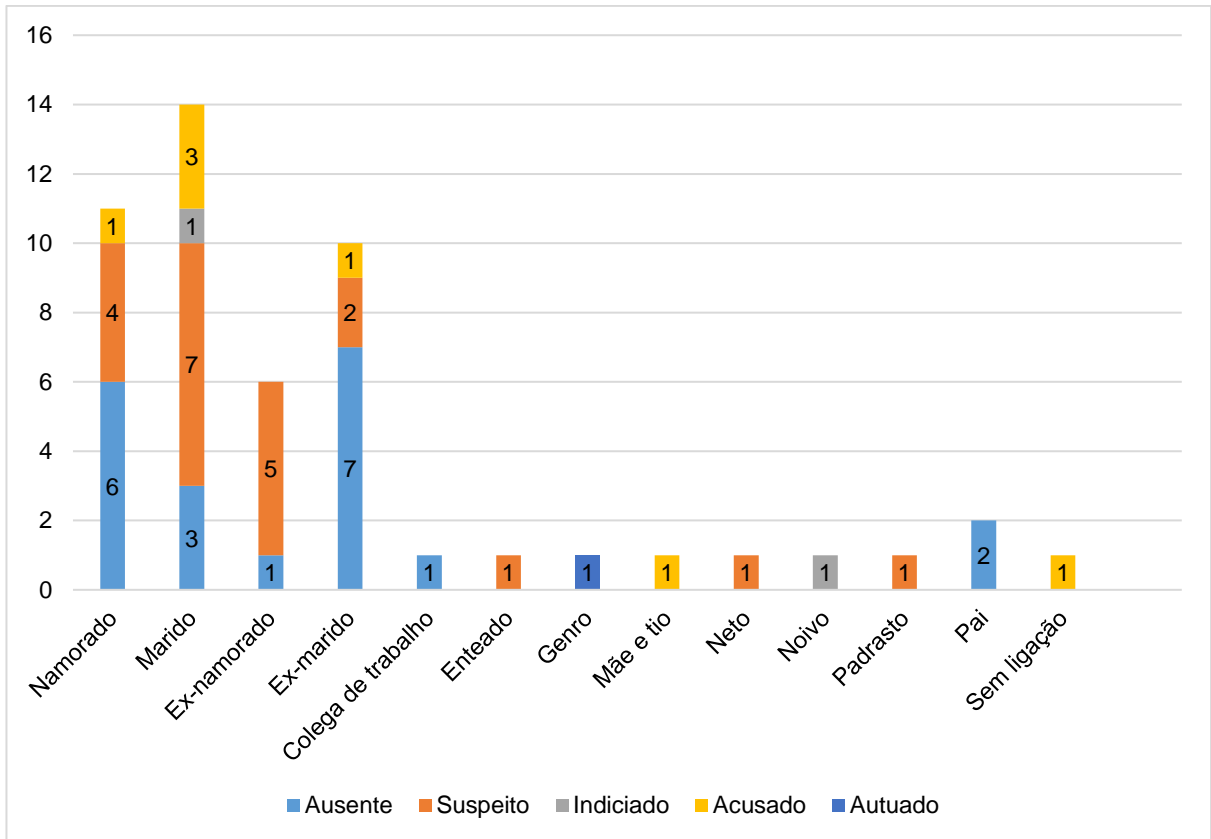


Gráfico 16 – Cruzamento das variáveis 1 e 2: autor x denominação

Fonte: a autora

Nos casos analisados, os namorados retêm o maior número de investigações e de acusações contra eles, mas observamos que são poucos os casos em que os crimes chegam à fase de indiciamento e/ou de acusação.

Passaremos agora ao cruzamento da variável de autor do crime com ainda outra de definição do problema: a de tentativa de suicídio. Pretendemos assim identificar qual a categoria de agressor que mais comete tentativa de suicídio após o crime (Gráfico 17).

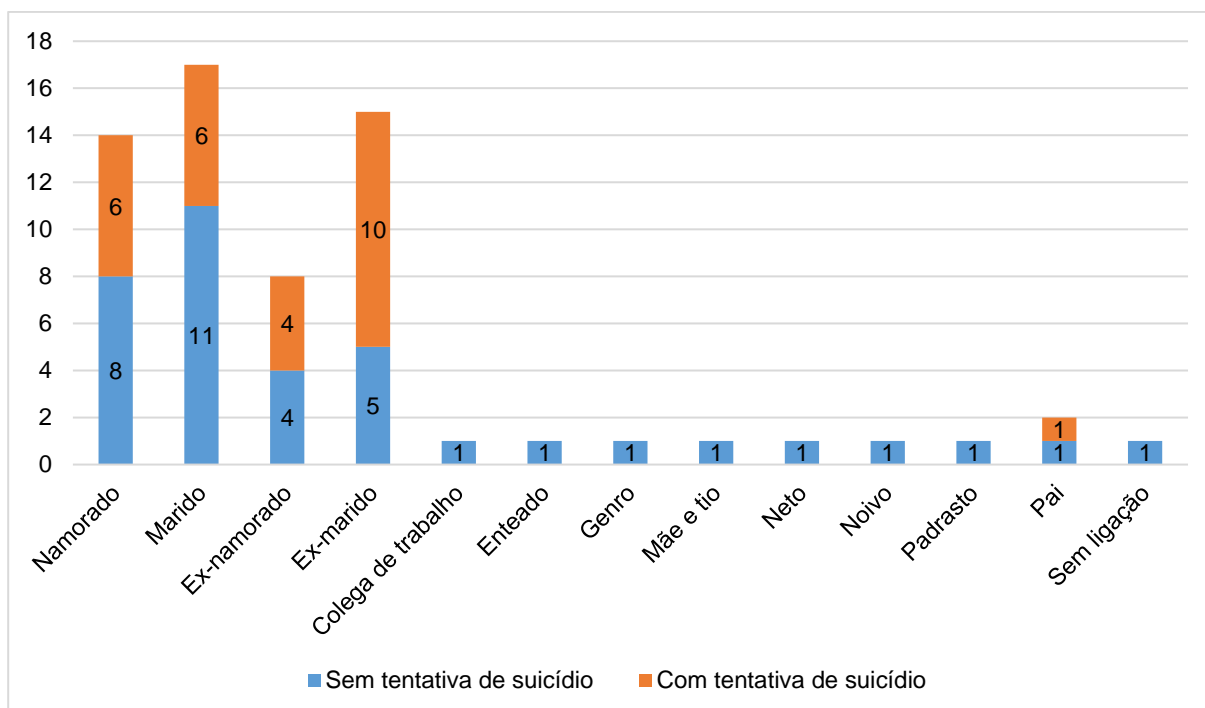


Gráfico 17 – Cruzamento das variáveis 1 e 6: autor x tentativa de suicídio

Fonte: a autora

Como é verificável no gráfico, proporcionalmente, quem mais comete tentativa de suicídio após o homicídio são os ex-maridos, e quem comete menos são os maridos. Como exemplo, vamos utilizar a matéria “Revoltado com separação, homem mata a ex e tira a própria vida”⁴⁰, em que é relatado o caso de Valdecir Santos e Márcia Sterza, que tinham se separado havia algumas semanas. Valdecir atirou em Márcia dentro de um carro, parado em frente à casa onde moravam enquanto conversavam, e em seguida se matou. A matéria, nesse caso, se restringe a noticiar o caso, e embora relate que o agressor não aceitava o fim do relacionamento, não dá mais informações sobre o histórico do casal. A publicação classifica o caso como “crime passional”.

Até o momento, vimos quem mata, como mata, se há investigação e se há suicídio. Vamos agora passar às causas do crime alegadas na matéria: o que teria motivado as principais categorias de autores a cometer o homicídio dessas mulheres. Podemos verificar o resultado no Gráfico 18.

⁴⁰ “Revoltado com separação, homem mata a ex e tira a própria vida”. Disponível em <<http://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/revoltado-com-separacao-homem-mata-a-ex-e-tira-a-propria-vida/>>. Acesso em 21 de maio de 2017.

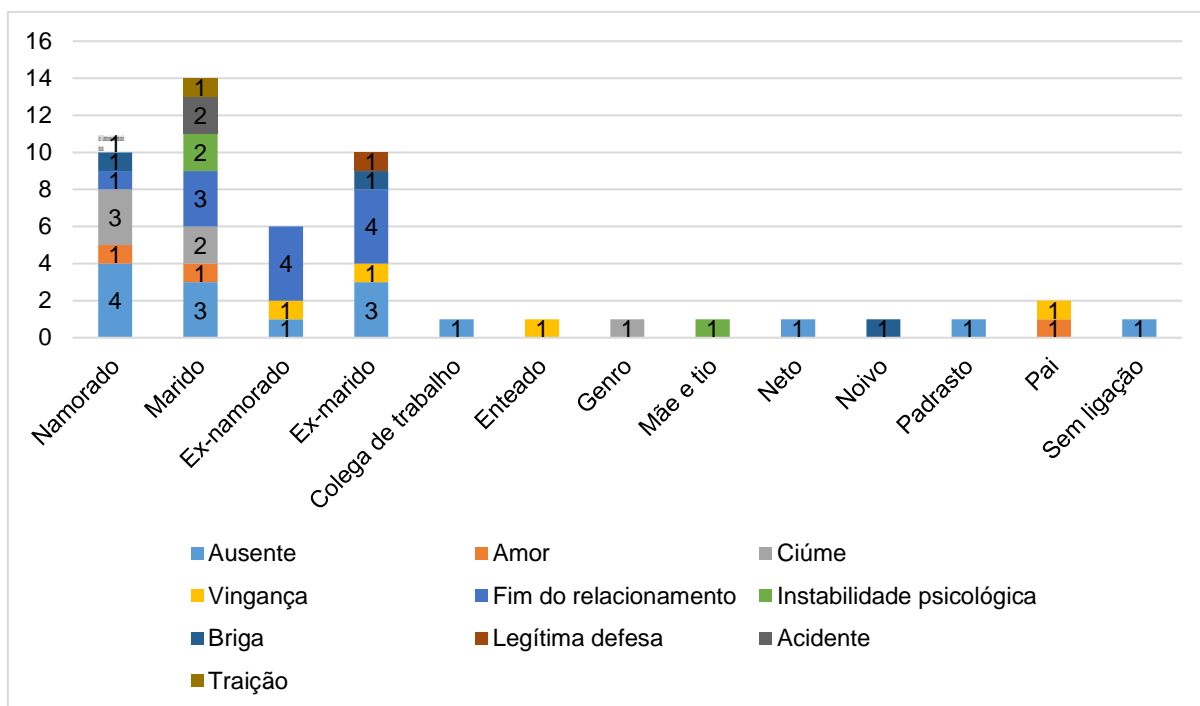


Gráfico 18 – Cruzamento das variáveis 1 e 7: autor x causa

Fonte: a autora

Aqui, percebemos uma predominância do fim do relacionamento para ex-namorados, ex-maridos e maridos (que ainda não tinham efetivamente se divorciado). A exceção fica com aos namorados, que alegam mais ciúme, causa também presente entre os maridos mas ausente entre as categorias de ex.

A causa é um ponto essencial para avaliarmos a cobertura do jornal com relação ao feminicídio. Conforme Prado e Sanematsu (2017, p. 150), os estereótipos de gênero são evidenciados pelas causas alegadas, uma vez que os homens buscam justificar as atitudes misóginas e machistas que culminam no homicídio com base em papéis atribuídos e comportamentos socialmente esperados. Isso fica evidenciado com base em justificativas frequentemente utilizadas como o ciúme, o amor (“crime passionnal”), fortes emoções, defesa da honra, fim do relacionamento, entre outros.

Várias dessas justificativas foram usadas, como podemos verificar acima, o que identifica não só o endosso dos estereótipos de gênero através das causas como a própria naturalização da violência contra as mulheres. Ao alegar tais justificativas, os agressores – e quem está reproduzindo esse discurso – atenuam sua própria culpa, por estar passando à mulher a responsabilidade pelo homicídio. “O autor sente-se no direito de mostrar a ação e até mesmo deseja a visibilidade do

crime como forma de ‘lavar a alma’ e reforçar sua masculinidade e poder: ‘se não fica comigo, não fica com mais ninguém’” (PRADO, SANEMATSU, p. 151).

Tal comportamento é exemplificado pelo caso de Shirley Souza⁴¹, que tinha 16 anos quando foi morta por seu namorado José Ramos dos Santos. A razão alegada é traição. Ele confessou que a matou estrangulada após ela afirmar que tinha saído com um amigo do casal. Quando ele chegou à delegacia para se entregar e confessar o crime, estava com a cabeça da vítima dentro da mochila. Ainda afirmou que não se arrependia do feito e que ela “merecia morrer”. A matéria ressalta a frieza com que ele falou sobre o assunto.

Este é um exemplo concreto da ação endossada pelos estereótipos de gênero mencionados acima: ao saber de outra relação que a mulher estaria tendo, o homem se sentiu no direito de “vingar sua honra” e mostrar que ela não “merecia” o direito à própria vida. Isso está explícito na própria confissão do assassino.

A matéria foi descrita de forma preponderantemente factual, embora com algumas informações descritivas, e se restringiu à reprodução das falas das fontes policiais e da confissão do assassino.

O ajudante contou ter matado e decapitado a adolescente Shirley Souza após ela confessar uma traição. “Havia saído com um amigo nosso na véspera do Natal e no ano-novo”, relatou Santos no 8º DP (Brás) – que atendeu o caso por ter delegado plantonista. O assassino não mostrou arrependimento. “Ela merecia morrer, sim. Mas depois percebi que a família dela não merecia isso”, relatou.

Santos atravessou 30 quilômetros com a cabeça da vítima em sua mochila. Ele saiu do bairro da Pedreira, no extremo sul, e tomou duas linhas de ônibus, por quase 30 quilômetros, até chegar à delegacia da Rua da Glória, na Liberdade.

No entanto, o texto não traz informações relevantes para a compreensão do crime como feminicídio - mesmo ele tendo acontecido em 30 de março de 2015, ou seja, no mesmo mês em que a Lei passou a valer. Também não informa serviços públicos como canais de denúncia e serviços que poderiam vir a ser úteis para novos casos serem evitados, como seria função da imprensa (PRADO, SANEMATSU, 2017, p. 160).

⁴¹ Homem mata namorada grávida e entrega cabeça na delegacia da Sé. Disponível em <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/brasil/homem-mata-namorada-gravida-e-entrega-cabeca-na-delegacia-da-se/>>. Acesso em 24 de maio de 2017.

A não compreensão destes crimes como feminicídio acompanhadas da falta de informação necessária apenas corroboram com esses estereótipos e levam à culpabilização da vítima.

Como vimos, apenas 5 das 23 matérias de casos únicos do período após a Lei citam o feminicídio. Esse número sobe para 7 matérias quando incluimos a análise das matérias que retomam casos já citados, como o próprio exemplo de José Ramos dos Santos e Shirley Souza. A notícia que dá sequência ao assunto já traz o feminicídio na manchete: “Homem que decapitou namorada grávida é denunciado por feminicídio”⁴². Ela começa informando que o Ministério Público do Estado de São Paulo denunciou o agressor por feminicídio, e em seguida explica o que isso significa e quais os trâmites que vão se seguir a essa denúncia – com a denúncia aceita, Santos seria julgado por homicídio duplamente qualificado (por ter impedido a defesa da vítima e por feminicídio), destruição e ocultação de cadáver, e agravante de a vítima estar grávida de seis meses.

O jornal não dá continuidade à cobertura deste caso, o que impossibilita o acompanhamento dos desdobramentos jurídicos, mas essas duas matérias servem de exemplo para mostrar os dois opostos da cobertura jornalística policial. A primeira, que anuncia o ocorrido, recai no uso exclusivo de informações e fontes policiais, sem problematizar o ocorrido ou informar o contexto de violência em que o homicídio aconteceu. A segunda, mais perto do formato ideal proposto por Prado e Sanematsu, toma mais cuidado com a apresentação das informações e inclui a definição do feminicídio. Nela, apesar de pontuar brevemente a motivação da atitude de José Ramos contra sua namorada (traição), está explícito que “o crime foi cometido por razões do sexo feminino, tendo em vista o menosprezo revelado pelo denunciado em relação à vítima, relegando a sua condição de mulher, e tratando-a como se fosse um objeto pessoal dele”, como afirmou na notícia o promotor Fábio Ramazzini Bechara, quem fez a denúncia pelo Ministério Público de São Paulo.

Essa distinção no tratamento da informação evidencia a diferença de sentido produzida no enquadramento quando o feminicídio é qualificado na notícia,

⁴² Homem que decapitou namorada grávida é denunciado por feminicídio. Disponível em <http://www.tribunapr.com.br/noticias/brasil/homem-que-decapitou-namorada-gravida-e-denunciado-por-feminicidio/>. Acesso em 24 de maio de 2017.

separando o que o autor do crime alegou que o motivou ao homicídio e o crime que efetivamente aconteceu por razão de gênero.⁴³ Das 80 matérias do *corpus*, apenas 15 não levantam uma motivação para o crime. Ou seja, 81,25% do total procura mostrar o que levou o agressor a cometer o crime. Por outro lado, são apenas 7 matérias do *corpus* de 52 – já que as outras 28 são relativas ao primeiro período, quando a lei ainda não tinha sido sancionada – que apresentam o feminicídio como problematização do ocorrido, o que corresponde a 13,5% desta parte do corpus, ou 8,75% do total. E, de todas as matérias analisadas, apenas 2 trazem somente o feminicídio como causa, sem apresentar a motivação do assassino. Desta forma, concluímos aqui que a *Tribuna* raramente se compromete a veicular o feminicídio como causa efetiva do homicídio em razão de gênero ou discriminação da mulher, uma vez que, desde que a Lei do Feminicídio foi sancionada, 86,5% das matérias que veiculam o assassinato de mulheres que se enquadram em violência doméstica não mencionaram a lei ou qualquer serviço de assistência a vítimas.

Dentre as quatro funções propostas por Entman e as 11 variáveis que se desdobraram delas, pudemos perceber que algumas tiveram fator mais decisivo para os enquadramentos dados pela *Tribuna* do que outras.

Pelo fato de sempre se tratar de homicídios de mulheres por suspeitos que poderiam se enquadrar na Lei do Feminicídio, a definição do problema em si não tinha muita variação. O contexto em que o crime era realizado mudava, e estes fatores que mudavam foram analisados, mas o problema em si era, no geral, sempre o mesmo – o assassinato, não tornando tanto estas variáveis como indispensáveis para a identificação do enquadramento da matéria.

O mesmo se pode dizer da recomendação de tratamento, uma vez que esteve presente em apenas 1 matéria das 80 analisadas, o que não foi significativo para compor os enquadramentos.

O fato decisivo para o enquadramento foram as causas apresentadas pelas matérias como motivadoras do crime, seja na no corpo do texto ou pela fala de uma fonte. As causas apresentadas tendem a reforçar a cultura da impunidade através

⁴³ Nesta pesquisa, embora tenhamos usado a denominação “causa” para verificar quais os motivos alegados pelos suspeitos, estamos analisando feminicídios, sabendo que os crimes estão em um contexto de violência de gênero e discriminação da mulher.

das justificativas que atenuam a culpa do suspeito, ao informar que ele estava fora de si, ou que era o ciúme que a mulher provocava nele que o levava a cometer a violência.

Isso fica ainda mais claro quando a matéria não apresenta nenhuma menção à violência doméstica ou discriminação da mulher, ignorando todo o contexto que leva a essa situação. Uma cobertura sensacionalista tende a apresentar o que há de mais grotesco nos fatos, mostrando um acontecimento como se ele apenas existisse por ele mesmo. Sem a contextualização, o crime vira só a ponta final de um grande problema que se torna invisível aos olhos do leitor, e torna ainda mais difícil ter uma cobertura realmente informativa e educativa sobre casos de violência contra mulher – que explica o que é e dá as informações necessárias para que outras vítimas possam evitar o problema.

As variáveis dos julgamentos morais de vítima e agressor acabaram por reforçar o enquadramento proveniente das causas, uma vez que endossavam a visão de que a vítima poderia ter alguma parcela de culpa, ou que de certa forma era propriedade do suspeito, e muitas vezes justificavam o comportamento do autor do crime por ele já ser conhecido como agressivo ou ciumento.

Podemos dizer, portanto, que o enquadramento dominante para feminicídios na *Tribuna do Paraná* no período analisado traz como principal componente o homicídio de mulheres realizado por parceiros e ex-parceiros que afirmar terem sido motivados por *razões passionais*. As matérias trazem os suspeitos principalmente como agressivos, explicando que tinham antecedentes criminais ou que estavam em um relacionamento conturbado, com histórico de brigas. As vítimas por vezes também entravam na equação da própria culpabilização. Sem as informações complementares sobre o contexto do crime e sobre a possibilidade de um feminicídio, a cobertura informativa fica prejudicada e dá lugar à cobertura rasa, que destaca apenas os fatos mais inesperados da questão e produz o enquadramento de crime passionai.

Outro elemento percebido foi que a cobertura factual da notícia através do uso exclusivo de fontes policiais leva ao enquadramento do feminicídio como caso de polícia, e não como consequência de uma questão social. Nesses casos, os textos tendem a não justificar tanto o comportamento do autor e nem apresentam

julgamentos da vítima, mas mostram uma causa problemática e não dão profundidade ao contexto em que o crime foi realizado, dando a entender que foi um problema pontual que levou ao assassinato e não efetivamente o quadro de violência doméstica ou discriminação contra a mulher.

Um terceiro enquadramento, encontrado em menor quantidade, foram as matérias que tiveram enfoque na cobertura com um olhar de preocupação com a violência contra a mulher. Nestes textos, fontes policiais mulheres davam voz à questão e mostravam seu comprometimento com a causa, além de existir a contextualização do crime e apresentar informações que ajudaria o leitor a identificar e saber o que fazer no caso de presenciar uma violência doméstica com base na Lei Maria da Penha e na Lei do Feminicídio.

Não houve nenhuma grande mudança identificada nos enquadramentos encontrados no primeiro e segundo períodos. A única diferença é a maior quantidade do número de matérias de um para o outro.

Os resultados aqui apresentados mostram que aos poucos existe uma criação de consciência quanto à importância da valorização de uma cobertura informativa sobre casos de feminicídio, embora esta prática ainda esteja longe de ser recorrente. No entanto, o problema precisa ser nominado para ser real. A prática da discussão do feminicídio na *Tribuna do Paraná* ainda é muito incipiente e acaba por reproduzir os estereótipos de gênero que, como vimos, muitas vezes levam à morte de mulheres inocentes, vítimas da misoginia que controla seus relacionamentos e suas famílias.

Assim, na *Tribuna do Paraná*, o feminicídio é apresentado pelos enquadramentos de crime passionai, problema restrito a uma questão de polícia – e não de política – e incipientemente como resultado de uma cultura da violência contra a mulher. Pode-se dizer que a Lei do Feminicídio provocou poucas mudanças na percepção desses crimes, o que reflete na cobertura jornalística, ainda influenciada pelos dispositivos de interpretação da cultura machista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa era analisar os enquadramentos predominantes nas matérias sobre feminicídios encontradas no jornal *Tribuna do Paraná* no período de um ano antes e um ano depois da sanção da Lei do Feminicídio (Lei nº. 13.104/2016), ou seja, de 10 de março de 2014 a 9 de março de 2016, totalizando 80 matérias.

Essa lei permitiu que a morte de mulheres em situação de violência doméstica e de discriminação por gênero fosse uma qualificadora do crime de homicídio no Código Penal, aumentando a pena para esses casos. A lei foi considerada uma vitória no âmbito das conquistas dos direitos humanos das mulheres por criminalizar o último ato de uma sequência de violências de gênero, mas mesmo após sua sanção é possível perceber na cobertura que os estereótipos de gênero permanecem endossando o julgamento da vítima e a ausência da culpabilização do autor do crime, levando, consequentemente, ao reforço da cultura da impunidade.

Através da análise de enquadramento segundo a metodologia proposta por Entman (1993), entre as matérias do *corpus* foi possível perceber que nem todas as funções analisadas eram fatores decisivos para o enquadramento. Dentre as variáveis de definição do problema, causas, julgamento moral e recomendação de tratamento, a função fundamental para a identificação dos enquadramentos foi a causa, destrinchada em duas variáveis que analisavam qual era a motivação alegada para o autor do crime ter realizado o ato e se o crime era ou não categorizado como feminicídio, no período em que isso já era possível. Em segundo lugar, as variáveis de julgamento moral reforçavam a ideia já passada pela causa. Um marido agressivo, por exemplo, que matou por ciúmes.

Uma das maiores dificuldades metodológicas desta pesquisa foi se certificar de que o *corpus* continha realmente todas as publicações que se propôs a analisar. Por se tratar de um veículo online, foram usadas diferentes ferramentas de busca para encontrar o maior número de matérias possíveis, dentro de um leque de opções de palavras-chave que poderiam levar a esse tipo de crime. A busca foi realizada até que os resultados se repetissem, mas é difícil afirmar com precisão que

todos as notícias sobre os crimes de feminicídio foram computadas, uma vez que a própria especificação do feminicídio é rara nas matérias.

Devido ao curto tempo disponível para a pesquisa, as variáveis também não passaram por um período de teste e validação que poderiam tê-las tornado mais apurados e passíveis de identificar mais nuances nas matérias. A variável de definição do problema, por exemplo, tratou o problema como sendo igual ao feminicídio. Se ela procurasse vieses mais amplos, talvez essas variáveis tivessem apresentado resultados mais relevantes para a identificação dos enquadramentos predominantes na Tribuna. Como vimos, ela contribuiu para uma catalogação e interpretação de como esse crime aconteceu nesse período, sob a perspectiva deste jornal, mas não teve tantos resultados significativos no que tange aos quadros dominantes.

Outra dificuldade foi lidar com termos jurídicos específicos do Direito Penal em um trabalho na área da comunicação, o que por vezes pode ter levado a uma superficialidade na apresentação da Lei do Feminicídio e em suas especificações e na análise dos crimes em si. Até por isso não houve uma análise crítica da lei em si. O objetivo da pesquisa, no entanto, era identificar os principais enquadramentos dados pelo jornal para as matérias que tratavam deste crime, e este enfoque foi mantido ao longo do trabalho.

Por essa razão, não foi possível avançar em uma análise mais aprofundada sobre a impunidade dos casos ou efetividade da aplicação da Lei do Feminicídio. Reiteramos que esta lei vem para complementar a própria Lei Maria da Penha, que ao longo dos últimos 11 anos mostrou suas falhas e pontos fracos, assim como a Lei do Feminicídio também tem as suas. Como explicamos, essa lei é uma conquista importante no âmbito dos direitos das mulheres, mas a luta não se encerra aí.

Entendemos também que as nuances abordadas neste trabalho são fatores de extrema importância para a visibilidade desse tipo de crime, e que a existência da denominação do feminicídio na lei e da computação de novos dados vai colaborar para a elaboração de novas estatísticas sobre feminicídio. Esperamos que este trabalho contribua para os dados relativos ao recorte proposto – os 51 assassinatos encontrados em 2 anos.

Uma próxima pesquisa sobre o tema poderia sair do âmbito do jornalismo policial para analisar um *quality paper* e identificar os problemas na cobertura mesmo quando a linha editorial do jornal não nasceu com veias sensacionalistas. Uma outra possibilidade também é aumentar os componentes analisados na matéria e fazer uma análise multimodal através da inclusão de imagens publicadas junto das notícias.

É seguro afirmar que, depois de décadas de luta das mulheres pela igualdade de direitos e pelo fim da violência que lhes é imputada pelo simples fato de serem mulheres, este é um momento histórico de luta, uma vez que os países estão assinando novos tratados internacionais de direitos humanos e fazendo o esforço de incluir em suas legislações tipificações para criminalizar a violência contra a mulher.

No prefácio do livro *Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos*, usado nesta pesquisa, Lourdes Bandeira levanta as seguintes questões:

o que há de comum entre os homens que protagonizam os atos de violência contra as mulheres? Por que os comportamentos violentos dominantes são majoritariamente atribuídos aos homens? Quando se afirma que a violência se constitui em um meio de controle sobre as mulheres pelos homens, cujo corolário é a manutenção de seu poder, está se falando da natureza ou das consequências das relações sociais de gênero? (Blay, 2008, p. 11)

Esta pesquisa apresentou dados que podem levar a uma ideia de resposta a esses questionamentos, já que são muitos os fatores identificados como comuns entre os assassinatos de mulheres. Autor, modo e causa do crime são três fatores que encontram muita repetição, e através dos dados que conseguimos levantar, é possível afirmar que esse comportamento é consequência das relações sociais de gênero, historicamente construídas para menosprezar a mulher e garantir o poder do homem.

Quando Simone de Beauvoir escreveu em *O Segundo Sexo* a célebre frase “Ninguém nasce mulher: torna-se”, ela apontava diretamente para esta construção social de gênero que faz da mulher o sexo frágil, inferior, secundário e submisso ao homem. E esses estereótipos fazem com que a mulher sofra diversos tipos de violência pela sua simples existência, chegando inúmeras vezes a morrer em consequência disso. E embora a luta dos direitos humanos da mulher tenha avançado muito nas últimas décadas para garantir uma eficácia das legislações dos

países tenha meios de impedir que isso aconteça, a influência de séculos de história de discriminação ainda faz com que mulheres morram – e não por ciúmes, vingança, instabilidade psicológica, ou amor, mas sim pelo preconceito e discriminação estruturais contra a mulher. Afinal, segundo o *Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil*, 50,3% das mortes violentas de mulheres são cometidas por familiares e 32,2% por parceiros e ex-parceiros no país, dados que se assemelham aos apresentados nesta pesquisa.

Como afirmou Mello (2016, p. 1), mesmo que muitas vezes nós, mulheres, pensemos já ter chegado a um nível de igualdade entre sexos, “de quando em quando somos forçosamente lembradas, seja pelas estatísticas, seja por episódios isolados que chegam ao nosso conhecimento, que esse não é exatamente o caso”, justamente porque a sociedade naturaliza a violência e achamos que certos acontecimentos são normais, quando não são.

A Lei do Feminicídio veio como consequência de uma discussão que ficou aberta na aplicação da Lei Maria da Penha. É agora que esse tema está começando a ser debatido. Por meio deste trabalho, esperamos ter contribuído para a visibilidade dos feminicídios e para a conscientização da imprensa quanto à sua responsabilidade de fazer uma cobertura comprometida e informativa, nomeando a violência contra a mulher e fazendo com que o leitor compreenda esse contexto, para que tenha meios de impedir que outros casos aconteçam. É só a partir da informação que poderemos finalmente deixar de apontar vítimas como responsáveis pela sua própria morte, e afirmar que assassinatos de mulheres não acontecem por amor.

7 REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz. Imprensa popular: sinônimo de jornalismo popular. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2006.

AMARAL, Márcia Franz. Sensacionalismo, um conceito errante. Intexto, n. 13, p. 103-116, 2005.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

ANTUNES, Elton. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p. 85-99, dez. 2009.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: mulheres e políticas públicas no Brasil 1983-1993.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo: a experiência vivida, v. 2 / (3 ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BLAY, Alterman Eva. Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.

BRASIL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. *Relatório final*. Brasília: Senado Federal, 2013.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: _____. (Org.). Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CAMPOS, Carmen Hein de. Feminicídio no Brasil – uma análise crítico-feminista. Sistema Penal & Violência (Online), v. 7, p. 103-115, 2015.

CAMPOS Jr, Celso de, et al. Nada mais que a verdade: a extraordinária história do jornal Notícias Populares. São Paulo: Summus Editorial, 2011.

CAMPOS, Luiz Augusto. Identificando enquadramentos midiáticos com o auxílio da informática: uma proposta metodológica. 37º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, ST17: Mídia, política e eleições, Águas de Lindoia, 2013.

CATTANI, Carlos Frederico Manica Rizzi. "Reflexões sobre a figura do arquivamento implícito no processo penal." Direito & Justiça 40.2: 197-204, 2014.

CHAGAS, Viktor. Uma tabloidização alternativa/Uma alternativa à tabloidização: o mercado brasileiro de jornais populares e sua relação com a economia política da imprensa escrita. 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-

Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, GT22: Mídia, política e eleições, Caxambu, 2014.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005.

ENTMAN, Robert. M. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. *Journal Communication*, v. 43, n.4, 1993.

KALIBERDA, Andressa; SOUZA, Carlos Alberto de. Imagem e Sensação: Análise das fotografias de violência no jornal *Tribuna do Paraná*. In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Chapecó, 2012.

LIRA, Rafael de Souza. Mídia sensacionalista: o segredo de justiça como regra. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MATTHES, Jörg.; KOHRING, Matthias. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. *Journal of Communication*, v. 58, n. 2, p. 258-279, 2008.

MATHEUS, Leticia Cantarela. Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MELLO, Adriana Ramos de. Femicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. "Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: "Gazeta do Povo" e "O Estado do Paraná". Disponível em <www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd3/midia/elzaaparecidadeoliveirafilha.doc>. Acesso em 7 de maio de 2017.

PASINATO, Wânia. Lei Maria da Penha Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 10, n. 2, p. 216-232, 2010.

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. Campinas: Cadernos Pagu, n. 37, p. 219-246, jul-dez. 2011.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (Org.). Femicídio: #InvisibilidadeMata. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, Caxambu, 2002.

PEDROSO, Rosa Nívea. A Produção do Discurso de Informação num Jornal Sensacionalista. Rio de Janeiro: UFPR/Escola de Comunicação, 1983.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RIBEIRO, Alex. Caso Escola Base: os abusos da imprensa. São Paulo: Editoria Ática, 2001.

RUSSELL, Diana E.H.; Radford, Jill. Femicide: the politics of woman killing. New York Toronto: Twayne Publishers, 1992.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as theory of media effects. *Journal of Communication*, 49 (1), p. 101-120, 1999.

SCHUDSON, Michael. Descobrindo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, Michele Santos da; PRUDENCIO, Kelly. Enquadramento noticioso da Ley de Medios no confronto entre Grupo Clarín e Cristina Kirchner. 39 Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, GT 22 Mídia, Política e Eleições, Caxambu, 2015.

SEGATO, RITA. Território, soberania e crimes de Segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, p. 265-286, 2005.

SODRÉ, Muniz. A Comunicação do grotesco: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1972.

VEIGA, Márcia da Silva. Masculino: o gênero do Jornalismo. Um estudo sobre os modos de produção das notícias. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p.235-252, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil [Internet]. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em 3 de julho de 2016.

APÊNDICE – LIVRO DE CÓDIGOS

PESQUISA: ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DE NOTÍCIAS DE FEMINICÍDIO NA TRIBUNA DO PARANÁ

PESQUISADORA: ALÉXIA SILVA SARAIVA

Este livro de códigos fundamenta suas variáveis nas categorias de análise de Robert Entman (1993) para a observação do enquadramento noticioso das notícias sobre feminicídio veiculadas pelo jornal Tribuna do Paraná, no período de 10 de março de 2014 a 9 de março de 2016. O período caracterizado diz respeito a todas as matérias publicadas sobre feminicídio antes e depois da edição da Lei 13.104/2015.

V01 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - AUTORES [PROB_AUTOR]		
Nesta variável elencam-se os diferentes tipos de autores dos crimes encontrados na notícia. Como o agravante de feminicídio só acontece em casos de violência doméstica, tanto a vítima como o suspeito precisam ser identificados para que o qualificativo de homicídio seja considerado como possibilidade. Não há matérias no corpus em que não haja nenhum suspeito. Segundo a Lei 13.104, pode ser acusada de feminicídio qualquer pessoa, homem ou mulher, que tenha tido envolvimento afetivo (relacionamento) com a vítima, familiares ou pessoas que moravam na mesma casa.		
01	Namorado	A notícia tem como suspeito o namorado da vítima.
02	Marido	A notícia tem como suspeito o marido da vítima.
03	Ex-namorado	A notícia tem como suspeito um ex-namorado da vítima.
04	Ex-marido	A notícia tem como suspeito um ex-marido da vítima.
05	Outro	Caso o suspeito não seja nenhum dos descritos acima, marque o código 05 e faça a identificação do autor por escrito.

V02 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - DENOMINAÇÃO [PROB_DEF]

Nesta variável elencam-se as denominações utilizadas para especificar judicialmente o suspeito do crime.

00	Ausente	A notícia não usa termo jurídico para especificar o suspeito do crime
01	Suspeito ou investigado	A notícia aponta o autor como suspeito que foi apontado pela polícia ou por testemunhas, ao qual há poucos indícios ou a possibilidade de autoria do crime.
02	Indiciado	A notícia aponta o autor como indiciado quando os fatos o apontam como provável autor do crime e contra o qual há apenas um inquérito policial.
03	Acusado ou réu	A notícia aponta o ator como acusado quando houve a abertura de um processo contra ele após uma denúncia.
04	Outro	Especificar qual.

V03 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – APRESENTAÇÃO [PROB_APR]

Aqui deve ser assinalada a forma com que a notícia foi construída: se dando prioridade ao lide, com fatos principais no primeiro parágrafo, ou de forma narrativa, em que o crime é contado como uma história.

01	Factual	O texto começa apontando os fatos principais do crime, formando o lide e respondendo às perguntas o quê, quem, quando, onde, como, por quê.	Ex.: “O marido de Karina Andreia Dynczuki, 23 anos, morta com três tiros no sábado à noite, no Boqueirão, se entregou na Delegacia de Homicídios, na tarde de ontem. Diego Roberto Bach, 23, alegou que manuseava a arma quando ela disparou acidentalmente e matou a jovem.”
02	Narrativa	A notícia possui um tom	Ex: “A noite estava boa e

		de narrativa, sendo essencialmente descritiva.	ninguém, nem mesmo a vítima, acreditava que tudo acabaria mal em questão de horas. Uma moça, de 28 anos, identificada apenas como “Rafa”, foi assassinada enquanto dançava num bar, na Rua Antônio Alves Pinto, no Thomaz Coelho, no Jardim Alvorada, em Araucária, região metropolitana de Curitiba. ”.
03	Outra	Possui uma forma alternativa para contar os fatos.	

V04 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - FONTES [PROB_FON]

Nesta variável elencam-se as fontes que têm espaço de fala na notícia.

00	Ausente	A notícia é essencialmente descritiva e não há o uso de fontes.
01	Fontes ligadas à polícia	A notícia dá espaço de fala para delegados, tenentes e/ou outras fontes ligadas à polícia.
02	Testemunhas identificadas	A notícia dá espaço de fala para testemunhas do crime, cujos nomes estão presentes na matéria.
03	Testemunhas não identificadas	A notícia dá espaço de fala para testemunhas do crime, cujos nomes não estão presentes na matéria.
04	Membros da família	A notícia dá espaço de fala para membros da família da vítima.

	da vítima	
05	Advogado do suspeito	A notícia dá espaço de fala para o advogado do suspeito indicado na matéria.
06	Outro	Caso a fonte não seja nenhuma das descritas acima, especificar qual.

V05 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – MODO [PROB_MODO]

Nesta variável elencam-se as denominações utilizadas para especificar o modo que o feminicídio foi cometido.

00	Ausente	A notícia não especifica o modo.
01	Arma de fogo	A vítima foi morta por uma arma de fogo.
02	Espancamento	A vítima foi morta em decorrência de ter apanhado.
03	Facada	A vítima foi morta por facadas.
04	Estrangulamento	A vítima foi morta por asfixia.
05	Outro	Especificar qual.

V06 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – AGRAVANTE [PROB_AGR]

Esta variável avalia se o homicídio foi ou não seguido de tentativa de suicídio de seu autor.

01	Sem suicídio	O homicídio não foi seguido de tentativa de suicídio pelo autor.
02	Com suicídio	O homicídio foi seguido de tentativa de suicídio, seguido ou não da morte do autor.

V07 CAUSAS DO PROBLEMA [CAUSAS]			
As causas do problema são indicações dadas pelo jornalista (seja textualmente, seja pela seleção de fontes e vozes retratadas) das razões que originaram o problema em questão – no caso, o que teria motivado o feminicídio.			
00	Ausente	A notícia não apresenta as causas para o crime.	
01	Amor	Esta causa está presente naquelas notícias em que o suspeito teria “matado por amor”.	Ex: Manchete: “Funkeira Amanda foi morta por motivos passionais”
02	Ciúme	Esta causa está presente nas notícias em que o suspeito teria matado por ciúmes da vítima.	Ex: Manchete: “Marido é suspeito de esfaquear professora próximo de escola por ciúmes”
03	Vingança	Esta causa está presente nas notícias em que o suspeito teria matado por vingança a alguma atitude da vítima.	Ex: “Ao confessar o crime, Silva disse aos policiais que se vingou de uma suposta traição da mulher e que não estava arrependido.”
04	Rompimento do relacionamento	Esta causa está presente nas notícias em que o suspeito teria matado por não aceitar o fim do relacionamento com a vítima.	Ex: Manchete: “Revoltado com separação, homem mata a ex e tira a própria vida”
05	Instabilidade psicológica	Esta causa está presente quando a notícia aponta que o crime foi cometido por algum momento de instabilidade psicológica do suspeito.	Ex: “Joaquim foi ouvido durante a madrugada e novamente pela manhã. ‘Nas duas vezes ele confessou ter matado a esposa. Disse que os dois brigavam com frequência e que atacou a mulher, impulsionado por força desconhecida. Alegou ter sofrido um surto incontrolável, agravado pela discussão’, explicou a delegada Ana Carolina Castro.”
06	Outro	Especificar qual	

V08 CAUSAS DO PROBLEMA – FEMINICÍDIO [CAU_FEM]

Esta variável avalia se o termo “feminicídio” estava presente no corpo do texto analisado.

01	Sem feminicídio	O texto não indicou a possibilidade de feminicídio.
02	Com feminicídio	O texto indicou a possibilidade de feminicídio.

V09 JULGAMENTO MORAL – AUTOR [JULGAM_AUT]

O julgamento moral só deve ser assinalado como presente quando aparece na voz do próprio jornalista, ainda que implicitamente. Não devem ser levados em consideração possíveis julgamentos existentes nas vozes das fontes ouvidas pela matéria jornalística.

00	Ausente	A notícia não apresenta julgamento moral.	
01	Agressivo	Quando a notícia aponta que o suspeito já tinha um comportamento agressivo ou tinha antecedentes criminais.	Ex: “Informações davam conta que o assassino já teria boletim de ocorrência registrado contra ele na Delegacia da Mulher, por calúnia e difamação, mas a Polícia Civil não confirmou a informação.”
02	Ciumento	Quando a notícia descreve o sujeito como ciumento, porém não necessariamente agressivo.	Ex: “O cunhado de Aline, Luís Felipe, contou ao Paraná Online que o namoro dos dois durou cerca de seis meses. Entre idas e vindas, ela decidiu terminar definitivamente com ele há duas semanas, pois não aguentava mais o ciúme de Joaquim. “Ele ligava o dia inteiro, noite inteira, madrugada para ela. Ela trocou várias vezes de número, mas ele descobria o novo e continuava”, disse.”
03	Calmo	Quando a notícia descreve	Ex: “O fato de não haver

		que o suspeito não tinha antecedentes criminais, não era conhecido por ser ciumento e nem por ser agressivo.	nenhuma queixa da mulher contra Joaquim na delegacia, surpreendeu a polícia. Ele também não tinha passagens pela polícia. Além disso, segundo relato de vizinhos aos investigadores, confusões não costumavam acontecer na residência. ”
04	Outro	Especificar qual	

V10 JULGAMENTO MORAL – VÍTIMA [JULGAM_VIT]

O julgamento moral só deve ser assinalado como presente quando aparece na voz do próprio jornalista, ainda que implicitamente. Não devem ser levados em consideração possíveis julgamentos existentes nas vozes das fontes ouvidas pela matéria jornalística. O julgamento moral da vítima acontece quando a notícia dá a entender que seu comportamento de alguma forma levou ao crime cometido contra ela.

00	Ausente	A notícia não apresenta julgamento moral da vítima.	
01	“Baladeira”	Quando a notícia aponta que a vítima gostava de sair de casa, e consequentemente não era uma pessoa “do lar”.	Ex: “Apesar da suspeita levantada, que será investigada pela Polícia Civil, algumas pessoas contaram também que “Rafa” usava drogas. A moça era mãe de cinco crianças e, mesmo com os filhos em casa, gostava de sair para dançar e curtir as noites nos finais de semana”.
02	Objetificação do corpo da vítima	Esse código deve ser assinalado quando a notícia traz algum comentário sobre o corpo da vítima ou sobre sua profissão, objetificando-a.	Ex: “A mulher gostava muito de praticar exercícios. Ela era bastante conhecida no Facebook, rede social que usava para divulgar o trabalho como empresária e personal trainer”.

03	Outro	Identificar qual.	
----	-------	-------------------	--

V11 RECOMENDAÇÃO DE TRATAMENTO [SOLUC]

A recomendação de tratamento aparece quando a notícia propõe/indica alguma solução para o problema.

00	Ausente	A notícia não realiza recomendações de tratamento.
01	Condenação	A notícia direciona à interpretação de que o suspeito deve ser julgado e condenado pelo crime, sem especificar uma pena.
02	Prisão	A notícia direciona à interpretação de que o suspeito deve ser julgado e ir preso pelo crime.
03	Absolvição	A notícia direciona a interpretação para uma absolvição do suspeito.
04	Outro	Especificar qual